

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Maria Rodrigues de Oliveira

**Discurso parlamentar**  
**Estratégias de retextualização**

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO  
2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

Maria Rodrigues de Oliveira

**Discurso parlamentar**  
**Estratégias de retextualização**

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Língua Portuguesa, sob a orientação da Profa. Dra. Vanda Maria da Silva Elias.

SÃO PAULO  
2009

BANCA EXAMINADORA

---

---

---

*Dedico este trabalho à Professora Doutora Vanda Maria da Silva Elias, cuja orientação e incentivo fizeram com que este trabalho não parasse no embrião.*

## AGRADECIMENTOS

Ao meu **DEUS**, que me dá saúde para resistir física e psicologicamente aos trancos da vida, coragem para enfrentar os “leões” que aparecem em cada esquina e falta de juízo para não temer o desconhecido.

À Professora Doutora Vanda Maria da Silva Elias, pela dedicação, paciência, persistência, competência e outros “ências” com que orientou a pesquisa.

À Professora Doutora Eliza Guimarães Pinto, pelo interesse por meu trabalho e pelas preciosas sugestões durante a qualificação.

Ao Professor Doutor Dino Fioravanti Preti, pela minha iniciação nos princípios da Análise da Conversação e pelas valiosas observações durante a qualificação.

Às Professoras Doutoras Nílvia Terezinha Pantaleoni e Ana Lúcia Tinoco Cabral, pelo interesse que sempre demonstraram pela minha pesquisa.

À Professora Doutora Edila Vianna da Silva, pelo incentivo à pesquisa e pelas respostas às minhas questões languageiras.

À Professora Doutora Heloisa Gonçalves Barbosa, pela torcida pelo meu sucesso e pela revisão do abstract.

À Professora Doutora Sueli Cristina Marquesi, por ter me apresentado aos trabalhos de van Dijk.

À Professora Rosa Corrêa, pela revisão das notas e das referências bibliográficas.

Ao meu amigo e colega Edison Gimenez Ikeda, pela leitura do trabalho e principalmente pela paciência chinesa com que conferiu os números indicadores das linhas dos textos.

Ao amigo Waldir Cury, pelo interesse pela pesquisa e por suas prontas respostas às minhas questões taquigráficas.

Às colegas de caminhada, Maria da Penha Brandim de Lima, Marisa Costa e Vanusa Alves Rodrigues, pelo companheirismo e por sempre terem atendido às desavergonhadas solicitações de leitura de meus textos.

Aos colegas da Câmara Municipal de Guarulhos que se interessaram por este trabalho, principalmente Roberto Samuel, que leu e comentou a versão inicial.

À Secretária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Maria de Lourdes Saglione, pelo acompanhamento e pelas precisas informações burocráticas.

À CAPES, pelo apoio financeiro que possibilitou a realização deste trabalho.

*Bendito o engenho da inteligência  
humana que faz ecoar no futuro as vozes  
do passado.*

Oscar Diniz Magalhães

## RESUMO

Esta dissertação trata da retextualização de discursos parlamentares e tem como objetivo o levantamento de alterações promovidas por retextualizadores na passagem de discursos parlamentares orais para a modalidade escrita, como também a análise dessas alterações com vistas às suas implicações para o sentido do texto. Justifica-se pelo fato de que os discursos parlamentares contribuem para a validação de atos dos Poderes Executivo e Legislativo. Transpostos da modalidade oral para a escrita, esses discursos compõem os anais das casas legislativas, constituindo-se em registros essenciais para a história, além de poderem ser requisitados pela Justiça para instrução de peças judiciais. A retextualização desses discursos, tendo em vista a importância do que é dito no plenário, deveria primar pela fidelidade ao dito pelo orador e pelo respeito ao seu estilo. Observa-se, porém, que esses dois itens nem sempre são atendidos, pois, no processo de retextualização, ocorrem mudanças que afastam o texto derivado (escrito) do texto fonte (oral). A investigação fundamenta-se primordialmente em estudos situados no campo da Linguística Textual e da Análise da Conversação e tem como *corpus* cinco trechos de atas de sessões ordinárias da Câmara Municipal de Guarulhos, Estado de São Paulo, realizadas no período de 2001 a 2007. Os resultados indicam que eliminações, inserções e substituições são as principais alterações realizadas pelos retextualizadores que afetam o estilo, o dito do orador e o sentido do texto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fala. Escrita. Retextualização. Discurso parlamentar.



## **ABSTRACT**

This dissertation deals with the retextualization of parliamentary debates and intends to map changes introduced by retextualizers during the transformation of parliamentary oral speeches into written texts, as well as to analyze these changes in order to understand their implications for the meaning of the text. The research is relevant because parliamentary debates contribute to the validation of Executive and Legislative acts. Translated from oral into written language, these speeches make up the annals of legislative chambers, and so become essential historic records, and can be ordered by the Courts as evidence in legal proceedings. The retextualization of these speeches, having in mind the importance of what is said in plenary sessions, should excel in their fidelity to the speaker's words and respect for his style. However, these two requirements are not always met because there are changes in the retextualization process that distance the source text (speech) from the secondary text (written). This research is based primarily on studies located in the field of Textual Linguistics and Conversation Analysis and its corpus consists of extracts from five Guarulhos City Chamber (São Paulo State) ordinary sessions that took place between 2001 and 2007. The results indicate that deletions, insertions and substitutions are the main changes made by retextualizers and that those affect the style, the speakers' words and the meaning of the text.

**KEYWORDS:** Speech. Writing. Retextualization. Parliamentary discourse.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
1 FALA & ESCRITA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS .....	14
1.1 Fala e escrita na perspectiva de um <i>continuum</i> .....	14
1.2 Contexto e caracterização do texto falado.....	16
1.2.1 Hesitação.....	16
1.2.2 Paráfrase .....	17
1.2.3 Repetição .....	18
1.2.4 Correção.....	18
1.2.5 Inserção.....	19
1.2.6 Digressão .....	20
1.2.7 Turno conversacional .....	20
1.3 Contexto e caracterização do texto escrito .....	22
1.4 Da fala para a escrita: a retextualização em destaque .....	22
2 DISCURSO PARLAMENTAR: CONTEXTO E RETEXTUALIZAÇÃO.....	28
2.1 Discurso parlamentar.....	28
2.2 Discurso parlamentar: contexto .....	34
2.2.1 Pistas de contextualização .....	37
2.2.2 O debate no contexto parlamentar.....	39
2.2.3 A sessão parlamentar ordinária .....	40
2.2.4 A sessão parlamentar extraordinária .....	42
2.3 Discurso parlamentar: retextualização .....	42
2.3.1 A importância da retextualização.....	45
2.3.2 Retextualização: agentes, rotina, manuais e técnicas .....	47
2.3.2.1 Os profissionais da retextualização .....	47
2.3.2.2 Rotina de trabalho do retextualizador parlamentar .....	49
2.3.2.3 Manuais de procedimentos .....	52
2.3.2.4 Técnicas e instrumentos de transcrição .....	56
3 RETEXTUALIZAÇÃO DO DISCURSO PARLAMENTAR: UMA ANÁLISE.....	62
3.1 Constituição do corpus .....	62
3.2 O gênero textual ata.....	63
3.2.1 Ata integral .....	64
3.2.2 Ata resumida .....	65
3.3 Procedimentos de análise.....	67
3.4 Análise .....	71
3.4.1 TEXTO 1 (17ª Sessão Ordinária, 16/04/01).....	71
3.4.2 TEXTO 2 (17ª Sessão Ordinária, 16/04/01).....	78
3.4.3 TEXTO 3 (23ª Sessão Ordinária, 07/05/01).....	82
3.4.4 TEXTO 4 (79ª Sessão Ordinária, 14/09/05).....	86
3.4.5 TEXTO 5 (73ª Sessão Ordinária, 27/11/07).....	92
3.5 Discussão dos resultados .....	96
3.5.1 Eliminações.....	97
3.5.2 Substituições .....	103
3.5.3 Inserções .....	106

CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	111
APÊNDICE A – REGULAMENTO DE USO DA PALAVRA POR VEREADORES NAS SESSÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARULHOS .....	115
APÊNDICE B – ESTRUTURA DE ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARULHOS .....	117
ANEXO A – TABELA DE CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES .....	119
ANEXO B – NORMAS PARA TRANSCRIÇÃO (PROJETO NURC/SP).....	121

## INTRODUÇÃO

Os discursos parlamentares constroem a história de um povo pelos resultados dos debates acerca dos temas apresentados ao Plenário<sup>1</sup>. São esses discursos que conduzem os parlamentares à aprovação ou à rejeição de projetos que mudam a vida dos cidadãos em nível municipal, como a Lei nº 14.933 de 5 de junho de 2009, do Município de São Paulo, a qual institui políticas de mudança do clima no Município, e que gerou polêmica pela restrição à circulação de ônibus fretados na Cidade; em nível estadual, como a Lei nº 13.541 de 7 de maio de 2009, que proíbe o fumo em ambientes de uso coletivo no Estado de São Paulo; e em nível federal, como a Lei nº 11.705 de 19 de junho de 2008, que altera o Código de Trânsito Brasileiro com a introdução de dispositivo inibidor do consumo de bebida alcoólica por condutores de veículos automotores no País.

Esses discursos “construtores da história” também “contam a história” no momento em que os acessamos anos ou séculos depois. Isso acontece quando lemos discursos como o proferido pelo Deputado Ulysses Guimarães em 5 de outubro de 1988<sup>2</sup>, do qual extraímos o trecho abaixo:

Dois de fevereiro de 1987: "Ecoam nesta sala as reivindicações das ruas. A Nação quer mudar, a Nação deve mudar, a Nação vai mudar". São palavras constantes do discurso de posse como Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Hoje, 5 de outubro de 1988, no que tange à Constituição, a Nação mudou. (*Palmas.*) A Constituição mudou na sua elaboração, mudou na definição dos poderes, mudou restaurando a Federação, mudou quando quer mudar o homem em cidadão, e só é cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa. (*Palmas.*)

Num país de 30.401.000 analfabetos, afrontosos 25% da população, cabe advertir: a cidadania começa com o alfabeto.

Chegamos! Esperamos a Constituição como o vigia espera a aurora.

Esse pequeno trecho do discurso de Ulysses Guimarães revela a data de instalação da Assembléia Nacional Constituinte: “dois de fevereiro de 1987”, e a data de promulgação da nova Constituição: “5 de outubro de 1988”. O trecho traz à tona, também, dados sobre o analfabetismo no País e o sentimento do Deputado com relação a esses dados: “afrontosos 25% da população” e “a cidadania começa com o alfabeto”.

---

<sup>1</sup>A palavra “plenário” é usada aqui no sentido de “conjunto de parlamentares”. Por isso, a inicial maiúscula. Convenciona-se, no trato de textos parlamentares, o uso da inicial maiúscula na palavra “plenário” com referência ao conjunto de parlamentares e da inicial minúscula para designar o local em que os debates acontecem.

<sup>2</sup>*Diário da Assembléia Nacional Constituinte*, p. 322. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/constituinte/N025.pdf>>. Acesso em 07 ago. 2009.

Retrocedendo aos tempos do império, podemos ler discursos como o proferido por Joaquim Nabuco em 1º de setembro de 1879<sup>3</sup>, o qual nos dá conta de um plenário vazio e da certeza de que, apesar da ausência dos colegas parlamentares, seu discurso será “ouvido” por muitos.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Não é fácil, Senhores, a posição nesta casa dos membros da Oposição.

Creio que era preferível o tempo em que nós falávamos para a maioria, que nos contestava com calor, ao atual em que somos todos os dias obrigados a falar perante bancadas inteiramente vazias.

[...]

Todavia, Senhores, como, ainda que não houvesse um deputado nesta casa, haveria o País inteiro para ouvir-nos, e como é certo que os debates parlamentares têm menos importância pelo que eles representam neste recinto, do que pelo modo ávido por que são lidos pelo País inteiro, não posso furtar-me, depois de ter feito esta revelação do que é presentemente o nosso Parlamento, ao dever, a que me julgo obrigado, de combater o presente crédito do ministro dos Estrangeiros.

Se hoje podemos “ouvir” Joaquim Nabuco e tantos outros que fizeram nossa história, se suas falas não se perderam no tempo, é porque seus discursos foram passados da modalidade oral para a escrita. A transformação de discursos parlamentares orais em textos escritos proporciona a divulgação das opiniões dos legisladores e dos atos dos poderes legislativo e executivo. A maioria desses discursos é inserida em atas, que são documentos de cunho histórico e jurídico, já que podem ser requisitadas a qualquer momento pela Justiça ou consultadas por pesquisadores em busca de informações diversas.

A passagem de discursos parlamentares do oral para o escrito no legislativo brasileiro é feita principalmente por taquígrafos. Em nosso trabalho, porém, usaremos o termo “retextualizador” já que nos interessa o produto e não a técnica utilizada na transformação dos textos. Os profissionais atuantes no contexto da pesquisa denominam sua atividade de “transcrição”. Entretanto, já na fase inicial do procedimento, há uma atividade de “retextualização”, pois são previstas eliminações de itens considerados supérfluos ou redundantes para o texto escrito, introdução de sinais de pontuação com base na entoação do orador e de pistas de contextualização, além de regularizações gramaticais. Diante do exposto, consideramos o termo “transcrição” insuficiente para designar a atividade do retextualizador de discursos parlamentares. Dessa forma, optamos pela palavra “retextualização”, apesar de sua amplitude, com a observação de que a retextualização de textos com os objetivos de nosso

---

<sup>3</sup>*Discursos parlamentares*: 1849-1910. Perfis parlamentares 26. Joaquim Nabuco. Câmara dos Deputados/Fundação Joaquim Nabuco. p. 164. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=15711](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=15711)>. Acesso em 06 ago. 2009.

*corpus* não comporta reformulações de grande monta nem desrespeito ao estilo do orador, dentro dos limites possíveis, considerando-se a impossibilidade de representação de certos aspectos estilísticos usados pelo orador, tais como ironia, prosódia e gestualidade, por exemplo.

Fidelidade e respeito ao estilo do orador, os dois requisitos fundamentais da boa retextualização, na verdade são impossíveis de serem atendidos plenamente, pois a transformação do código falado para o código escrito acarreta perdas inevitáveis, sobretudo nos aspectos relativos à prosódia, à ironia e aos movimentos corporais. A carência de recursos que expressem, na língua escrita, alguns traços da língua falada, limita a transposição de certas manifestações de ordem prosódica; a ironia, não raras vezes, transforma-se em verdade devido à sua dependência do contexto; e os movimentos que o orador faz com o corpo para indicar seus sentimentos ou mesmo para transmitir mensagens, também ligados ao contexto, nem sempre podem ou devem ser explicitados pelo retextualizador.

Em algumas casas legislativas – a Câmara dos Deputados, por exemplo – os discursos passam por mais de uma etapa de retextualização, ou seja, após a transformação da forma falada para a escrita pelo retextualizador inicial, o texto passa por revisores e supervisores que efetuam, ainda, outros procedimentos de retextualização. Se a ação do primeiro retextualizador acarreta afastamento do texto escrito em relação ao texto falado, a do revisor e do supervisor pode aumentar mais ainda a distância entre os dois textos. Esse fato confere maior credibilidade à versão inicial que à revisada, conforme atesta o comportamento de casas legislativas como a Câmara dos Deputados, cuja Mesa Diretora dá preferência às notas taquigráficas sem revisão (Cf. DOURADO, 2008). A opção de uma instituição que mantém revisores em seus quadros por textos não revistos nos leva a afirmar que o trabalho do revisor de discursos parlamentares retextualizados não deve ir além da conferência e da correção, com a utilização de áudio, do material entregue para revisão. Caso contrário, tem-se uma “retextualização” da “retextualização” bonita, mas sem a marca do orador e com possibilidades de falseamento.

Como se percebe pelos três parágrafos acima, a tarefa de retextualização é complexa, apesar de aparentemente fácil, pois envolve estratégias que exigem não só conhecimentos, mas também discernimento para decidir como, quando e em que medida utilizar cada estratégia. Manuais de casas legislativas tentam “direcionar” os retextualizadores para esse discernimento, porém sem muito sucesso, já que a atividade envolve fatores subjetivos e variáveis.

A complexidade da retextualização de discursos parlamentares, a importância desses discursos e a escassez de estudos relacionados ao tema levaram-nos aos seguintes questionamentos: **Quais alterações os retextualizadores promovem na passagem de discursos parlamentares para a modalidade escrita? Que implicações essas alterações trazem para o sentido do texto?**

A fim de responder a esses questionamentos, adotaremos os seguintes procedimentos metodológicos: i) levantamento bibliográfico sobre transcrição e retextualização, bem como sobre o discurso parlamentar e seus aspectos contextualizadores, para a fundamentação teórica do trabalho; ii) constituição de um *corpus* com base na seleção aleatória de discursos parlamentares pronunciados em sessões ordinárias da Câmara Municipal de Guarulhos no período de 2001 a 2007; iii) levantamento das alterações efetuadas no *corpus* pelos retextualizadores; iv) discussão dos resultados.

A dissertação será organizada em três capítulos. No **primeiro capítulo**, serão abordadas questões teóricas a respeito da fala e da escrita na perspectiva de um *continuum*. Trataremos ainda do contexto e da caracterização dos textos falado e escrito, como também de aspectos referentes a procedimentos de retextualização. O capítulo respalda-se em trabalhos de estudiosos da Análise da Conversação e da Linguística Textual.

No **segundo capítulo**, cuidaremos do discurso parlamentar no tocante ao contexto em que ele ocorre, levando em conta que esses discursos são proferidos em sessões plenárias regidas por normas que determinam muitas das características desses discursos. Aspectos relativos à retextualização de discursos parlamentares nos cenários brasileiro e estrangeiro serão, também, objetos deste capítulo, que se fundamenta em estudos da Análise da Conversação, da Linguística Textual e da Sociolinguística Interacional. O capítulo encontra ainda respaldo na Constituição Federal, em manuais destinados à retextualização de discursos parlamentares, em regimentos internos de casas legislativas e em outras fontes, como editais de concursos para retextualizadores e trabalhos de profissionais da área da retextualização parlamentar.

No **terceiro capítulo**, será feito o levantamento das alterações ocorridas no *corpus* e a discussão dos resultados.

## 1 FALA & ESCRITA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

### 1.1 Fala e escrita na perspectiva de um *continuum*

De acordo com Marcuschi (2003a), fala e escrita apresentam mais semelhanças que diferenças entre si, tanto no que diz respeito aos aspectos lingüísticos quanto sociocomunicativos. As diferenças entre essas modalidades não são estanques nem dicotômicas, mas contínuas ou pelo menos graduais e podem ser mais bem compreendidas quando observadas no contínuo dos gêneros textuais.

Ainda sobre as diferenças entre as duas modalidades, Marcuschi (2003a) afirma que fala e escrita ocorrem em um *continuum* tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois pólos opostos. Há textos produzidos em condições naturais e espontâneas nos mais diversos domínios das duas modalidades que se entrecruzam sob muitos aspectos e, por vezes, constituem domínios mistos, como os textos de noticiários televisivos, os quais são originalmente escritos, mas o alocutário só os recebe oralmente. O autor destaca:

O *contínuo dos gêneros* textuais distingue e correlaciona os textos de cada modalidade (fala e escrita) quanto às estratégias de formulação que determinam o *contínuo das características* que produzem as variações das estruturas textuais-discursivas, seleções lexicais, estilo, grau de formalidade etc., que se dão num *contínuo de variações*, surgindo daí semelhanças e diferenças ao longo de *contínuos sobrepostos*. (MARCUSCHI, 2003a, p. 42).

Com base no *continuum* tipológico, Marcuschi afirma que poucos são os gêneros textuais que podem ser considerados como genuinamente característicos da fala ou da escrita. Nesse sentido, destaca-se o posicionamento de Barros (2000), para quem os usos lingüísticos que ocupariam os lugares extremos da fala e da escrita “puras” e “sem contágios” definidos como termos contrários são pouco comuns. Eles servem, antes de mais nada, como pontos de partida para a caracterização que se pode fazer nas diversas situações de uso da língua. A autora apresenta os seguintes elementos como definidores das diferenças entre a fala e a escrita:

– **O tempo.** No texto falado, elaboração e produção coincidem no eixo temporal; no texto escrito, há dois momentos diferentes: um de elaboração e outro de produção do texto.

– **O espaço.** A unidade espacial é um dos elementos definidores da fala em relação à escrita, ou seja: presença x ausência dos interlocutores; presença x ausência do contexto situacional.



– **Os atores.** Além de “falantes e ouvintes” e “escritores e leitores” terem preenchimentos temáticos e figurativos diferentes – relacionados principalmente aos recursos distintos da expressão (sonoridade e visualidade) –, outros elementos caracterizam os atores da fala e da escrita, sobretudo seus papéis narrativos.

– **O plano da expressão.** As diferenças de substância – sonora na fala e visual na escrita – constituem um dos traços definidores das duas modalidades da língua.

Ainda de acordo com Barros, há certas questões sobre a expressão que precisam ser examinadas quando se trata de textos falados e escritos. Uma delas é o fato de que a escrita não é uma simples transcrição da fala em outra substância de expressão, pois ela utiliza recursos diferentes dos usados pela fala para expressar, de modo diferente, conteúdos que esta exprime pela sonoridade. Os sinais gráficos e a pontuação, por exemplo, são utilizados para cumprir, no texto escrito, as funções de coordenar as relações entre os interlocutores, organizadas na fala pela entoação e pela gestualidade. Nas palavras da autora:

A transcrição para a escrita de um texto falado ou a leitura oral de um texto escrito trazem marcas de escrita e de fala. Não se passa impunemente da substância sonora da fala à visual da escrita, pois há conseqüências no nível da forma da expressão e no plano do conteúdo. (BARROS, 2000, p. 74).

Também é importante ressaltar que, nas situações de fala, a interação face a face proporciona condições ao falante de adequar seu texto às necessidades comunicativas que vão surgindo ao longo da interação e fazer ajustes quando necessário. De acordo com Preti:

Quem fala tem presente seu interlocutor, numa interação face a face em que pode observar as reações dele. Em função disso, pode dosar a densidade das informações, repetir quando necessário para a boa compreensão; interromper frases e até abandonar fragmentos delas, quando perceber que o entendimento pelo ouvinte já se deu; usar variações entonacionais, mudar ritmo de fala, gesticular para reforçar a expressão do pensamento etc. (PRETI, 1991, p. 233).

Há situações comunicativas em que se tenta uma aproximação entre a língua falada e a escrita, como os textos escritos para serem lidos nos meios de comunicação e também nas tribunas dos parlamentos, por exemplo. A esse respeito, Cortelazzo (1985) afirma que os textos escritos com vistas ao emprego oral apresentam, já na sua formação, características da destinação fônica e, portanto, seus traços não são totalmente semelhantes aos da escrita. Por esse motivo, o autor julga importante que haja distinção entre um texto “escrito-escrito”, um texto “escrito para leitura pública”, um texto “escrito para transmissão” e um texto “escrito para recitação”.

Na categoria de textos escritos para transmissão, Cortelazzo inclui aqueles elaborados para noticiários radiofônicos ou televisivos e, no grupo dos textos escritos para

leitura pública, as conferências e os discursos oficiais. O autor defende que alguns discursos parlamentares, em particular aqueles de parlamentares inexperientes, e os discursos de ministros, cujas palavras têm sempre um alto grau de oficialidade, incluem-se no grupo dos textos escritos para leitura pública.

## 1.2 Contexto e caracterização do texto falado

O texto falado desenvolve-se na medida em que evolui seu processo de formulação e sofre influência imediata tanto do contexto de produção quanto dos participantes do ato comunicativo. A esse respeito, Hilgert (2003) observa que a intenção comunicativa é “construída” na e pela formulação e, desse modo, o planejamento de uma atividade comunicativa só se completa depois de concluído o enunciado. O autor ressalta que é precisamente essa preocupação simultânea com o “dizer” e com o “que dizer” que deixa evidente, no texto falado, uma série de marcas responsáveis pela caracterização específica de sua formulação.

As marcas a que se refere o autor são as *hesitações*, as *paráfrases*, as *repetições*, as *correções* e as *inserções*, as quais surgem em decorrência de “problemas” detectados pelo falante durante a formulação do texto.

### 1.2.1 Hesitação

*Hesitação* é o resultado de dificuldade encontrada pelo falante na formulação/linearização do texto, como falha de memória ou desconhecimento relativo ao assunto, ao vocabulário ou a estruturas lingüísticas. De acordo com Marcuschi (1999), a hesitação não é uma propriedade ou característica do falante como tal nem da língua em si, mas um fenômeno de processamento. As hesitações, segundo o autor, podem ser representadas por:

a) **Fenômenos prosódicos.** Esses fenômenos são verificados nas *pausas* e nos *alongamentos vocálicos*.

A respeito das *pausas*, vale transcrever a seguinte observação do autor:

Nem todos os silêncios são pausas, nem todas as pausas são hesitações. Assim, os silêncios inter-turno (também conhecidos como *switching* pauses) em geral não são pausas, mas uma manifestação discursiva que pode constituir até mesmo um turno (no caso de um falante permanecer em silêncio na vez de sua fala). Os silêncios intra-turno, com uma certa duração e um padrão entoacional característico, são prováveis hesitações, sobretudo se vierem em contextos sintáticos ou junções fonêmicas em que não é prevista a pausa. Neste caso contrastam com as chamadas

pausas de junção que aparecem entre grupos fonêmicos ou nas fronteiras sintáticas entoacionalmente marcadas e não formam hesitações. (MARCUSCHI, 1999, p 164).

Exemplos de que nem toda pausa é hesitação encontram-se nas falas do presidente na condução de sessões parlamentares, em que as pausas são indispensáveis para que haja tempo de resposta pelos participantes do evento. Devido à sua importância na prática parlamentar, as pausas são representadas na forma de pistas de contextualização nas retextualizações de fórmulas utilizadas pelo presidente da sessão como as seguintes, usadas em atas da Câmara Municipal de Guarulhos:

O SR. PRESIDENTE – Encontra-se sobre a mesa: a Ata da 42ª Sessão Ordinária realizada em 1º de agosto. Está aberta a palavra. (*Pausa*) Os Vereadores favoráveis permaneçam como estão e os contrários se manifestem. (*Pausa*) Aprovada.

[...]

O SR. PRESIDENTE – Em votação o pedido de urgência. Os Vereadores favoráveis permaneçam como estão e os contrários se manifestem. (*Pausa*) Aprovada a urgência. Em discussão o requerimento. (*Pausa*) Encerrada a discussão. Em votação. (*Pausa*) Aprovado. Encaminhe-se.

Quanto aos *alongamentos vocálicos*, Marcuschi (1999) observa que alguns funcionam como coesão rítmica e outros operam como ênfase. Assim sendo, nem todo alongamento vocálico representa uma hesitação.

b) **Expressões hesitativas.** Essas expressões são formadas por sons que não constituem palavras lexicalizadas e são os tipos de hesitação mais frequentes. Como exemplos, temos os *ah*, *éh*, *ahn*, dentre outros.

c) **Itens funcionais.** A noção de itens funcionais cobre todos os elementos lingüísticos que não têm significação referencial: artigos, preposições, conjunções e pronomes.

d) **Itens lexicais.** Esses itens são menos frequentes que os itens funcionais como constituidores de hesitação e são representados principalmente pelos verbos de uma ou de duas sílabas.

e) **Fragmentos morfológicos.** Muitos fragmentos de palavras constituem momentos de autocorreção, porém, esse tipo de correção opera como um prenúncio de correção e não propriamente como uma correção, já que esta opera retrospectivamente.

### 1.2.2 Paráfrase

*Paráfrase* é uma atividade de reformulação pela qual se restaura o conteúdo de um texto fonte em um texto derivado, com equivalência semântica, com o objetivo de garantir a compreensão entre os interlocutores. Sobre a equivalência semântica, Hilgert (2003)

informa que ela pode ir de um grau mínimo (só perceptível num quadro de conhecimentos extratextuais comum aos interlocutores) a um grau máximo (traduzido na pura repetição). O autor defende que se a reformulação parafrástica revela uma descontinuidade no fluxo formulativo do texto, bem mais explícita ela aparece numa reformulação de natureza corretiva, pois, por meio da correção, o falante anula, total ou parcialmente, a formulação anterior. Hilgert acrescenta que na correção, ao contrário do que ocorre na paráfrase, a relação entre o enunciado de origem e o enunciado reformulador é de contraste semântico, pois o segundo anula, total ou parcialmente, a verdade do primeiro.

### **1.2.3 Repetição**

*Repetição*, de acordo com Marcuschi (2003a), é uma das características da oralidade, seja de itens lexicais, de sintagmas, de orações ou mesmo de estruturas, e gera construções paralelas em grande quantidade. Segundo o autor, as repetições são eliminadas na retextualização, junto com as redundâncias informacionais e algumas reformulações parafrásticas. De acordo com Koch (2003a), pesquisas mais recentes apontam para motivações cognitivas e interacionais da repetição na fala, tanto em termos de processamento quanto no tocante a estratégias de persuasão.

Sobre os aspectos interacionais da repetição, Aquino (1997) afirma que essa estratégia de construção do texto falado é responsável tanto pela estruturação quanto pela organização argumentativa do texto. Porém, para a autora, essa estratégia, utilizada em demasia durante a formulação textual ou durante a interação com um parceiro atento, pode ser motivadora de conflito, já que pode ser entendida como insistência sobre um tópico que o interlocutor pretenda deixar de lado.

### **1.2.4 Correção**

*Correção* é uma reelaboração do discurso, a qual tem a finalidade de “consertar” formulações consideradas inadequadas pelo falante ou por seu interlocutor. Segundo Barros (2003), há dois tipos de correção: a *reparação* e a *correção propriamente dita*. A primeira tem por finalidade corrigir infrações conversacionais; a segunda está relacionada a erros fonético-fonológicos, morfossintáticos e semântico-pragmáticos.

Baseado nos estudos de Schegloff, Jefferson e Sacks (1977)<sup>4</sup>, Marcuschi (2003b) propõe a seguinte tipologia para o fenômeno da correção:

- a) *autocorreção auto-iniciada*: é a correção feita pelo falante logo após a falha;
- b) *autocorreção iniciada pelo outro*: é a correção feita pelo falante, mas estimulada pelo seu parceiro ou por outro;
- c) *correção pelo outro e auto-iniciada*: o falante inicia a correção, mas quem a faz é o parceiro;
- d) *correção pelo outro e iniciada pelo outro*: o falante comete a falha e quem a corrige é o parceiro. (MARCUSCHI, 2003b, p. 29).

O autor trata ainda da posição das correções:

- a) *autocorreções auto-iniciadas*:
  - 1) o mais comum é que ocorram no mesmo turno em que aparecem; geralmente ocorrem na mesma sentença em que surge a falha, mas podem estar na seguinte;
  - 2) ocorrem também no lugar de transição do turno, logo antes da troca;
  - 3) ocorrem às vezes no terceiro turno, após o parceiro ter falado;
- b) *autocorreções iniciadas pelo outro*: realizam-se geralmente no terceiro turno, ou seja, na retomada da palavra pelo falante que cometeu a falha;
- c) *correções pelo outro e iniciadas pelo outro*: realizam-se no turno subsequente ao turno em que ocorreu a falha. (MARCUSCHI, 2003b, p. 29).

Quanto à ordem de preferência para as correções, segundo Marcuschi (2003b), em primeiro lugar estariam as autocorreções auto-iniciadas; em segundo, as autocorreções iniciadas pelo outro; e, em terceiro, as correções iniciadas e feitas pelo outro.

Sobre os efeitos da estratégia de correção no texto falado, Aquino (1997) relata a observação, em estudos anteriores, de que a hetero-correção pode se colocar como elemento promotor do conflito, pois os participantes podem não aceitar o fato de serem corrigidos ou a correção pode não ser adequada.

### 1.2.5 Inserção

A *inserção* tem a finalidade de facilitar a compreensão dos interlocutores, criando coordenadas para o estabelecimento de uma estrutura referencial. Por meio da inserção, de acordo com Koch (2003), introduzem-se explicações ou justificativas, faz-se alusão a conhecimento prévio, apresentam-se ilustrações ou exemplificações e fazem-se comentários metaformativos que têm, muitas vezes, a função de melhor organizar o mundo textual. Já que a inserção tem a função de facilitar a compreensão dos interlocutores pela criação de

---

<sup>4</sup>SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G.; SACKS, H. The Preference for Self-correction in the Organization of Repair in Conversation. *Language*, 1977, 55(2):361-82.

coordenadas para o estabelecimento de uma estrutura referencial, o material inserido não é eliminável sem prejuízo para a compreensão, afirma a autora.

### 1.2.6 Digressão

*Digressão* é um trecho de fala não diretamente relacionado com o tópico em andamento. De acordo com Fávero (2003), em geral, as digressões são introduzidas sem qualquer marca formal, mas podem vir com algum tipo de marcador que permite, logo após o trecho digressivo, a volta ao tópico anterior, como também a continuidade de novas propostas. A autora apresenta a seguinte classificação das digressões sugerida por Dascal e Katriel (1982):

- a) *digressão baseada no enunciado*, que se caracteriza por apresentar uma espécie de relação de conteúdo (semântico ou pragmático) entre o enunciado principal vigente e o digressivo;
- b) *digressão baseada na interação*, a qual se distingue das demais por não apresentar relações de conteúdo com o tópico em andamento; e
- c) *digressão baseada em seqüências inseridas*, referente a uma grande variedade de atos de fala corretivos, esclarecedores, informativos etc. (FÁVERO, 2003, p. 60-61).

Segundo Koch (2003), o interesse dos parceiros em que a conversação se desenvolva é muitas vezes responsável pela introdução de segmentos aparentemente digressivos, os quais são incorporados ao texto conversacional para lhe garantir a coerência.

### 1.2.7 Turno conversacional

*Turno conversacional* é a intervenção de cada participante do evento comunicativo no revezamento de uso da palavra. De acordo com Galembeck (2003), pode-se caracterizar a conversação como uma série de turnos, entendendo-se por turno qualquer intervenção dos interlocutores, independente da extensão. São consideradas turnos tanto as intervenções de valor referencial ou informativo quanto aquelas estritamente interacionais, que indicam o acompanhamento da fala pelo interlocutor.

Há duas modalidades de turnos conversacionais: o *turno nuclear* e o *turno inserido*. O primeiro possui valor referencial nítido e o locutor desenvolve o tópico em andamento; o segundo não tem caráter referencial e é produzido pelo interlocutor na indicação de que acompanha a fala.

Apesar de o *turno inserido* não participar decisivamente do desenvolvimento do tema da conversação, há casos em que esse tipo de turno liga-se ao desenvolvimento do

tópico conversacional. Dessa forma, Galembeck (2003) postula que se deve distinguir entre *turnos inseridos de função predominantemente interacional* e *turnos inseridos que contribuem incidentalmente para o desenvolvimento do tópico*, ou seja, que têm valor referencial. Os turnos inseridos de natureza interacional são aqueles que indicam reforço, concordância, entendimento ou aviso de que o interlocutor deseja tomar o turno. Por sua vez, os turnos inseridos de valor referencial contribuem para o desenvolvimento do tópico, ainda que incidentalmente, mas não têm papel decisivo no desenvolvimento do tópico conversacional.

A alternância de falantes na conversação está diretamente ligada a situações de simetria e assimetria na interação. Na *conversação assimétrica*, por meio de uma série de intervenções de nítido caráter referencial, um dos interlocutores detém o direito de falar enquanto o outro participante só contribui com intervenções episódicas, secundárias em relação ao tópico ou fragmento conversacional. Na *conversação simétrica*, por outro lado, ocorre uma alternância contínua nas posições de falante e de ouvinte, pois todos os interlocutores participam da construção e do desenvolvimento do tópico conversacional, com turnos nucleares.

Segundo Galembeck (2003), há duas modalidades de passagem de turno: a *passagem requerida* e a *consentida*. A *passagem requerida* é assinalada por uma pergunta direta do falante ou pela presença de marcadores que testam a atenção ou buscam a confirmação do ouvinte; a *passagem consentida* é marcada pela intervenção do ouvinte, que passa a deter o turno sem que sua intervenção tenha sido diretamente solicitada.

Além das duas formas de transmissão de turno acima, existe ainda o “assalto ao turno”. Esse tipo de intervenção é marcado pela invasão do turno pelo ouvinte sem a solicitação do falante e fora de um lugar relevante de transição. De acordo com Galembeck (2003), o assalto ao turno pode ser “com deixa” (decorrente de brechas deixadas pelo falante em momentos de hesitação), ou “sem deixa” (correspondente a uma entrada brusca e inesperada do ouvinte no turno do falante). Ciente de que as “deixas” são brechas para assalto ao turno, o falante procura sustentar sua fala com o preenchimento dessas brechas pela utilização de marcadores de busca de aprovação discursiva, de repetições, de alongamentos e de elevação da voz, afirma o autor.

### 1.3 Contexto e caracterização do texto escrito

O contexto de produção da escrita, pelo fato de não envolver uma interação face a face, como é o caso da fala, dá ao escritor a oportunidade de não se preocupar em prender a atenção do leitor no momento em que escreve. Dessa forma, ele tem mais tempo para pensar sobre o que escreve e como escreve, assim como o leitor dispõe de mais tempo para entender o escrito (Cf. RODRIGUES, 2003).

Quanto às estratégias de construção do texto escrito, a autora destaca as seguintes, sugeridas por Chafe (1982):

a) **Uso de nominalização** – processo pelo qual verbos e adjetivos se transformam em nomes que podem ser sujeitos ou objetos de outros verbos ou objetos de preposições;

b) **Uso de frases coordenadas** – a possibilidade de se apresentarem coordenados entre si sintagmas verbais de um lado e sintagmas nominais de outro constitui um artifício pelo qual maior quantidade de informação pode ser concentrada numa unidade de idéia;

c) **Uso de frases ou de orações dependentes** – o maior tempo de que dispõe o escritor para escrever lhe dá condições de elaborar frases mais densas em termos de significado e mais complexas do ponto de vista sintático, resultando na integração de unidades de idéias em construções mais complexas.

Para Koch & Elias (2009), o que distingue o texto escrito do falado é a forma como a coprodução entre os interlocutores se realiza. No texto escrito, a coprodução resume-se à consideração daquele para quem se escreve, não havendo participação direta e ativa deste na elaboração lingüística do texto, devido ao distanciamento entre escritor e leitor. Como os contextos de produção e de recepção do texto escrito de maneira geral não coincidem nem em termos de tempo nem de espaço, o produtor do texto escrito tem mais tempo para elaboração que no caso do texto falado.

### 1.4 Da fala para a escrita: a retextualização em destaque

Apesar de à primeira vista parecer que a passagem da fala para a escrita ocorre apenas em situações específicas, essa atividade é freqüente em nosso dia-a-dia, conforme atesta Marcuschi (2003a):

As atividades de retextualização são rotinas usuais altamente automatizadas, mas não mecânicas, que se apresentam como ações aparentemente não-problemáticas, já que lidamos com elas o tempo todo nas sucessivas reformulações dos mesmos textos numa intrincada variação de registros, gêneros textuais, níveis lingüísticos e estilos. (MARCUSCHI, 2003a, p. 48).



Para o autor, os procedimentos de retextualização envolvem operações complexas que podem interferir tanto no código quanto no sentido e evidenciam uma série de aspectos nem sempre bem compreendidos da relação oralidade-escrita. O autor apresenta um modelo (Diagrama 2), com as seguintes operações de retextualização:

1ª OPERAÇÃO: Eliminação de marcas estritamente interacionais, hesitações e partes de palavras (*estratégia de eliminação* baseada na idealização lingüística).

2ª OPERAÇÃO: Introdução de pontuação com base na intuição fornecida pela entoação das falas (*estratégia de inserção* em que a primeira tentativa segue a sugestão da prosódia).

3ª OPERAÇÃO: Retirada de repetições, reduplicações, redundâncias, paráfrases e pronomes egóticos (*estratégia de eliminação* para uma condensação lingüística).

4ª OPERAÇÃO: Introdução de paragrafação e pontuação detalhada sem modificação da ordem dos tópicos discursivos (*estratégia de inserção*).

5ª OPERAÇÃO: Introdução de marcas metalingüísticas para referenciação de ações e verbalização de contextos expressos por dêiticos (*estratégia de reformulação* objetivando explicitude).

6ª OPERAÇÃO: Reconstrução de estruturas truncadas, concordâncias, reordenação sintática, encadeamentos (*estratégia de reconstrução* em função da norma escrita).

7ª OPERAÇÃO: Tratamento estilístico com seleção de novas estruturas sintáticas e novas opções léxicas (*estratégia de substituição* visando a uma maior formalidade).

8ª OPERAÇÃO: Reordenação tópica do texto e reordenação da seqüência argumentativa (*estratégia de estruturação argumentativa*).

9ª OPERAÇÃO: Agrupamento de argumentos condensando as idéias (*estratégia de condensação*)

OPERAÇÕES ESPECIAIS: readaptação dos turnos (nos diálogos) para formas monologadas ou dialogadas. (MARCUSCHI 2003a, p. 75).

Marcuschi adverte que o modelo apresentado merece reparos sob o ponto de vista de sua operacionalidade, pois é necessário definir com maior precisão as fronteiras entre os vários conceitos apresentados. Informa ainda que o modelo não é a representação de operações hierárquicas e seqüenciadas, mas de operações que, em certo sentido, ocorrem preferencialmente nessa ordem, embora mescladamente. Essas operações, de acordo com o autor, poderiam ser reunidas em dois grupos: no primeiro, estariam as operações que seguem as *regras de regularização e idealização* (de 1 a 4); no segundo, estariam as operações que seguem as *regras de transformação* (de 5 a 9 mais as operações especiais).

As *operações de regularização e idealização* conduzem a uma primeira aproximação da idealização lingüística, ao passo que as *operações de transformação* dizem

respeito ao tratamento da fala no tocante aos aspectos sintáticos, semânticos, pragmáticos e cognitivos. Essas operações são subdivididas por Marcuschi (2003a) da seguinte forma:

**Operações 5 e 6:** nessas operações predominam as atividades referentes à *substituição e reorganização* de natureza pragmática e morfossintática;

**Operações 7 e 8:** envolvem acréscimo informacional, substituição lexical, reordenação estilística e redistribuição dos tópicos discursivos;

**Operação 9:** acopla-se à operação 8, mas distingue-se dela por apresentar uma tendência a redução textual e operações de reordenação de natureza global ou macro; e

**Operações especiais:** referem-se ao tratamento dos turnos na retextualização de conversações.

Marcuschi informa que, nas operações 7 e 8, há uma forte influência do processo cognitivo no qual está envolvida a compreensão textual, condição necessária para a transformação de um texto. Uma não-compreensão não impede a retextualização, mas pode conduzir a uma transformação problemática, chegando ao falseamento, afirma o autor. Além disso, “se considerarmos o texto como uma proposta de sentido e não uma evidência empírica de sentidos objetivamente inscritos, a dificuldade aumenta”. (MARCUSCHI, 2003a, p. 86).

Quanto à operação 9, segundo o autor, apesar de não equivaler a uma estratégia de resumo nem de eliminação sistemática de informação, ela surge como uma estratégia significativa para se estabelecer uma diferença entre *resumir* e *transformar*: “Ambas as atividades são retextualizadoras, mas não com o mesmo objetivo nem como o mesmo interesse, nem na mesma intensidade”. (MARCUSCHI, 2003a, p. 87).

Com relação ao tratamento dos turnos previsto nas operações especiais, Marcuschi apresenta as seguintes técnicas:

**Técnica I: manutenção dos turnos**

Transposição dos turnos tal como produzidos, abolindo as sobreposições e seguindo, no geral, as operações 1, 2, 3 e 5 do modelo, mas com uma seqüenciação por falantes, introduzindo segmentos encadeadores a título de contextualização, podendo haver fusão de turnos, sobretudo os repetidos.

**Técnica II: transformação dos turnos em citação de fala**

Eliminação dos turnos com acentuada manutenção das falas num texto sem a estrutura dialógica geral, mas com indicação precisa de autoria das falas e com a aplicação das operações 1-6 do modelo.

**Técnica III: transformação dos turnos em citação de conteúdo**

Eliminação dos turnos e introdução generalizada das formas do discurso indireto, com citação de conteúdos através dos verbos *dicendi* e surgimento de um texto totalmente monologado, com reordenação dos conteúdos e do léxico, aplicando-se as operações 1-9 do modelo. (MARCUSCHI, 2003a, p. 89).

Como exemplos, o autor cita, para a Técnica I, as entrevistas e os debates publicados na íntegra; para a Técnica II, os artigos de jornal que trazem notícias sobre supostas reuniões a portas fechadas em que são apresentadas falas dos participantes ao lado de longos comentários; e, para a Técnica III, a tomada de depoimento por juízes. Podemos acrescentar aqui, de acordo com nossa área de interesse de pesquisa, para a Técnica I, as atas integrais e, para a Técnica III, as atas resumidas.

O autor aponta para o fato de que na Técnica II existe a possibilidade de *citação de fala*, também conhecida como *discurso direto*, enquanto na Técnica III ocorre a *citação de conteúdo*, mais conhecida como *discurso indireto*. Ele adverte que a noção de “discurso direto” acha-se comprometida com uma determinada visão retórica, já que citar a fala de alguém não equivale a reproduzir sua fala integralmente, pois a citação de fala sempre envolve algum tipo de reformulação ou de recriação:

[...] o fato de algo vir entre aspas não é garantia de que seu autor produziu aquilo precisamente daquela forma. No geral, tiramos as hesitações, os marcadores conversacionais e repetições mais evidentes. Tanto assim que em muitos casos desaparece a identidade do produtor, seja no aspecto idioletal ou socioletal. (MARCUSCHI, 2003a, p. 90).

Como ilustração da complexidade envolvida nas atividades cognitivas presentes no processo de retextualização, Marcuschi relata um caso em que um entrevistado reclamou que lhe haviam sido atribuídas palavras que não teria proferido. Tratava-se da fusão de perguntas e respostas – justificada pelo entrevistador como procedimento para dar concisão ao texto – que resultou em conotação reprovada pelo entrevistado. O autor faz o seguinte comentário a respeito desse fato:

Se fosse um discurso indireto teria sido menos acintoso aos olhos do entrevistado. O problema é que, além de haver uma operação de transformação com acréscimos e fusões, há ainda a atribuição de autoria desse mesmo segmento. Basta isso para mostrar como a retextualização é perigosa. (MARCUSCHI 2003a, p. 71).

Nas operações de transformação da fala para a escrita há uma redução elevada de elementos lingüísticos que vai além das hesitações e dos marcadores conversacionais. A eliminação, de acordo com Marcuschi (2003a), acontece principalmente entre as palavras de função, como os artigos, os pronomes, as preposições, as conjunções etc. Os substantivos, os verbos e os adjetivos, cuja substituição é mais problemática, costumam permanecer. O autor frisa, porém, que se parte do pressuposto básico de que seja preservado, na medida do possível, o mesmo volume de informações nos dois textos. Ele acrescenta:

[...] o menor volume de linguagem se dá por eliminação dos elementos típicos da fala e não por seleção de informação com o objetivo de condensar os textos. *Transformar fala em escrita pode acarretar diminuição de texto, mas não*

*necessariamente por razões de seleção das informações mais importantes e sim pela regularização lingüística que implica redução no volume da linguagem.* (MARCUSCHI, 2003a, p. 87) (grifo do autor).

Marcuschi observa, entretanto, que em sentido estrito é impossível a manutenção do volume de informações, pois os marcadores conversacionais, as hesitações, as repetições e outros itens eliminados, bem como a inversão da ordem tópica, implicam alteração nas intenções e, conseqüentemente, na informação<sup>5</sup>.

Algumas variáveis condicionam o nível de intervenção do retextualizador nos textos. Dessas variáveis, Marcuschi destaca as seguintes:

a) **Propósito ou objetivo da retextualização:** “Dependendo da finalidade de uma transformação, teremos uma diferença bastante acentuada no nível da linguagem do texto, já que é comum uma fala descontraída e casual (informal) receber uma transformação mais formal”. (MARCUSCHI, 2003a, p. 54).

b) **Relação entre o produtor do texto original e o transformador:** “No caso de ser o próprio autor quem retextualiza, as mudanças são muito mais drásticas e, freqüentemente, o autor despreza a transcrição (ou gravação) da fala e redige um novo texto. [...] Já uma outra pessoa que não o próprio autor do texto em processo de retextualização terá mais “respeito” pelo original e fará menor número de mudanças no conteúdo, embora possa fazer muitas intervenções”. (MARCUSCHI, 2003a, p. 54).

c) **Relação tipológica entre o gênero do texto original e o gênero da retextualização:** “A transformação de um gênero textual falado para o mesmo gênero textual escrito, por exemplo, uma narrativa oral passada para uma narrativa escrita, produz modificações menos drásticas que de um gênero a outro”. (MARCUSCHI, 2003a, p. 54).

d) **Processos de formulação típicos de cada modalidade:** “Trata-se da questão das estratégias de produção textual vinculadas a cada modalidade”. (MARCUSCHI, 2003a, p. 54).

Marcuschi aponta para o fato de que, sob o ponto de vista sociolingüístico, no caso de operações de transformação dialetológica e mesmo estilística, deve-se ter o cuidado de não descaracterizar aspectos identitários relevantes ou produzir retextualizações implicitamente preconceituosas que frisem aspectos morfológicos não-padrão ou escolhas lexicais inusuais.

---

<sup>5</sup>Esse fato justifica as recomendações do *Manual do Detapq* para a manutenção de elementos característicos da oralidade na retextualização de depoimentos a comissões de inquérito.

Neste capítulo, vimos que as diferenças entre fala e escrita são contínuas e não estanques nem dicotômicas e podem ser mais bem compreendidas no contínuo dos gêneros textuais. A diferença entre fala e escrita localiza-se principalmente nos processos de formulação de cada modalidade: no texto falado, a formulação simultânea do texto à sua apresentação deixa transparecer os processos de construção textual; no texto escrito, a formulação do texto anterior à sua apresentação traz à luz textos livres das marcas de sua elaboração.

Constatamos ainda que a escrita não é uma simples transcrição da fala em outra substância de expressão, pois ela utiliza recursos diferentes daqueles usados pela fala para expressar, de modo diferente, conteúdos que esta exprime pela sonoridade. No tocante à retextualização, destaca-se o fato de que a transformação do texto oral para a modalidade escrita em nível profissional é uma tarefa complexa que exige principalmente aspectos de ordem cognitiva. Observamos, também, que os objetivos da retextualização, a relação entre o produtor do texto original e o retextualizador, a relação tipológica entre o gênero do texto original e o gênero da retextualização como também os processos de formulação típicos de cada modalidade determinam o nível de intervenção do retextualizador nos textos.

Feitas as considerações teóricas sobre a fala e a escrita, trataremos do discurso parlamentar no tocante à sua contextualização e retextualização, tendo em conta a especificidade desses discursos, sua dependência do contexto e a importância da passagem desses discursos da modalidade oral para a modalidade escrita.

## 2 DISCURSO PARLAMENTAR: CONTEXTO E RETEXTUALIZAÇÃO

### 2.1 Discurso parlamentar

De acordo com van Dijk (2001), as propriedades definidoras de um gênero devem ser buscadas nas estruturas do texto e/ou da conversação, e os debates parlamentares não constituem exceção. Segundo o autor, boa parte da teoria sobre os debates parlamentares como gênero deveria ser formulada a partir das propriedades de seu contexto. Em outras palavras, antes de serem definidos por seus tópicos, por seu estilo ou pela troca de turnos, os debates parlamentares são definidos principalmente pelo fato de que as pessoas implicadas nesses debates são membros do parlamento e têm lugar na instância política do parlamento, além de seus atores principais estarem atuando como políticos ou como legisladores, entre outras características contextuais.

Os parlamentares podem falar sobre educação, saúde ou negócios, mas esses discursos não são construídos a partir das marcas contextuais próprias dos domínios da educação, da saúde ou dos negócios, afirma van Dijk, para quem os domínios podem, em certas ocasiões, estar fortemente relacionados e inclusive sobrepor-se. Assim, os parlamentares não são apenas representantes eleitos, mas também são legisladores e essa parte de sua atividade deve estar circunscrita ao domínio da justiça ou da lei. De fato, quando os políticos tomam suas decisões e organizam seus discursos a partir de interesses econômicos pessoais há um cruzamento ilegal de domínios e eles podem ser criticados e inclusive perseguidos por corrupção, conclui o autor.

Quanto à apresentação dos discursos parlamentares, Cortelazzo (1985) afirma que a maior parte dos discursos parlamentares não se apresenta na forma de texto escrito para ser lido, mas também não apresenta as características da fala espontânea do diálogo informal. Trata-se de textos baseados geralmente num esboço escrito, mais ou menos detalhado, que fornece a esses discursos um forte planejamento. O esboço, ao contrário do texto escrito para ser lido, permite uma certa espontaneidade do orador, observáveis tanto no parlamentar experiente, capaz de improvisos e variações com relação ao esboço preparado, quanto no inexperiente, que se atrapalha com o esboço.

De acordo com Cortelazzo, os acréscimos de textos em relação ao esboço e as inserções de formas discursivas típicas da fala, sobretudo nos trechos nos quais a pressa e a participação pessoal do orador são maiores, distinguem os discursos parlamentares do texto escrito; entretanto, o planejamento antecipado e as seleções estilísticas derivadas das

peculiaridades dos discursos parlamentares como discursos públicos e substancialmente monológicos impedem que eles sejam comparados à fala espontânea dos diálogos. Essas características do discurso parlamentar, segundo o autor, conduzem a uma definição desses discursos como “fala formal”.

O termo “discurso parlamentar” é definido pelo glossário da Câmara dos Deputados como “pronunciamento público de parlamentar na tribuna da Casa legislativa sobre assunto determinado”. Nessa definição estão implícitos os itens *tópico* ou *assunto* (“assunto determinado”), *situação* (“pronunciamento público”), *papéis dos participantes* (“parlamentar”) e *meio do discurso* (“tribuna da Casa legislativa”). Esses quatro itens, propostos por Ventola (1979) *apud* Fávero *et al* (2003, p. 17), devem ser respeitados no discurso parlamentar. Sobre o item tópico ou assunto, transcrevemos um exemplo encontrado na ata da 23ª Sessão Ordinária de 7 de maio de 2001, da Câmara Municipal de Guarulhos:

PRESIDENTE – Vereadora, a senhora novamente está fugindo do assunto. Na sua primeira justificativa de voto a senhora falou dos professores e agora outra vez.

ORADORA (Para justificar o voto) – Senhor Presidente, eu, com o maior respeito, aceito a sua reprimenda, mas tem sido costumeiro nesta Casa nos pautarmos... E o tempo da fala é do Vereador. Eu fiz a abordagem sobre o porquê de votar na emenda do Vereador A e não vou me furtar de deixar registrada essa minha opinião de que o diretor de escola, ao fazer o calendário escolar...

PRESIDENTE – Vereadora...

ORADORA (Para justificar o voto) – Senhor Presidente, é a primeira vez que V.Exa. reprime um Vereador...

PRESIDENTE – Não, não estou reprimindo, Vereadora.

ORADORA (Para justificar o voto) – ...por se desviar.

PRESIDENTE – É que o Vereador B fez uma observação da desconcentração quando nós fugimos do assunto, e isso não é bom para a condução dos trabalhos. Só isso.

Encontramos, nos discursos parlamentares, vocabulário e estilos variados devido às diversas procedências regionais dos oradores e à multiplicidade de domínios discursivos. Hesitações, digressões, repetições e correções são comuns nesses discursos, o que pode ser explicado pelo improviso de muitos deles.

No Brasil, o parlamentar tem liberdade de expressão garantida constitucionalmente, conforme se observa no Artigo 53 da Constituição Federal de 1988: “Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos”. Essa liberdade estende-se aos Vereadores, como previsto no Inciso VIII do

Artigo 29 da mesma Constituição: “VIII – inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município”.

A Constituição Federal garante o direito de palavras e opiniões aos parlamentares, porém, há limites a serem respeitados tendo em vista o decoro parlamentar<sup>6</sup> e as regras estabelecidas pelos regimentos internos das casas legislativas para o bom andamento dos trabalhos no plenário. Como exemplos das regras regimentais a que o orador parlamentar está submetido, temos o Artigo 73 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Observamos, nos incisos III e V do Artigo 73 desse Regimento, que a posição dos Deputados e do Presidente da sessão para falar é predeterminada: “III – o Presidente falará sentado, e os demais Deputados, de pé, a não ser que fisicamente impossibilitados”; “V – ao falar da bancada, o orador em nenhuma hipótese poderá fazê-lo de costas para a Mesa”. O inciso IV do mesmo artigo estabelece quando o Deputado pode usar a palavra:

IV – o orador usará da tribuna à hora do Grande Expediente, nas Comunicações de Lideranças e nas Comunicações Parlamentares, ou durante as discussões, podendo, porém, falar dos microfones de apartes sempre que, no interesse da ordem, o Presidente a isto não se opuser [...]

O uso dos turnos pelos oradores é regulamentado pelos incisos VI, VII e VIII:

VI – a nenhum Deputado será permitido falar sem pedir a palavra e sem que o Presidente a conceda, e somente após essa concessão a taquigrafia iniciará o apanhamento do discurso;

VII – se o Deputado pretender falar ou permanecer na tribuna anti-regimentalmente, o Presidente adverti-lo-á; se, apesar dessa advertência, o Deputado insistir em falar, o Presidente dará o seu discurso por terminado;

VIII – sempre que o Presidente der por findo o discurso, os taquígrafos deixarão de registrá-lo.

O Inciso X estabelece a quem o Deputado deve se dirigir em sua fala e o inciso XI cuida da forma de tratamento que deve ser usada entre os pares no plenário:

X – o Deputado, ao falar, dirigirá a palavra ao Presidente, ou aos Deputados de modo geral;

XI – referindo-se, em discurso, a colega, o Deputado deverá fazer preceder o seu nome do tratamento de Senhor ou de Deputado; quando a ele se dirigir, o Deputado dar-lhe-á o tratamento de Excelência;

O Inciso XII, por sua vez, adverte quanto à utilização de formas descorteses ou injuriosas:

---

<sup>6</sup>“Princípios éticos e normas de conduta que devem orientar o comportamento do parlamentar no exercício de seu mandato”. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/glossario>>. Acesso em: 15 fev. 09.



XII – nenhum Deputado poderá referir-se de forma descortês ou injuriosa a membros do Poder Legislativo ou às autoridades constituídas deste e dos demais Poderes da República, às instituições nacionais, ou a Chefe de Estado estrangeiro com o qual o Brasil mantenha relações diplomáticas;

É interessante notar que, nesse Inciso, o Regimento lista as autoridades às quais o Deputado não pode se referir de forma descortês ou injuriosa e não há recomendação alguma quanto à forma como deve ser tratado o cidadão dito comum. Isso nos remete a Villaça & Bentes (2008), as quais afirmam que o exercício da cortesia parece pressupor uma diferença de *status* entre os interlocutores. Silva (2008) também aponta para um tratamento hierarquizado nas sociedades:

Normalmente, as sociedades são divididas hierarquicamente, por isso o tratamento que recebe um membro da sociedade depende do papel que desempenha e de suas características: idade, sexo, posição familiar, hierarquia profissional, grau de intimidade, etc. (SILVA, 2008, p. 160).

Para Silva (2008), as formas de tratamento têm papel fundamental na busca de equilíbrio durante a conversação, pois os participantes precisam suavizar qualquer tipo de imposição e preservar a imagem. Na concepção do autor, o tratamento é um sistema de significação que contempla diversas modalidades de se dirigir a uma pessoa. “Trata-se de um código social que, quando transgredido, pode causar prejuízo no relacionamento entre os interlocutores”, adverte o autor.

No contexto do discurso parlamentar, as formas de tratamento ilustram bem as observações de Silva pelas recomendações detalhadas contidas nos regimentos internos das casas legislativas, como se observa no Inciso XI (transcrito acima) do Artigo 73 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. A título de complemento, transcrevemos os Incisos XI e XII do Artigo 140 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo:

XI - referindo-se em discurso a outro Vereador, o orador deverá preceder seu nome do tratamento de "Senhor" ou de "Vereador";  
XII - dirigindo-se a qualquer de seus pares, o Vereador lhe dará tratamento de "Excelência", de "nobre Colega" ou de "nobre Vereador";

Cabe observar que, apesar da indicação de uso nos regimentos internos e de ser amplamente usada nas casas legislativas com relação a todos os vereadores, a forma “excelência” é reservada pelas gramáticas e por diversos manuais de redação, no âmbito do legislativo municipal, apenas aos presidentes das câmaras, cabendo aos vereadores em geral o tratamento de “senhoria”, o que põe em evidência a diferença de *status* entre o chefe da edilidade e os outros componentes. Dentre esses manuais destaca-se o *Manual da Presidência da República* que lista, como membros do Poder Legislativo que devem receber o tratamento de “excelência”: Deputados Federais e Senadores, Ministros do Tribunal de Contas da União,

Deputados Estaduais e Distritais, Conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados e Presidentes das Câmaras Legislativas Municipais. O *Manual de Redação da Câmara dos Deputados*, porém, acompanha a prática do parlamento e inclui os vereadores no rol daqueles que devem ser tratados por “excelência”.

As formas de tratamento e outras regras de cortesia prescritas pelos regimentos das casas legislativas visam à preservação das faces dos parlamentares, pois a imagem e a honra dos componentes do parlamento devem ser resguardadas em benefício do colegiado. Nessa linha, repetimos as palavras de Preti (2008, p. 217): “Na linguagem verbal, o objetivo da cortesia, em princípio, é buscar uma forma de evitar conflitos entre os falantes, tornando possível a interação, ainda que haja uma discordância de opiniões gerada por diferentes causas”.

Evitar conflitos significa manter a harmonia da interação. Harmonia, como indica Leite (2008), é um fator de relevância nas interações, porém nem sempre ela é possível, pois, de acordo com Silva (2008), o simples contato com um interlocutor já representa o rompimento de um equilíbrio, ameaçando a imagem tanto do locutor quanto do interlocutor. Para o autor, essa ameaça leva a um acordo tácito entre as partes: um não ameaça a face do outro até que a própria face seja ameaçada.

De acordo com Aquino (2008), a atitude de cortesia tende a amenizar os conflitos na interação, não o desacordo em relação ao tópico em discussão. A autora destaca:

Tratar o adversário por “meu colega”, “nosso amigo... companheiro”, parece dizer respeito ao tratamento que marca o relacionamento típico entre os parlamentares. Muitas vezes eles fazem parte dos trabalhos da mesma casa, irão compartilhar de determinados eventos, então, respeitam-se, mas não são partidários. (AQUINO, 2008, p. 366).

Segundo a mesma autora, há o reconhecimento em nossa sociedade de que ser cortês é tratar com civilidade, é ser gentil, educado, é preservar a imagem do outro em interações privadas, mais ainda em interações públicas, em que interagem outros participantes ou que sejam veiculadas pela mídia, onde se expõe em maior escala a face do interlocutor. Para a autora, as pessoas públicas apresentam peculiaridades em seu modo de interagir em sua conduta quanto à cortesia, pois o contexto em que interagem usualmente as expõe, conferindo-lhes um risco maior quanto à imagem pública. O modo de interagir dessas pessoas, embora marcado por desacordos, pode evidenciar uma cortesia que logo se esvai, no mesmo turno, pelo posicionamento que nega, por exemplo, a ação do outro, adverte a autora.

Quando “a cortesia se esvai”, a descortesia pode aparecer, dando lugar a situações embaraçosas que podem ameaçar a face tanto dos interlocutores quanto de terceiros, presentes

ou ausentes à cena de interação. Para Aquino (2008), a descortesia pode estar associada à desconsideração do outro, à desconsideração do dizer do outro e à negação do seu dizer.

Os discursos parlamentares – apesar de iniciados por vocativos corteses, por formas de tratamento refinadas e de respeitarem, em sua maioria, recomendações específicas que visam à preservação das faces – são fontes de diversos exemplos de descortesia motivada por várias razões e expressa por inúmeras formas, dentre as quais encontram-se termos “interditados” por serem considerados politicamente incorretos. Como ilustração do uso desses termos, transcrevemos trecho do discurso do Deputado Federal Antonio Carlos Pannunzio a respeito da absolvição do Senador Renan Calheiros no julgamento ocorrido em 12 de setembro de 2007, e a fala da Deputada Federal Janete Rocha Pietá. O Deputado usou o termo “setembro negro”, considerado de cunho racista pela Deputada, a qual solicitou que a expressão fosse retirada do discurso<sup>7</sup>:

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – (...) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é 12 de setembro, um setembro negro na história do Parlamento, que deslustra as tradições da Casa e do Parlamento brasileiro.

[...]

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que sejam retiradas expressões de cunho racista do último pronunciamento do Líder Antonio Carlos Pannunzio. O setembro S.Exa. pode colocar ao bel-prazer de seu partido e de sua ilustre pessoa. Porém, a expressão setembro negro, que nesta tarde já foi mencionada, caracteriza tradições racistas em nossa população. Dessa forma, peço que seja retirada a expressão setembro negro.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Chinaglia) - A Mesa vai analisar o pedido de V.Exa.

A solicitação da Deputada representa uma estratégia bastante corrente no discurso parlamentar, que tanto pode servir de instrumento de preservação quanto de ameaça às faces: é o pedido de substituição ou de eliminação, pelo orador ou pelos seus pares, de termos considerados ofensivos. Cientes da dupla modalidade (fala e escrita) de seus discursos, freqüentemente os oradores ou os interlocutores solicitam que termos considerados inadequados não constem da ata. O atendimento a essas solicitações é complicado, pois as solicitações de correção podem ocorrer em turnos distantes do termo a ser corrigido e até mesmo em sessões posteriores. Além disso, os oradores geralmente deixam marcas indeléveis do termo extraído, o que pode suscitar curiosidade do leitor quanto ao termo apagado e até mesmo causar maior constrangimento que a expressão inicial. De fato, grande parte dessas correções tem mais a função de “retratação” que de “correção”. Um dos exemplos

---

<sup>7</sup>Os dois discursos foram proferidos no dia 12 de setembro de 2007 e estão disponíveis em <<http://www.camara.gov.br/internet/plenario/notas/ordinari/v120907.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2009.

encontrados em atas da Câmara Municipal de Guarulhos é o seguinte, colhido na ata da 61ª Sessão Ordinária realizada em 9 de outubro de 2007, em que o orador solicita a eliminação de termo considerado ofensivo pelo colega:

ORADOR (Pela ordem) – Eu queria fazer uma retificação na ata. As taquígrafas já sabem. Foi quando fiz uma fala a respeito do Vereador X. Eu não posso repetir a mesma coisa, senão vai ficar registrado, mas as taquígrafas sabem a intenção deste Vereador. Seria só para fazer uma correção na ata. Se as taquígrafas forem comunicadas saberão o que fazer, porque se eu repetir vai ficar na ata do mesmo jeito. O Vereador X falou: “Pelo amor de Deus, só peça a retificação! E o Presidente da Casa tem de deferir.” Esse foi o seu pedido.

Vale esclarecer que o trecho corrigido encontra-se na página 9 da ata e a solicitação de correção na página 55. Em situações como essa, como o pedido de correção e a autorização de mudança estão distantes e são mantidos na retextualização, opta-se por soluções como a seguinte, resultante do requerimento transcrito acima, em que o trecho eliminado foi substituído por reticências e inseriu-se informação sobre a ocorrência entre parênteses e em itálico:

V.Exa., que já foi funcionário público, é um funcionário aposentado, é Vereador e realmente se dedica a esta questão. Apesar de que eu não conheço muito de seus pacientes... (*Trecho extraído do discurso por solicitação do orador e deferimento do Senhor Presidente, na página 55*).

Essas correções nem sempre são efetuadas, pois há ocasiões em que o presidente não autoriza a mudança ou, em caso de solicitação de terceiros, o orador pode solicitar que o termo seja mantido da forma como foi pronunciado. O requerimento da Deputada Janete Pietá para eliminação da expressão “setembro negro” do discurso do Deputado Pannunzio, por exemplo, não foi atendido, como se verifica no texto publicado no *Diário da Câmara dos Deputados* do dia 13 de setembro de 2007, página 46100.

## **2.2 Discurso parlamentar: contexto**

O contexto é essencial para a construção de sentidos do texto nos processos de produção e de recepção, seja na fala seja na escrita. Segundo Kerbrat-Orecchioni (2006), o contexto nas conversações pode ser considerado tanto em relação ao processo de *produção* quanto de *interpretação*. No que diz respeito à produção, o contexto determina o conjunto de escolhas discursivas que o falante deve efetuar; no tocante à interpretação dos enunciados pelo receptor, ele desempenha um papel decisivo para a identificação da significação implícita do discurso.

De acordo com Koch & Elias (2006), um estudo do texto sem a consideração do contexto é altamente insuficiente pelo fato de que certos enunciados são ambíguos e necessitam do contexto para uma interpretação unívoca. Além disso, segundo as autoras, o contexto permite preencher as lacunas do texto por meio de inferências-ponte.

Ao estudar o contexto, Parret (1998) apresenta a seguinte classificação:

a) **Contexto co-textual.** Trata-se de um contexto de descodificação relacionado à sintaxe e à semântica;

b) **Contexto existencial.** Diz respeito ao contexto expresso por seqüências lingüísticas. Tem o locutor e o alocutário e sua localização espaço-temporal como índices;

c) **Contexto situacional.** Refere-se ao cenário em que ocorre a interação e suas regras, portanto, não se materializa nas seqüências lingüísticas;

d) **Contexto acional.** Formado pelas ações lingüísticas dos alocutários, o contexto acional representa uma subclasse do contexto situacional; e

e) **Contexto psicológico.** Contexto representado pelo conjunto de intenções, crenças e desejos determinantes das ações comunicativas.

Segundo van Dijk (2004), dados certos enunciados de uma língua natural, a teoria pragmática irá especificar as regras que atribuem um certo ato de fala ou força ilocucionária a cada enunciado, com base na estrutura particular do contexto pragmático. De acordo com o autor, as informações para que o ouvinte entenda a intenção do falante podem partir de vários pontos e através de vários canais, a saber:

- a) Propriedades das estruturas dos enunciados (como as determinadas por regras gramaticais);
- b) Propriedades paralingüísticas (velocidade, ênfase, entoação, tom, etc., além de gestos, expressões faciais, movimentos corporais, etc.
- c) Observação/percepção real do contexto comunicativo (presença e propriedade dos objetos, pessoas, etc.);
- d) Conhecimentos/crenças já armazenados na memória a respeito do falante e suas idiossincrasias ou sobre outras características da situação social;
- e) Conhecimentos e crenças relativas aos tipos de interação em curso e estruturas dos contextos precedentes à interação;
- f) Conhecimentos/crenças derivados de atos de fala precedentes, i.e., partes precedentes do discurso, tanto no nível micro (ou local) quanto no nível macro (ou global);
- g) Semântica geral, em particular a convencional, conhecimentos sobre inter-(ação), regras, etc. – em especial aquelas da pragmática;
- h) Outros tipos e conhecimento de mundo (*frames*). (VAN DIJK, 2004, p. 77).

A respeito da constituição do contexto no discurso parlamentar, van Dijk (2001)<sup>8</sup> informa que os parlamentares compartilham grande parte de seus conhecimentos e crenças sobre os contextos que constroem e, além disso, sabem como os outros parlamentares definem a situação em curso em termos de seus próprios modelos mentais. Segundo o autor, esse conhecimento, representado no modelo mental chamado contexto, também pode estar ritualmente expresso ou formulado como nas situações em que, na Câmara dos Comuns britânica, os parlamentares do mesmo partido se dirigem uns aos outros com o vocativo “meu prezado amigo”, ainda que em outras situações sociais possam ser inimigos implacáveis.

Com relação ao espaço em que ocorrem os debates parlamentares, o autor salienta que, por determinação legal, esses debates acontecem em um espaço muito bem definido, o Parlamento, mencionado em inúmeros discursos por expressões como “aqui” ou “nesta Câmara”. Esses termos podem soar ambíguos, uma vez que tanto podem representar uma dêixis institucional de caráter global (aqui na instituição do Parlamento) como uma dêixis espacial de caráter local (neste Parlamento no sentido de edifício), afirma o autor.

O cenário temporal, de acordo com van Dijk, pode ser definido, em sua maioria, como um dia ou uma data específica por expressões como “hoje”, que estão ligadas naturalmente às atas do parlamento. Os cenários temporais nos debates parlamentares também têm um significado legal e político muito além do dia e da data, pois esses componentes diacrônicos podem validar ou invalidar decisões parlamentares. O tempo é um dos mais valiosos recursos dos parlamentares e se regulamenta por normas bastante rígidas e a partir de estratégias governadas pelo poder e por outros critérios políticos. Na afirmação do autor:

Os oradores são visivelmente (e acusticamente) conscientes das restrições de tempo e suas intervenções vêm-se, em boa parte, marcadas por elas. Observa-se, por exemplo, no aumento da velocidade da fala, na realização de resumos ou na solicitação de mais tempo ao presidente para continuar a fala.<sup>9</sup> (VAN DIJK, 2001, tradução nossa).

Segundo Marcuschi (2003a), uma das características da fala é utilizar-se do contexto físico de maneira sistemática, seja para referência, seja para orientação espacial. Trata-se de uma forma de explicitação vinculada a aspectos não estritamente verbalizados e

---

<sup>8</sup>Embora o autor se refira ao contexto da Câmara dos Comuns britânica, as características contextuais dos atos parlamentares mencionadas por ele são comuns, se não a todas, à maioria das Casas Legislativas, inclusive às brasileiras.

<sup>9</sup>Los hablantes son visiblemente (y acústicamente) conscientes de las restricciones de tiempo y sus intervenciones se ven, en buena medida, marcadas por ellas; se observa, por ejemplo, en el aumento de la velocidad de habla, en la realización de resúmenes o en el ruego de que el Presidente le permita estar más tiempo hablando.

que, quando se elimina o contexto físico, devem ser supridos com uma informação equivalente que os recupere, afirma o autor.

As relações entre os sujeitos, o tempo e o espaço do discurso e a sua enunciação, de acordo com Barros (2000) são, em geral, expressas na fala por dêiticos. Já na escrita, essas relações são tratadas por meio de descrições mais detalhadas dos atores e da localização e organização temporal e espacial. Rodrigues (2003), por seu turno, afirma que o isolamento do escritor com relação ao leitor faz com que esse último só possa dispor de informações passadas no e pelo texto, já que não dispõe de dados do contexto. Dessa forma, para propiciar a compreensão, a língua escrita tem de compensar a ausência do contexto fornecendo, lingüisticamente, informação a ele equivalente.

Aspectos contextuais podem necessitar de explicitude dos referentes para evitar ambigüidade, uma vez que apenas os dêiticos “aqui” (na cidade, no plenário, na tribuna etc.), “hoje”, “amanhã”, “senhor presidente”, por exemplo, podem não ser suficientes para recuperar a informação. Nas atas parlamentares, tanto nas integrais quanto nas resumidas, essas informações são fornecidas pelo cabeçalho e pelas pistas de contextualização dispostas ao longo do texto, como veremos mais adiante.

### 2.2.1 Pistas de contextualização

Em seus estudos sobre contextualização, Gumperz (2002) assume o posicionamento segundo o qual é através de traços presentes na estrutura de superfície das mensagens que os falantes sinalizam e os ouvintes interpretam qual atividade está em andamento, como o conteúdo semântico deve ser entendido e como cada oração se relaciona à que a precede ou sucede. Esses traços, informa o autor, são denominados “pistas de contextualização”. Essas pistas são todos os traços lingüísticos que contribuem para a sinalização de pressuposições contextuais e podem aparecer sob várias manifestações lingüísticas, dependendo do repertório lingüístico de cada participante. O autor destaca ainda que:

Quando todos os participantes entendem e notam as pistas relevantes, os processos interpretativos têm lugar sem ser percebidos. Entretanto, quando um ouvinte não reage a uma das pistas ou não conhece sua função, pode haver divergências de interpretação e mal-entendidos. (GUMPERZ, 2002, p. 153).

As pistas de contextualização podem ser de várias ordens. Ribeiro & Garcez (2002) destacam as *pistas lingüísticas*, que são as alternâncias de código, de dialeto ou de estilo; as *pistas paralingüísticas*, representadas pelas pausas, pelo tempo da fala e pelas

hesitações; as *pistas prosódicas*, presentes na entoação, no acento e no tom; e as *pistas não-verbais*, representadas pelo direcionamento do olhar, pelo distanciamento entre os interlocutores, pelas posturas e pelos gestos.

Tendo em vista os objetivos e as peculiaridades da retextualização dos discursos parlamentares, as pistas lingüísticas e paralingüísticas fornecidas pelo orador e as pistas não-verbais, inseridas pelo profissional da retextualização, representam instrumentos essenciais para a construção de sentido pelo leitor externo à cena enunciativa. Por essa razão, a maioria dos manuais de casas legislativas destinados aos retextualizadores fazem alusão às pistas contextuais quando tratam das informações que devem ser inseridas nos textos para explicitação de fatores contextuais. Como exemplos desses manuais, citamos o Manual da Câmara Municipal de São Paulo (*Manual de procedimentos*) e o da Câmara dos Deputados (*Manual do Detaq*).

O *Manual de procedimentos*, no tópico “Ata falando” – termo definido nesse *Manual* como “observações da Taquigrafia cujo objetivo é abreviar certos trechos da sessão ou refletir ocorrências em plenário” –, dá uma relação de pistas indicativas de contextualização que podem ou devem ser usadas pelo taquígrafo. Essas pistas refletem, dentre outras situações:

- a) **ocorrências externas ao discurso:** “tumulto no plenário”, “manifestações na galeria”, “tumulto na galeria”, “vaia na galeria”, “é observado um minuto de silêncio”;
- b) **andamento da sessão:** “assume a presidência o Sr. Fulano de Tal”, “Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Fulano de Tal”;
- c) **formato do discurso:** “o orador profere discurso em língua estrangeira”.

O *Manual do Detaq*, por seu turno, dá instruções detalhadas quanto à forma com que o taquígrafo deve indicar:

- a) **a norma regimental em que é pronunciado o discurso:** “Ao lado da identificação do orador, é preciso acrescentar a expressão ‘Questão de ordem’”<sup>10</sup>;

---

<sup>10</sup>“Considera-se questão de ordem toda dúvida sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática exclusiva ou relacionada com a Constituição Federal”. (Regimento Interno da Câmara dos Deputados, Art. 95). A necessidade da indicação da forma regimental da fala deve-se ao fato de que os pronunciamentos no plenário são regidos por normas que prevêm desde a forma e o tempo do discurso até as providências que devem ser tomadas pela presidência da sessão.



b) **a forma com que é apresentado o discurso:** “Nos pronunciamentos lidos, ao lado da identificação do orador, é preciso incluir a expressão ‘Pronuncia o seguinte discurso’”, “[...] se a intervenção é de improviso, acrescentar: ‘Sem revisão do orador’”;

c) **o status do orador (se principal ou aparteante) e sua filiação partidária:**

Em início de discurso, o nome do orador, *grafado em caixa-alta e em negrito*, será sempre seguido, entre parênteses, da sigla do partido a que pertence, bem como da sigla do Estado pelo qual se elegeu. [...] O nome do aparteante, também em negrito, *deve ser digitado apenas com as iniciais maiúsculas* e não é seguido da indicação do partido político e do Estado.<sup>11</sup> (grifo nosso).

d) **material de apoio utilizado pelo orador:**

Quando o orador exibir documentos ou qualquer outro tipo de material referente ao tema abordado, tal circunstância deve ser indicada das seguintes formas:

(Exibe documento.)

(Mostra fotografia.)

(Aponta para o mapa.)

(Mostra gráfico, tabela, etc.)

O *Manual do Detaq* traz ainda recomendações quanto ao procedimento diante de atitudes não recomendáveis ou embaraçosas dos presentes ao evento: “Em homenagem póstuma, não usar a expressão (*Palmas.*), a não ser a pedido do orador. [...] Se necessário, indicar apenas (*O orador é cumprimentado.*) ou (*O orador é abraçado.*) ao final do pronunciamento, em itálico e entre parênteses”.

## 2.2.2 O debate no contexto parlamentar

O debate, segundo Aquino (2008), constitui evento significativo em qualquer sociedade por contribuir para o conhecimento e a ampliação da visão quanto a determinado tópico de interesse de um grupo, em dado momento. A discussão que nele se apresenta pode colaborar para a formação de opinião, para uma tomada de posição entre os indivíduos que integram determinada sociedade.

Quanto aos debates desenvolvidos no parlamento, van Dijk (2001) observa que há dúvida quanto ao domínio discursivo em seu conjunto, pois, como os parlamentares em geral são políticos profissionais, seu trabalho é normalmente definido como política e como pertencente ao domínio da política, antes da educação, da saúde ou dos negócios. Ainda de

---

<sup>11</sup>Os trechos grifados refletem a necessidade de se evidenciar o orador principal do discurso, uma vez que a fala do aparteante é inserida no tempo do orador principal e deve relacionar-se ao assunto tratado por ele.

acordo com o autor, devido a diferenças ideológicas ou de outra natureza, os parlamentares podem ter concepções divergentes sobre o que significa política, mas é provável que pelo menos compartilhem a idéia geral da categoria segundo a qual se concebe a política como sendo o domínio social que define as sessões do parlamento.

A atividade principal de uma sessão parlamentar é o ato discursivo do debate, afirma van Dijk. O debate em si pertence a um nível mais alto, uma noção discursiva complexa que consiste em uma sucessão de intervenções por parte dos parlamentares, de intervenções do Presidente, de perguntas de suas excelências aos ministros, de interrupções etc. Um debate assim pode desenvolver-se não só durante horas, mas, às vezes, estender-se por dias e, portanto, atravessar várias sessões, afirma o autor.

Um dos motivos para a continuidade dos debates parlamentares por várias sessões é a obstrução aos trabalhos. O *Glossário* da Câmara dos Deputados assim define o termo obstrução:

Recurso utilizado pelos parlamentares, em uma Casa legislativa, com o objetivo de impedir o prosseguimento dos trabalhos e ganhar tempo dentro de uma ação política. Os mecanismos mais utilizados são os pronunciamentos, pedidos de adiamento da discussão e da votação e saída do Plenário para evitar *quorum*.

Os trabalhos principais do parlamento desenvolvem-se em sessões ordinárias – com dia e hora fixados nos regimentos das casas legislativas – e em sessões extraordinárias, convocadas de acordo com a necessidade dos trabalhos.

A seguir, apresentaremos algumas características dessas sessões com base nas sessões da Câmara Municipal de Guarulhos, Estado de São Paulo. Lembramos que o formato das sessões pode variar de acordo com o porte e a organização das casas legislativas, mas sem grandes diferenças em sua essência.

### **2.2.3 A sessão parlamentar ordinária**

As sessões ordinárias da Câmara Municipal de Guarulhos são realizadas duas vezes por semana, às terças e às quintas-feiras, com início previsto para as quatorze horas. Essas sessões têm duração regulamentar de quatro horas e são compostas das seguintes partes:

**Abertura.** A sessão é aberta pelo presidente<sup>12</sup>, com o seguinte enunciado, constante do Regimento Interno: “Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos”. A partir dessas palavras, o presidente dá encaminhamento às próximas partes da sessão, na seqüência abaixo:

**Pequeno Expediente.** O pequeno expediente tem duração de trinta minutos e cada Vereador inscrito pode falar por até cinco minutos para explicação pessoal<sup>13</sup>.

**Tribuna Livre.** A tribuna livre tem duração de trinta minutos e destina-se à utilização da tribuna por munícipes ou representantes de entidades ou de movimentos de outras cidades, pelo período de 10 minutos.

**Grande Expediente.** O grande expediente, com duração de sessenta minutos, inicia-se pela votação da ata da sessão anterior. Em seguida, são lidos e postos em deliberação os documentos apresentados.

**Ordem do Dia.** A ordem do dia tem duração de cento e vinte minutos. Nessa parte da sessão, são discutidos e votados os projetos.

**Encerramento.** O encerramento da sessão pode ocorrer pelos seguintes motivos, dentre outros: término do tempo regimental, falta de quórum, ausência de matéria para discussão e tumulto que inviabilize a continuidade dos trabalhos.

Nas sessões ordinárias, os vereadores podem usar a palavra para explicação pessoal, para se manifestarem sobre a ata em votação e para apartarem outros oradores. Podem, ainda, discursar “como líderes da bancada”, “como líderes da oposição” ou “como líderes do governo”. Também têm o direito de utilizar a palavra “para discussão”, “para encaminhamento de votação”, “para justificativa de voto”, “pela ordem” e em “em questão de ordem”<sup>14</sup>. Os dispositivos regimentais que amparam as falas dos oradores são representados nas atas sob a forma de pistas contextuais, conforme apresentado no item 2.2.1.

---

<sup>12</sup>Pode ser o presidente da Casa ou qualquer um dos membros da mesa diretora em seqüência hierárquica, ou seja: o presidente da Casa, o primeiro vice-presidente, o segundo vice-presidente, o primeiro secretário, o segundo secretário, o terceiro secretário ou o quarto secretário.

<sup>13</sup>O termo “explicação pessoal” constante do Regimento não corresponde à realidade do Pequeno Expediente, pois nesse tempo os oradores discursam sobre quaisquer assuntos de sua escolha.

<sup>14</sup>Veja o apêndice A, sobre o regulamento de uso da palavra pelos vereadores em sessões ordinárias da Câmara Municipal de Guarulhos.

#### **2.2.4 A sessão parlamentar extraordinária**

As sessões extraordinárias da Câmara Municipal de Guarulhos, com duração prevista de quatro horas, têm basicamente as mesmas características das sessões ordinárias. Diferem apenas pelo fato de seu “corpo” ser composto somente da ordem do dia.

Nas sessões extraordinárias da Câmara Municipal de Guarulhos, os oradores podem usar a palavra com base nos mesmos dispositivos regimentais que garantem as falas nas sessões ordinárias, exceto no tocante ao Pequeno Expediente, aos apartes da Tribuna Livre e às manifestações sobre as atas, pois nessas sessões não há essas possibilidades de uso da palavra.

### **2.3 Discurso parlamentar: retextualização**

Cortelazzo (1985), no intuito de verificar a fidelidade de notas estenográficas<sup>15</sup> de discursos proferidos no parlamento italiano às falas dos oradores, procedeu à comparação de discursos pronunciados naquele parlamento com suas respectivas transcrições. Seu interesse pelo assunto despertou-se pela observação, em pesquisa sobre a linguagem política, de substituições sistemáticas de palavras consideradas inconvenientes por reticências e de queixas de deputados, registradas em atas, de que os estenotipistas falseavam os discursos.

De acordo com o autor, as notas estenográficas atendem às exigências e às limitações do canal escrito, mas, pelo seu caráter de transcrição e não de texto primário e autônomo, podem manter, até o ponto em que não sejam prejudiciais à comunicação, alguns aspectos da oralidade, como redundâncias, repetições e elipses. Nos campos da fala e da escrita, os discursos parlamentares (texto oral) e suas notas taquigráficas (texto escrito) situam-se em posições limítrofes, e a distância lingüística entre eles é relativamente reduzida. As diferenças constatadas pelo confronto entre esses dois textos são, dessa forma, menores que aquelas decorrentes de um confronto entre um discurso falado espontâneo e um texto escrito formal, informa o autor.

Cortelazzo relata ainda que, em sua pesquisa, as diferenças detectadas entre o texto pronunciado e o texto transcrito dizem respeito tanto ao aspecto lingüístico-formal

---

<sup>15</sup>Notas estenográficas no trabalho de Cortelazzo é o resultado da retextualização dos discursos pelos estenotipistas do parlamento italiano. É o mesmo que notas taquigráficas no caso de retextualização por taquígrafos.

quanto ao conteúdo. Em uma escala que vai das intervenções que modificam superficialmente o texto original até aquelas operações que o modificam mais substancialmente, distinguiram-se cinco categorias de alterações nas notas examinadas por Cortelazzo:

1. A intervenção mais imediata é a eliminação de hesitações, de autocorrekções, de repetições e correção de concordâncias erradas.

2. Alterações derivadas da má compreensão causada pela dificuldade de entendimento ou devidas à percepção errada do transcritor. Nessas alterações encontram-se eliminações e substituições de trechos e até mesmo atribuição de falas a oradores não autores dos discursos.

3. Modificações decorrentes da falta de aceitação, pelo estenotipista ou pelo parlamentar que revê o próprio texto, de algumas formas típicas do italiano falado. Essas modificações também podem partir do desejo do parlamentar de elevar o nível lingüístico do seu discurso quando ele é transposto para o escrito.

4. Modificações derivadas de intervenções regularizadoras de acordo com normas expressas sobre procedimentos ou normalizações de expressões e denominações oficiais. Há também respeito a certas regras não escritas relativas à “dignidade” da linguagem parlamentar, com eliminação sistemática de todos os elementos que possam dar alguma conotação de desrespeito pelo uso de linguagem pouco conveniente.

5. Modificações substanciais do conteúdo dos discursos. O autor acredita que essas intervenções sejam feitas pelo orador, pois considera inadmissíveis intervenções de tão grande porte realizadas pelo transcritor.

Na pesquisa de Cortelazzo foram ainda detectadas a inserção de formas de tratamento e de títulos relativos aos parlamentares e também alterações nas falas do presidente da sessão por fórmulas predeterminadas, mesmo em enunciados pouco planejados e com tendência à informalidade, sobretudo nas intervenções relativas a questões levantadas durante a sessão. Nesses casos, as marcas da fala do presidente aparecem apagadas nas notas estenográficas, que apresentam a imagem de um presidente que fala por fórmulas estereotipadas.

Cortelazzo observou, também, correções de citações para adequação aos textos originais e substituição de partes de discursos não pronunciadas em língua nacional por informações do estenotipista relativas ao acontecimento. A respeito dessa última operação, o autor relata um caso em que um orador, na abertura de seu discurso, ao invés de usar a expressão “Signor presidente, signori ministri”, usou o termo veneziano arcaico “Sior marigo, siori ministri”, representada da seguinte forma pelo transcritor: “Inicia seu discurso em dialeto

veneziano”. Segundo o autor, mediante solicitação do orador sob alegação de ser a palavra “dialeto” ofensiva, o termo “dialeto” foi substituído por “língua” na versão definitiva do texto.

De acordo com Cortelazzo, operações de eliminação são preponderantes nas transcrições analisadas, sendo que os elementos eliminados com mais frequência são aqueles ligados a hesitações ou a mecanismos de coesão textual para os quais a escrita dispõe de sinais diferentes daqueles da fala. Nesse sentido, a conjunção aditiva *e*, ou introdutória, usada para indicar o início de uma nova parte do texto é eliminada sistematicamente, o mesmo ocorrendo com a conjunção *mas*, com a qual o falante assinala que está interrompendo um certo desenvolvimento do discurso e introduzindo uma nova orientação ou ponto de vista no seu texto. A eliminação dos conectivos *e* e *mas* estende-se a outras seqüências maiores, envolvendo outros conectivos.

Quanto a operações de substituição, o autor observou uma tendência a mudanças de frases subordinadas da fala por sintagmas nominais no texto transcrito, e de orações coordenadas ou subordinadas por frases gerundivas.

As modificações mais freqüentes, de acordo com o Cortelazzo, depois daquelas relacionadas aos conectivos, consistem na eliminação de pronomes (em particular de primeira pessoa, tanto no singular quanto no plural; tônicos ou átonos), nos casos em que o pronome é facultativo. Os pronomes eliminados são, sobretudo, os egóticos e os enfáticos. O autor observa, com relação ao pronome egótico, que o egocentrismo no campo político é comum e se estende também a outros fenômenos presentes no discurso político com a frequência dos *verba putandi* em lugar da simples afirmação – como é comum aparecer nas transcrições – ou com a presença de pseudo-atenuadores como “*eu acho que*”, “*na minha opinião*”, também suprimidos nas transcrições. Com relação aos verbos, o autor informa que é freqüente a substituição do indicativo pelo subjuntivo nas orações subordinadas, e do indicativo pelo condicional nas orações principais.

De acordo com o autor, outros fenômenos detectados em sua pesquisa, alguns dos quais sistemáticos, relacionam-se não tanto à relação entre língua falada e língua escrita, mas a outros setores da expressão lingüística como a situação, a retórica e o estilo. A mudança de situação – interação face a face com a presença dos falantes e dos ouvintes no mesmo lugar x comunicação indireta entre escritor e leitor – leva a algumas modificações no texto, como a eliminação de algumas frases estritamente ligadas à situação contingente, a eliminação da dêixis ou a passagem da dêixis local para a temporal. Além disso, as alterações relacionadas às marcas lingüísticas da fala acontecem, às vezes, em detrimento da estrutura

estilístico-retórica dos discursos, pois quem corrige opta pela correção gramatical e pela linearidade do enunciado.

### 2.3.1 A importância da retextualização de discursos parlamentares

A retextualização de discursos parlamentares deve sua importância à necessidade do registro fiel das falas dos oradores na tribuna, como demonstra o extrato do edital do concurso para redator de debates parlamentares da Assembléia Nacional Francesa (2006):

A Assembléia Nacional, saída dos Estados Gerais, não dispunha de qualquer processo verbal oficial e completo das sessões, mas a necessidade se fez rapidamente sentir e, a partir de 24 de novembro de 1789, uma empresa jornalística, *Le Moniteur Universel*, especializou-se na sua narrativa circunstanciada. Ainda se tratava apenas da reprodução do discurso escrito que o orador entregava ao descer da tribuna ao redator do jornal, presente à sessão. Os discursos impressos podiam então diferenciar sensivelmente daquele que havia sido efetivamente lido. Assim, Mirabeau, para não se contradizer no campo revolucionário, não hesitava em falsificar seu discurso sobre o direito de paz e de guerra para obter uma versão diferente da que havia pronunciado diante da Assembléia.<sup>16</sup> (tradução nossa).

Diante da estratégia de Mirabeau, a Assembléia francesa adotou novas medidas no intuito de garantir a fidelidade dos discursos, dando início aos procedimentos de retextualização dos discursos pronunciados na tribuna.

No Brasil, país onde a retextualização de textos parlamentares teve início em 1823, temos relatos de alterações de falas de deputados constituintes por intermédio de Magalhães (1949). Em seu texto, Magalhães transcreve comentários do redator e falas de alguns deputados que nos dão conta de que as retextualizações dos trabalhos da Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil deixavam a desejar. O redator, para justificar sua dificuldade de redigir os textos para publicação no *Diário* da Assembléia, enumera diversas falhas encontradas nas notas taquigráficas. Alguns deputados, por seu turno, queixam-se de falseamento de suas falas e de atribuição de fala a oradores diferentes, dentre outras incorreções. Como exemplo de queixa de deputado, destacamos o seguinte trecho:

---

<sup>16</sup>“L'Assemblée nationale sortie des États généraux ne disposait d'aucun procès-verbal officiel et complet des séances. Mais la nécessité s'en fit si rapidement sentir que, dès le 24 novembre 1789, une entreprise de presse, *Le Moniteur universel*, va se spécialiser dans leur récit circonstancié. Encore ne s'agissait-il que de la reproduction du discours écrit que l'orateur remettait en descendant de la tribune au rédacteur du journal présent en séance. Le discours imprimé pouvait donc différer assez sensiblement de celui qui avait été effectivement lu. Ainsi, Mirabeau, soucieux de ne pas se couper du camp révolutionnaire, n'hésita pas à falsifier son discours sur le droit de paix et de guerre pour faire parvenir dans les départements une version différente de celle qu'il avait prononcée devant l'Assemblée”. Disponível em: <[http://www.assemblee-nationale.fr/concours/BrochExtRedDeb\\_2005.pdf](http://www.assemblee-nationale.fr/concours/BrochExtRedDeb_2005.pdf)>. Acesso em: 30 ago. 2009.

O SR. RODRIGUES DE CARVALHO – É preciso que a Assembléia conheça o estado dos taquígrafos. Em umas falas que hoje li e que o oficial-maior me mostrou, ninguém parava com riso; não havia nexos nem dedução de idéias; umas proposições sem verbo, outras sem nominativo; em uma palavra, tudo o que li só servia para rir. Portanto ou se não há de imprimir o Diário, ou há de dar-se ao redator faculdade de consultar os autores das falas. (MAGALHÃES, 1949).

Os taquígrafos tinham sérias dificuldades de entendimento causadas pela rapidez da fala dos deputados, pelo sussurro reinante no ambiente e pelos ruídos externos, como demonstra a nota do redator sobre as justificativas do taquígrafo para as dificuldades no apanhamento de um discurso:

Declarou o taquígrafo que o ilustre Deputado sustentara o artigo, mas que pela rapidez com que falara, e pelo sussurro das galerias, não pudera apanhar o seu discurso.

[...]

O taquígrafo declarou que o ilustre Deputado se eletrizara de tal maneira, e falara com tal rapidez, que o não pudera seguir, e que entendera somente que ele dizia que não falava do mundo da lua, e que tinha dito o que entendia a respeito do artigo. (MAGALHÃES, 1949).

Os deputados preocupavam-se também com os excessos na retextualização dos discursos proferidos, como alteração do estilo do orador e substituição de falas, como demonstra o seguinte trecho:

O SR. ANDRADA MACHADO – Todas as atribuições que se dá aqui ao redator tendem somente a fazer brilhar galhas com penas de pavão; eu quisera que todos os discursos saíssem com o cunho próprio, com o estilo difuso ou conciso de seu autor; mas deste modo aparecem todos com as mesmas vestiduras. Agora o que eu não consentirei jamais é que, na forma do artigo, se permita que o redator possa substituir às falas recolhidas pelos taquígrafos, outras diversas delas, quando tiverem sido trabalhadas de espaço, ou expostas de memória à assembléia.

O SR. DIAS – Eu também sou de voto que não se admitam discursos que se não pronunciaram.

O SR. ANDRADA MACHADO – Eu cuido que disso ninguém duvida; o que pretendo é que não se dêem outras diversas das que pronunciaram. (MAGALHÃES, 1949)

De acordo com Magalhães (1949), o registro dos debates não era completo como seria desejável e os apartes raramente constavam das publicações. O autor atribui a baixa qualidade dos textos produzidos à pouca experiência dos taquígrafos, à falta de supervisão e às precárias condições de trabalho.



## 2.3.2 Retextualização: agentes, rotina, manuais e técnicas

### 2.3.2.1 Os profissionais da retextualização

São profissionais da retextualização o taquígrafo, o estenotipista, o *voicewriter* e o transcritor de áudio, pois todos têm como função a passagem da fala para a escrita, sendo que a diferença entre esses profissionais está nas técnicas e nos instrumentos que utilizam, não no produto final de seu trabalho. No caso do taquígrafo e do estenotipista, existe a tabela de Classificação Brasileira de Ocupações relativa às atividades de técnicos de secretariado, taquígrafos e estenotipistas (anexo A), que comprova a semelhança de suas atividades. Como ponto de partida, e a título de exemplo do perfil do retextualizador, apontaremos algumas características esperadas do taquígrafo, uma vez que esse profissional tem maior representação no parlamento brasileiro.

O taquígrafo proficiente deve reunir qualidades que vão além da rapidez na escrita e dos conhecimentos lingüísticos. A Taquibrás<sup>17</sup> enumera como requisitos físicos e mentais necessários ao aprendizado da taquigrafia: boa visão, boa audição, boa memória, pulso ágil e preciso nos movimentos, autoconfiança e serenidade.

Os requisitos apontados pela Taquibrás, considerados essenciais para o aluno de taquigrafia, aplicam-se ao taquígrafo formado e atuante. Além desses requisitos, o taquígrafo não pode medir esforços na busca de novos e diversificados conhecimentos, sob pena de tornar-se um profissional desatualizado e incapaz de acompanhar a evolução de sua clientela. Nesse sentido, Cury salienta:

O taquígrafo profissional tem mesmo – por razão de ofício – de aumentar sempre e cada vez mais o seu cabedal, a sua bagagem cultural, para poder cada vez mais interpretar e redigir melhor. O taquígrafo há que ser um amante do aprender. Sua especialização deve ser sempre crescente e progressiva. Não existe um ponto de chegada. (CURY, 1998).

A preocupação das casas legislativas brasileiras com a “bagagem cultural” mencionada por Cury revela-se em editais de concursos para provimento de cargos de taquígrafos. O conteúdo programático do Edital nº 02/2007<sup>18</sup>, para o cargo de Taquígrafo Legislativo da Câmara dos Deputados, exemplifica o que algumas instituições esperam de

---

<sup>17</sup>Taquibrás – Registros Taquigráficos, Curso de Qualificação Profissional em Taquigrafia. <<http://www.taquibras.com.br/taquigrafia.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

<sup>18</sup>Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/concursos/estagios/taquigrafo-legislativo>>. Acesso em: 10/02/2009.

seus retextualizadores: proficiência em Língua Portuguesa, conhecimentos de línguas estrangeiras, de legislação e de assuntos da atualidade, além da técnica taquigráfica. Com exceção dos conhecimentos de línguas estrangeiras, editais de outras casas legislativas brasileiras apresentam programas semelhantes ao da Câmara dos Deputados, com variações no nível de complexidade das provas.

Além dos editais brasileiros para o cargo de taquígrafo, encontramos três editais europeus para provimento de cargos relativos à retextualização de discursos parlamentares. Os dois primeiros<sup>19</sup> destinam-se a cargos de Redator de Debates<sup>20</sup> e de Secretário de Debates<sup>21</sup> da Assembléia Nacional Francesa; o terceiro<sup>22</sup>, é para preenchimento de dez vagas no corpo de redatores taquígrafos e estenotipistas das Cortes Gerais espanholas. Esses três editais prevêm provas de conhecimentos gerais, principalmente sobre legislação. Ao contrário dos editais brasileiros, que incluem provas específicas de Língua Portuguesa, os editais franceses e o espanhol não prevêm provas de língua pátria para os candidatos, apesar de a proficiência em Língua Francesa não estar descartada, pois os editais franceses informam que as provas do concurso, assim como a função, exigem rigor na análise dos textos e domínio da língua francesa. O edital espanhol, por sua vez, informa que serão avaliadas a redação e a qualidade do trabalho apresentado.

Quanto à prova prática, ou seja, no tocante à técnica de transcrição, o edital espanhol informa que poderão ser usadas máquinas de estenotipia para apanhamento do ditado e que também haverá prova de transcrição de áudio pré-gravado. O edital francês para o cargo de redator de debates, por outro lado, informa que serão usados programas de leitura de áudio e tratamento de texto nas transcrições, ou seja, não serão utilizadas taquigrafia nem estenotipia no concurso para redator de debates da Assembléia Francesa, mas transcrição de áudio.

Além de conhecimentos técnicos e intelectuais, outros requisitos são exigidos do taquígrafo. Esse profissional necessita reunir todos aqueles requisitos listados pela Taquibrás, principalmente a serenidade, para não se envolver emocionalmente com os discursos que

---

<sup>19</sup>Disponíveis em <[http://www.assemblee-nationale.fr/concours/BrochExtRedDeb\\_2005.pdf](http://www.assemblee-nationale.fr/concours/BrochExtRedDeb_2005.pdf)>. Acesso em: 30 ago. 2009.

<sup>20</sup>Os redatores de Debates da Assembléia Nacional Francesa revezam-se no plenário, de quinze em quinze minutos, para observação e anotações com vistas à transcrição integral das falas ocorridas durante as sessões.

<sup>21</sup>Os secretários de Debates da Assembléia Nacional Francesa, da mesma forma que os redatores de debates, revezam-se de quinze em quinze minutos no plenário, porém com o objetivo de produzir uma versão resumida dos debates.

<sup>22</sup>Disponível em: <<http://www.boe.es/boe/dias/2006/04/18/index.php>>. Acesso em: 30 ago. 2009.

taquígrafa nem com os episódios havidos no plenário, como no exemplo que encontramos em Cury:

(...) Outro taquígrafo de Savonarola foi o irmão Stefano da Co' di Ponte. Mas este era tão emotivo que na pregação sobre Jó, em 1494, teve que interromper a taquígrafia, pois, conforme ele mesmo narra, foi tomado de tanta dor e tantas lágrimas que não pôde continuar a taquígrafar. (CURY, 1994a).

Acreditamos que esse resumo seja suficiente para um esboço do perfil do taquígrafo parlamentar como também daquilo que as casas legislativas esperam dele.

### **2.3.2.2 Rotina de trabalho do retextualizador parlamentar**

Com a finalidade de ilustrar a rotina de trabalho do retextualizador parlamentar, transcrevemos o seguinte trecho relativo ao trabalho dos taquígrafos na Câmara dos Deputados:<sup>23</sup>

Certamente há alguns problemas de adaptação. O principal deles é a natureza dinâmica dos serviços do Departamento. Não há, por exemplo, horários rígidos – sessões são prorrogadas, sessões são convocadas, sessões são encerradas antes do prazo regimental, sessões são marcadas e, às vezes, até nem se realizam; exige-se sempre rapidez, com qualidade, na execução do serviço; há grande diversidade na linguagem, no grau de cultura dos oradores e na gama de assuntos tratados, num verdadeiro calidoscópio extremamente instigante para espíritos curiosos. O funcionário terá necessária e rapidamente de adaptar-se a esse contexto, mantendo-se quase sempre disponível e ampliando o espectro dos assuntos de seu interesse cultural.

O texto acima demonstra perfeitamente a rotina – se é que se pode chamar de rotina – do taquígrafo parlamentar. Sua forma de atuação pode variar de instituição para instituição, dependendo do número de profissionais envolvidos no serviço, da quantidade de eventos cobertos, da qualidade dos equipamentos disponíveis e das atribuições inerentes ao cargo, mas essa variação não significa diferença significativa no funcionamento das casas legislativas nem nas tarefas do taquígrafo.

O trabalho desse profissional não consiste apenas em traçar, velozmente, sinais que só ele entende. Seu labor, além do registro dos discursos proferidos e da tradução desses registros para a forma escrita convencional, inclui a identificação dos oradores, o relato de fatos ocorridos durante seu apanhamento taquígráfico na forma de pistas de contextualização, pesquisa para esclarecimentos de dúvidas e correção de seus trechos. Além disso, o taquígrafo

---

<sup>23</sup>Disponível em: <[http://www.taquibras.com.br/taqui\\_cd\\_funcao.htm](http://www.taquibras.com.br/taqui_cd_funcao.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2009.

deve estar atento a aspectos formais complementares, como se pode depreender pelas recomendações do *Manual do Detaq*:

Para padronizar a grafia dos Blocos Parlamentares nas notas taquigráficas de plenário, usando-se as devidas macros, adotar o seguinte procedimento:

No texto, a expressão “Bloco Parlamentar” é seguida de todas as siglas partidárias que compõem o Bloco (na seqüência indicada pela Secretaria-Geral da Mesa) separadas por / (barra).

Exemplos:

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como vota o Bloco Parlamentar PSB/PCdoB?

Entre parênteses, a palavra “Bloco” é seguida do partido e do Estado a que pertence o orador e separada por /(barra).

Exemplos:

O SR. ALDO REBELO (Bloco PSB/PCdoB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar PSB/PCdoB vota “não”. (BRASIL, 2002c, p. 13).

Os detalhes apresentados pelo *Manual do Detaq*, à primeira vista, podem parecer supérfluos ou poder-se-ia até mesmo imaginar que essa padronização não faz parte das atribuições do taquígrafo. Entretanto ele participa do processo de uma linha de montagem e, dessa forma, a cota que lhe cabe na “engrenagem” tem de seguir padrões previamente estabelecidos.

Para ilustrar a linha de montagem da qual participa o taquígrafo, descrevemos as etapas básicas que envolvem o trabalho desses profissionais na Câmara Municipal de Guarulhos:

1. Há uma escala previamente determinada com o nome dos taquígrafos que cobrirão o evento;
2. O primeiro taquígrafo entra no plenário e taquigrafa durante um tempo preestabelecido, normalmente cinco minutos;
3. Próximo do fim do tempo de apanhamento taquigráfico do primeiro taquígrafo, outro profissional entra para substituí-lo;
4. No momento devido, o taquígrafo substituído passa a “deixa”<sup>24</sup> para o taquígrafo a ser substituído e inicia seu ciclo de apanhamento;

---

<sup>24</sup>“Deixa” é uma seqüência de palavras passada pelo taquígrafo substituído ao substituído, com a finalidade de facilitar a junção dos trechos. Essa seqüência de palavras tem de constar do final do texto do taquígrafo substituído e do início do texto do taquígrafo substituído. Na Câmara Municipal de Guarulhos, recomenda-se que a deixa contenha no mínimo três e no máximo cinco palavras.

5. Substituído no apanhamento, o taquígrafo volta ao Setor de Taquigrafia e inicia a transcrição de seu “rodízio”.<sup>25</sup>
6. Os taquígrafos revezam-se durante o desenrolar do evento e podem voltar ao plenário para outros ciclos de registros.

Como se observa nas seis etapas acima, cada taquígrafo contribui com pequenos trechos para a montagem dos textos produzidos pelos oradores. Esses trechos, que devem obedecer a padrões de homogeneidade quanto a redação e formato, são encaixados sequencialmente e as deixas são “casadas” para a formação da ata. A falta de homogeneidade dos trechos produzidos pelos taquígrafos compromete a qualidade do texto como um todo. Esse fato é exemplificado em uma das entrevistas de Kose (2005):

(...) você percebe, quando lê o Diário Oficial, a gente percebe como muda o taquígrafo. Dá pra perceber, o pessoal é diferente (risos) você percebe que mudou, mudou o estilo, uns corrigem, outros redigem trechos longos, pegam a idéia e redigem novamente, outros deixam ao pé da letra, a chefe tira uns trechinhos lá, mas você percebe que ficou o mesmo, o mesmo quase ao pé da letra, você percebe que é um estilo. (KOSE, 2005, p. 87).

As casas legislativas, com a finalidade de evitar o “estilo” mencionado pela entrevistada de Kose, incluem, em seus manuais, recomendações para que seja respeitado o estilo do orador, como demonstra o *Manual de procedimentos* da Câmara Municipal de São Paulo:

Cada orador tem estilo próprio, estilo esse que deve ser preservado sempre. Não se deve colocar expressões de português castiço no discurso de um orador que advém de movimentos populares e tem, portanto, um estilo mais informal; e o inverso é verdadeiro.  
Devemos conservar as expressões características do orador (ao longo do tempo, cada taquígrafo irá percebê-las). (SÃO PAULO, 2002, p. 3).

A qualidade do trabalho do taquígrafo depende também da sonorização do ambiente, da voz e da dicção do orador, do silêncio do local onde é feita a transcrição, da formação cultural do taquígrafo e de uma etapa de revisão que envolve reaudição e leitura criteriosa dos trechos transcritos. A revisão dos trechos, principalmente no que tange à reaudição, é de suma importância quando se pretende respeitar o principal requisito de uma boa retextualização: a fidelidade ao dito pelo orador, pois o ouvido engana muitas vezes. É longa a lista de “pérolas” causadas por falhas na audição, complementadas pela falta de

---

<sup>25</sup>“Rodízio”, expressão largamente utilizada em São Paulo, é o trecho registrado pelo taquígrafo e significa, também, o revezamento da entrada no plenário. Em alguns Estados e em Brasília, a palavra “quarto” é usada na mesma acepção.

releitura e de análise do material retextualizado. Reproduzimos, como amostras dessas “pérolas”, cinco exemplos colhidos em Cury:<sup>26</sup>

O DEPUTADO – As crianças deste Estado precisam tomar leite *tipo-A*.  
A TAQUÍGRAFA – As crianças deste Estado precisam tomar leite com “*petit-pois*”.

O DEPUTADO – Só voltarei à tribuna com a *Casa* cheia.  
A TAQUÍGRAFA – Só voltarei à tribuna com a *cara* cheia.

O DEPUTADO – até onde possamos considerar democrático *ouvir os técnicos*...  
A TAQUÍGRAFA – até onde possamos considerar democrático *o vírus técnico*...

O DEPUTADO – O Deputado compareceu para votar apoiado em duas *muletas*.  
A TAQUÍGRAFA – O Deputado compareceu para votar apoiado em duas *mulatas*.

O DEPUTADO – O lema mundial do Urbanismo é: *Sol, Ar, Vegetação*.  
A TAQUÍGRAFA – O lema mundial do Urbanismo é: *só há vegetação*. (CURY, 1994b).

As substituições acima fazem parte de uma imensa lista apresentada pelo pesquisador e, certamente, outras tantas não chegaram às suas mãos.

### 2.3.2.3 Manuais de procedimentos

O processo de retextualização envolve fatores humanos e técnicos os quais demandam uma série de decisões que podem variar de acordo com o entendimento de cada retextualizador. Com o propósito de limitar a variedade dessas decisões e promover a homogeneidade dos trabalhos, a maioria das casas legislativas editam manuais com o objetivo de facilitar a tarefa dos profissionais envolvidos na elaboração dos textos (desde a retextualização até a montagem do texto final). Como exemplos desses manuais, temos o *Manual do Detaq*, comentado ao longo deste trabalho, o *Manual de procedimentos* da Câmara de São Paulo, de onde também colhemos informações para a pesquisa e outros, como o *Manual de elaboração de atas da Câmara Municipal de Guarulhos*. Além das casas legislativas, associações de transcritores também produzem seus manuais, como a Hansard Association of Canada, cujo manual<sup>27</sup> contém orientações de ordem lingüística e informações acerca dos procedimentos das sessões na Casa Comuns, além de uma lista de termos parlamentares.

<sup>26</sup>Disponível em: <[http://www.taquigrafiaemfoco.com.br/artigos/preciosidades\\_otimizadas.pdf](http://www.taquigrafiaemfoco.com.br/artigos/preciosidades_otimizadas.pdf)>. Acesso em: 04 maio 2009.

<sup>27</sup>Disponível em: <<http://www.hansard.ca/styleguide.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2009.

Como representante da atualidade dos trabalhos de retextualização de textos parlamentares no Brasil, elegemos o *Manual do Detaq*, que contempla diversas etapas de elaboração dos textos oriundos dos discursos parlamentares, tanto das sessões da Câmara dos Deputados quanto das sessões do Congresso Nacional, desde o registro taquigráfico até sua publicação. Além de descrever e roteirizar as atividades dos servidores envolvidos na produção dos textos, o *Manual* conceitua os diversos eventos atendidos pelo Departamento de Taquigrafia e Debates e dá esclarecimentos sobre os vários tipos de intervenção dos oradores.

No tocante ao trabalho dos taquígrafos, há orientações e exemplos dos procedimentos que esses profissionais devem seguir, principalmente nos aspectos que envolvem a contextualização dos discursos. Nesse sentido, há orientações quanto ao tratamento das diversas formas de apartes que podem ocorrer durante a sessão. As formas de apartes listadas e exemplificadas são: “aparte consentido de forma subentendida”, “aparte formalmente permitido”, “pedidos repetitivos de apartes”, “aparte não permitido, mas efetivamente ocorrido”, “apartes intermitentes” e “apartes impróprios”. Desses tipos de apartes vale destacar os “pedidos repetitivos de apartes”, o “aparte não permitido, mas efetivamente ocorrido” e os “apartes intermitentes”, pois apresentam características de retextualização específicas, condizentes com as técnicas de tratamento de turnos apresentadas por Marcuschi (2003a, p. 89), ou seja, manutenção dos turnos tal como produzidos, eliminação de sobreposições e fusão de turnos, sobretudo os repetidos:

#### **Pedidos Repetitivos de Apartes**

Às vezes, para evitar que o pedido de aparte fique muito repetitivo nos Anais, é melhor retirá-lo, acrescentando à fala do orador as expressões de praxe.

Exemplo:

O SR. PAULO ROCHA – (...) para bem cumprirmos nosso dever.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado.

O Sr. Michel Temer – Permita-me, nobre Deputado, fazer algumas considerações, para cabal esclarecimento daquilo a que V.Exa. acaba de se referir.

#### **Aparte não Permitido, mas Efetivamente Ocorrido**

É o aparte que ocorre sem consentimento do orador.

É preciso, no entanto, ter cuidado ao interromper a fala do orador com o uso de reticências, pois estas podem dificultar o entendimento. Neste caso, é melhor concluir o período para, então, encaixar o aparte. Evite o seguinte exemplo:

O Sr. Milton Temer – Permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. SAULO PEDROSA – Agora não, Deputado. Não quero interromper meu raciocínio. Dizíamos, Sr. Presidente, que os incidentes...

O Sr. Milton Temer - V.Exa. não concede apartes para não ouvir a verdade dos fatos.

O SR. SAULO PEDROSA – ...de Caxias do Sul demonstram a baderna com que alguns inconformados querem deslustrar a campanha eleitoral.

Siga o seguinte exemplo:

O Sr. Robson Tuma - Permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES – Agora não, Deputado. Não quero interromper meu raciocínio.

O Sr. Robson Tuma – V.Exa. não concede apartes para não ouvir a verdade dos fatos.

O SR. MAURO BENEVIDES – Dizíamos, Sr. Presidente, que os incidentes de Caxias do Sul demonstram a baderna com que alguns inconformados querem deslustrar a campanha eleitoral.

#### **Apertes Intermitentes**

Se desnecessário, podem ser eliminados do texto pelo Revisor ou Supervisor. (BRASIL, 2002c, p. 17-18).

Qualquer intervenção feita durante um pronunciamento, com exceção das falas do Presidente, deve ser registrada como aparte, conforme recomendações do *Manual*. Manifestações fora do microfone, porém, não são consideradas apartes e têm tratamento diferenciado de acordo com a situação. Elas devem ser indicadas pelo taquígrafo sob a forma de pistas de contextualização, entre parênteses e em itálico ou em novo parágrafo, precedidas de travessão.

Quanto a expressões anti-regimentais, o *Manual* recomenda que o taquígrafo registre tudo normalmente, mas comunique o fato à chefia e siga as orientações recebidas, antes de disponibilizar o texto para os revisores. Os cortes de palavras ou expressões anti-regimentais são efetuados somente pela revisão ou pela supervisão, com a anuência da Diretoria do Departamento e da Secretaria-Geral da Mesa, como expresso pelo seguinte trecho:

Ao registrar expressões anti-regimentais, o taquígrafo deve imediatamente, antes de disponibilizar o texto para Revisão, comunicar o fato à chefia e seguir as orientações que dela receber. Neste caso, é bloqueada a publicação do discurso na Internet e, após a devida apreciação da Diretoria do Departamento e da Secretaria-Geral da Mesa, a Revisão deverá registrar, entre parênteses e em itálico, o seguinte:

*(Texto escoimado de expressão anti-regimental, conforme art. 17, inciso V, alínea “b”, do Regimento Interno.)*<sup>28</sup> (BRASIL, 2002c, p. 19).

Sobre o trabalho do taquígrafo nas CPIs, o *Manual* lembra que toda CPI tem implicações de ordem jurídica, a maior parte penal, e as notas taquigráficas constituem peças a serem enviadas ao Ministério Público para possível instrução de processo judicial. Ressalta que as declarações do depoente são consideradas depoimentos tomados a termo, a exemplo do que ocorre em inquérito policial e, dessa forma, o taquígrafo deve registrar o mais fielmente possível a fala do orador/depoente, mantendo gírias, termos agressivos, frases imprecisas, correções e repetições. Quanto a palavras ofensivas e de baixo calão, a orientação é de que sejam grafadas como proferidas, sem subterfúgios, como metáforas ou abreviações, pois esses

---

<sup>28</sup>“(b) não permitir a publicação de pronunciamento ou expressões atentatórias do decoro parlamentar;”.



termos poderão servir de prova de materialidade de crime contra a honra ou de crimes contra a própria CPI. São ainda fornecidas, dentre outras, as seguintes orientações:

**Grafia e correção de erros**

Verbos: Nos depoimentos não devem ser registradas abreviações ou más pronúncias dos verbos “estar”, “ser” e outros, que normalmente devem ser corrigidas:

- tô/estou;
- tava/estava;
- tá/está;
- tamos/estamos.

Contração de preposições e artigos não deve ser corrigida, desde que não prejudique o entendimento:

- num: em + um.
- numa: em + uma

Obs.: não usar “num” como variante (sinônimo) de “não”.

- pra (sem acento)
- pro.

Profissões e patentes: grafar por extenso, com a inicial minúscula.

Não substituir “a gente” por “nós”; “99” por “1999”; “tem” por “há”; “senhor” por “V.Exa.”;

Não omitir os pronomes pessoais “eu”, “nós”. (BRASIL, 2002c, p. 49).

No trabalho nas Comissões, os cuidados com a redação devem ser os mesmos adotados nas sessões plenárias, adverte o *Manual*, recomendando que o taquígrafo não modifique o estilo do orador para impor estilo próprio. Ressalta ainda que o registro de reunião de Comissões tem de ser o mais fiel possível. Dessa forma, o taquígrafo deve proceder às correções gramaticais e não alterar a ordem das frases nem acrescentar ou omitir palavras.

O *Manual* recomenda, além de critério na pontuação, reaudição e releitura das notas taquigráficas para correção de eventuais erros. Dá ainda orientações no sentido de que haja conferência da grafia de nomes dos oradores, de palavras e expressões estrangeiras, de títulos de livros, de nomes de autores, de obras literárias etc.

Essa última recomendação do *Manual do Detaq* relaciona-se a pesquisa pelo retextualizador para verificação de dados. Esse assunto é objeto de um artigo de Garrison, o qual relata diversas situações de transcrição ocorridas ao longo de sua carreira como editor-chefe do *Alberta Hansard*<sup>29</sup>, que necessitaram de pesquisas para sanar dúvidas. Problemas com a pronúncia de oradores e palavras de sons parecidos são dois aspectos apontados pelo autor como itens que requerem verificação, além da conferência de citações e de nomes próprios. Ele observa, com relação aos nomes próprios:

---

<sup>29</sup>*Hansard* é termo utilizado no Reino Unido e em países sob sua influência para designar o que denominamos “ata integral” no legislativo brasileiro. Deve-se esse nome a Thomas Hansard, editor dos relatórios dos debates do Parlamento do Reino Unido no início do século XIX. *Alberta Hansard* é o relatório dos debates da Câmara de Alberta, Canadá.

A pior coisa que uma publicação pode fazer – posta de lado a difamação, é claro – é errar o nome de uma pessoa. Todos os nomes devem ser verificados, seja diretamente com o visitante, seja com o deputado que o apresentou, seja por outras fontes. (GARRISON<sup>30</sup> (2000b) (tradução nossa).

A grafia de nomes próprios é um desafio para o retextualizador brasileiro, principalmente devido à infinidade de nomes e sobrenomes de origem estrangeira. Nem mesmo nomes de autoridades conhecidas como o Prefeito da Cidade de São Paulo, Gilberto Kassab, escapam de grafias diversas quando há falta de pesquisa, como nos seguintes exemplos colhidos em retextualizações na Câmara Municipal de Guarulhos: “Concessão de Título Honorífico de Cidadão Guarulhense ao senhor Gilberto Kassab<sup>i</sup>” e “O nosso Prefeito de São Paulo, na época José Serra, também participa dessa parceria. Hoje é o Cassab”.

#### 2.3.2.4 Técnicas e instrumentos de transcrição

A passagem de textos da modalidade oral para a escrita é uma tarefa que efetuamos cotidianamente. A simples anotação de um recado representa a transformação do texto oral para texto escrito. Para isso, basta um pedaço de papel e um lápis. Quando se trata, entretanto, de transcrever textos falados para a modalidade escrita em escala profissional, principalmente nos casos em que a transcrição tenha de ser feita na velocidade da fala, são necessários técnicas e instrumentos que vêm evoluindo ao longo dos tempos. Podemos citar como instrumentos: o papel e a caneta, utilizados pelos taquígrafos; o estenótipo e o computador, utilizados pelos estenotipistas; os sofisticados microfones e softwares, utilizados pelos *voicewriters*; e os equipamentos digitais de gravação, utilizados pelos transcritores de áudio. A seguir, traçaremos um panorama sobre esses métodos de transcrição e seus respectivos instrumentos.

#### ✓ Taquigrafia

A palavra taquigrafia é formada pelos elementos *taqui* (rápido) + *grafia* (escrita). Podemos dizer, remetendo-nos à origem dessa palavra, que atualmente há dois grupos de taquigrafia: **manual** – representada por manuscritos em códigos especiais que permitem acompanhar o ritmo da fala; e **digital** – composta por *estenotipia*, que utiliza máquina

---

<sup>30</sup>“About the worst thing a publication can do, short of actually slandering someone of course, is misspell the person's name. Every name has to be checked either with the guests themselves, with the MLA who introduced them, or in some other way”.

especial e softwares de transcrição, e por *reconhecimento de fala*, o qual consiste na utilização de microfones e de softwares que convertem a fala em escrita.

Apesar de a palavra taquigrafia ter potencial para englobar todas as formas de escrita rápida, o termo é utilizado correntemente apenas para a taquigrafia manual. Dessa forma, neste trabalho, quando nos referirmos à “taquigrafia” estaremos sempre nos remetendo à taquigrafia manual.

A respeito da invenção da taquigrafia, Cury (1994a) salienta que alguns estudiosos a atribuem aos hebreus; outros, aos gregos, mas deixa claro que não há sustentação para as duas hipóteses. Ele afirma, porém, que Marco Túlio Tiro, escravo liberto e secretário de Cícero, é autor das *Notas tironianas* (ou Abreviações tironianas), que constituem o primeiro sistema organizado de taquigrafia. Essas *Notas* teriam sido usadas do século I a.C. até o final do século XI e ficado esquecidas por quatro séculos, até a publicação da obra intitulada *Poligrafia*, do monge beneditino Johann Heidelberg, na qual o monge afirma ter encontrado um livro de abreviaturas taquigráficas escrito por Marco Túlio e, depois, ampliado por São Cipriano para uso dos cristãos.

Ao longo dos tempos, em prol de maior rapidez no registro da fala e de facilidade na interpretação dos sinais taquigráficos, foram criados vários métodos de taquigrafia. Cury enumera alguns deles e comenta suas particularidades. Cita o método de Timothy Bright, intitulado *Characterie, an art of shorte, swifte and secrete writing by characters*, como sendo a primeira reprodução impressa de um livro do gênero, o qual teria assegurado ampla divulgação da taquigrafia. Outro método citado é o de Samuel Taylor, cujo sistema – bastante utilizado no Brasil – baseia-se na geometria e serviu de base a diversos outros sistemas, como o Pitman, o Gregg e o Martí. Esse último, criado pelo espanhol Francisco de Paula Martí y Mora, é bastante utilizado em países de língua castelhana e também no Brasil.

Quanto aos instrumentos utilizados pelos taquígrafos, os romanos usavam tabuletas enceradas e um ponteiro, que tinha duas pontas: uma aguda para escrever e outra em formato de lâmina, para apagar o escrito. As tabuletas escritas pelos taquígrafos eram encaminhadas aos *librarii*, os quais traduziam as notas taquigrafadas; o texto traduzido era, então, encaminhado aos oradores para revisão e, depois de passado a limpo em pergaminhos ou em papiros, era publicado. O uso do papel pelos taquígrafos começou bem mais tarde, como afirma Cury:

Do século XIII ao XV acontece um fato que vem revolucionar o material de escrita. Começa-se a importar da China o papel de linho (planta da família das lináceas), que vem substituir o caríssimo e raro pergaminho. Acrescente-se a isto a adoção da pena de ganso. (CURY, 1994a).

Atualmente, o taquígrafo utiliza papel (em bloco ou em folhas soltas) e lápis ou caneta para o registro do texto. Ao contrário do que ocorria no passado, quando outro profissional traduzia as notas taquigrafadas, hoje há tantos métodos de taquigrafia e tantas variações no traçado de cada taquígrafo que dificilmente um profissional consegue traduzir as notas de outro. Sobre esse aspecto, Cury salienta:

Também na Alemanha aparece uma multiplicidade de sistemas de taquigrafia, além do de Gabelsberger. O Navarre<sup>31</sup> enumera mais de 300 métodos alemães até 1909. E essa verdadeira enxurrada de escolas, tendências e métodos faz com que o governo alemão proponha estudos em prol de uma estenografia unitária, que foi adotada oficialmente em 1924. (CURY, 1994a).

A respeito da citação acima, vale lembrar que a medida ocorreu no período entre guerras. Pode-se inferir, portanto, que tal norma está relacionada à necessidade de controle, por parte do governo alemão, de informações secretas, pois a diversidade de métodos taquigráficos seria um empecilho à decifração de tais informações.

Devido à dificuldade de tradução dos sinais taquigráficos por outro profissional, atualmente cada taquígrafo ocupa-se da tradução de seus registros. De início, os textos eram traduzidos à mão e a tradução encaminhada a um copiador ou datilógrafo, que os passava a limpo. Com o correr dos tempos, sabendo datilografar e dispondo de máquina de escrever, o taquígrafo passou a datilografar a tradução de seus textos. Hoje, na maioria das instituições, a máquina de escrever foi substituída pelo computador.

### ✓ **Estenotipia**

Estenotipia é um método utilizado para transcrever o texto falado para o escrito, que utiliza uma máquina apropriada, o estenótipo. Tem-se notícia de que a primeira máquina de stenotipia foi inventada na França pelo bibliotecário Benoît Gonod, em 1827. Em 1860, o italiano Antonio Michela-Zucco apresentou um estenótipo fundamentado no teclado do piano. Essa máquina, vinte anos mais tarde, passou a ser utilizada no parlamento italiano. Nos Estados Unidos destacam-se, dentre outros inventores de equipamentos para transcrição de textos, os taquígrafos Miles M. Bartholomew e George Kerr Anderson. Bartholomew inventou a máquina de stenotipia denominada Stenograph, patenteada em 1879; Anderson, em 1885, apresentou a máquina de taquigrafia Anderson, a qual permitia escrever palavras inteiras sem a necessidade de digitar letra por letra.

---

<sup>31</sup>Albert Navarre, autor da obra *Histoire Générale de la Sténographie*, publicado em 1909.

No século XX destacam-se Marc Grandjean, na França; Ward Stone Ireland, nos Estados Unidos; e Camille Palanque, na Inglaterra. Grandjean apresentou, em 1909, a máquina denominada Sténotype, para cuja fabricação e comercialização fundou a Société Sténotype Grandjean, em 1923. Ireland, por seu turno, patenteou o teclado que considerou ideal para a estenotipia em 1910. No ano de 1939, a estenotipista francesa Camille Palanque introduziu a estenotipia na Inglaterra. O sistema Palantype, criado por Palanque, teve como base o invento de Grandjean.

As primeiras máquinas de estenotipia eram mecânicas e os estenos<sup>32</sup> eram impressos e traduzidos posteriormente pelo próprio estenotipista ou por alguém que os soubesse ler. Isso, apesar de representar um avanço em relação à taquigrafia manual, demandava tempo. Dessa forma, os pesquisadores continuaram a busca por métodos e instrumentos que propiciassem maior rapidez e perfeição à tarefa de transcrição de textos. Graças à evolução tecnológica, hoje a estenotipia utiliza computadores e softwares na tradução das notas estenotipadas, o que permite a produção do texto escrito em tempo real, ou seja, o texto em caracteres comuns é produzido na medida em que é transcrito.

Da mesma forma que a taquigrafia, a estenotipia tem base na fonética. Com a globalização do método, porém, devido às dificuldades de interpretação dos sons dos diversos idiomas pelos softwares de transcrição, ela deixou de se basear exclusivamente no som das palavras e passou a considerar também a grafia. Essa adaptação contribui para a redução de falhas que podem causar trocas de palavras ou de conjuntos de palavras. Tais falhas podem ser ilustradas pela crítica de um telespectador americano sobre a legenda em espanhol de um programa televisivo em que nomes próprios foram “traduzidos” com resultados pitorescos como: “Senator Zell Miller” por “Senador Molinero del Zell”, “Senator Olympia Snowe” por “Senador Nieve de Olympia”, além de diversas referências a “Presidente arbusto”, como tradução para “President Bush”.

Mark Liberman, Diretor do Linguistic Data Consortium<sup>33</sup>, em resposta ao questionamento do telespectador, afirma que talvez o problema não tenha sido causado por falha humana, mas pelo sistema CAT (*Computer Aided Transcription*<sup>34</sup>):

Não sei exatamente qual a combinação de transcrição humana, máquina e tecnologias de tradução estavam envolvidas na produção das legendas espanholas na

---

<sup>32</sup>“Estenos” são os sinais produzidos pelo estenótipo.

<sup>33</sup>O Linguistic Data Consortium é um consórcio de laboratórios de pesquisas de universidades, empresas e governo, instalado na Universidade da Pensilvânia. Site: [http://www ldc.upenn.edu/About/ldc\\_intro.shtml](http://www ldc.upenn.edu/About/ldc_intro.shtml).

<sup>34</sup>Transcrição auxiliada por computador.

convenção republicana, mas se a conversão de “Senator Olympia Snowe” para “Senador Nieve de Olympia” envolveu um estágio de CAT, a perda do “e” mudo de “Senator Snowe” é uma pequena amostra das mudanças que, em princípio, podem acontecer.<sup>35</sup>. (LIBERMAN, Mark, 2004) (tradução nossa).

Os obstáculos apontados com relação à transcrição digital de textos em língua espanhola podem ser enfrentados na transcrição de qualquer língua, inclusive da inglesa, apesar de o primeiro *software* para transcrição de notas produzidas por máquina de estenotipia ter sido criado nos Estados Unidos. Homônimos imperfeitos, palavras novas e nomes próprios são desafios permanentes e exigem atenção redobrada dos usuários do sistema.

### ✓ Reconhecimento de fala

A tecnologia do reconhecimento de fala vem sendo aperfeiçoada para as atividades de transcrição de textos. Um dos empecilhos ao amplo uso do sistema é o não-reconhecimento universal de falas, isto é, o sistema só reconhece a fala do orador que o tenha “treinado” previamente. Isso dificulta a utilização da tecnologia nas casas legislativas devido à impossibilidade de todos os oradores que passam pela tribuna treinarem o sistema com antecedência. Uma forma de utilização do reconhecimento de fala em eventos que envolvem vários oradores é a repetição das falas por um locutor – denominado *respeaker* em inglês – que tenha sua voz reconhecida pelo programa. Devido a essas dificuldades de uso, a utilização da tecnologia nos processos de passagem da fala para a escrita no legislativo brasileiro é restrito. Algumas casas legislativas brasileiras dispõem do sistema, mas poucos profissionais o utilizam e, mesmo assim, como mero substituto do teclado para a transcrição de textos previamente gravados.

Os instrumentos básicos para a transcrição de textos por reconhecimento de fala são: computador, *software* de reconhecimento de fala e microfone.

---

<sup>35</sup>“I don't know exactly what combination of human and machine transcription and translation technologies was involved in producing the Spanish subtitles at the Republican convention, but if the transduction from "Senator Olympia Snowe" to "Senador Nieve de Olympia" involved a CAT step, then the loss of Senator Snowe's mute *e* was a small sample of the changes that in principle might have taken place”. Disponível em: <<http://itre.cis.upenn.edu/~myl/language/og/archives/001418>>. Acesso em: 01 maio 2009.

### ✓ **Transcrição de áudio (degravação)**

A transcrição de áudio, também conhecida por degravação, é a transcrição de textos previamente gravados. Trabalho penoso no passado, quando os gravadores eram grandes e providos de teclas pouco sensíveis, hoje a tarefa está bem mais fácil devido à invenção de novas tecnologias, que vai dos gravadores digitais aos softwares que gravam, particionam e distribuem os trechos gravados pelos computadores dos transcritores, permitindo que toda a operação de transcrição seja feita pelo teclado do computador.

Neste capítulo, observamos principalmente que o discurso parlamentar insere-se em um contexto comandado por normas regimentais que visam a garantir o bom andamento dos trabalhos tanto com relação aos aspectos organizacionais das sessões quanto àqueles voltados para o relacionamento entre os participantes do corpo parlamentar e seu comportamento no plenário. Vimos ainda que os oradores parlamentares apresentam vocabulário e estilo variado em decorrência da diversidade de domínios discursivos e que têm liberdade de atos e palavras garantidos pela Constituição Federal, mas suas falas no plenário são regidas por normas que visam ao bom andamento dos trabalhos e à preservação da face dos participantes dos debates dos debates.

O perfil dos oradores e as características do contexto parlamentar conferem à retextualização de discursos parlamentares um grau de complexidade que exige conhecimento e atenção do profissional para o atendimento dos objetivos de sua tarefa. Fidelidade ao dito pelo orador e respeito pelo seu estilo apresentam-se como preocupação fundamental de oradores e de retextualizadores em todas as partes do mundo, desde tempos remotos até os dias atuais.

Feitas essas considerações sobre o discurso parlamentar, sua contextualização e retextualização, passaremos à análise do *corpus*.

### 3 RETEXTUALIZAÇÃO DO DISCURSO PARLAMENTAR: UMA ANÁLISE

#### 3.1 Constituição do *corpus*

Esta pesquisa objetiva identificar alterações promovidas por retextualizadores na passagem de discursos parlamentares para a modalidade escrita e as conseqüências dessas alterações para o sentido do texto. Com essa finalidade, constituímos um *corpus* formado por cinco trechos de atas da Câmara Municipal de Guarulhos, realizadas no período de 2001 a 2007, descritos a seguir:

##### TEXTO 1

**Tempo de gravação:** 89 segundos

**Sessão:** 17ª Sessão Ordinária realizada em 16/04/01

**Tempo de gravação da sessão:** aproximadamente 195 minutos

**Assunto discutido no texto:** Requerimento de uma CEI<sup>36</sup> para apuração de denúncia de uso da máquina administrativa para promoção pessoal, por meio de um panfleto.

##### TEXTO 2

**Tempo de gravação:** 65 segundos

**Sessão:** 17ª Sessão Ordinária realizada em 16/04/01

**Tempo de gravação da sessão:** aproximadamente 195 minutos

**Assunto discutido no texto:** Requerimento de instauração de comissão processante<sup>37</sup> contra o Prefeito.

##### TEXTO 3

**Tempo de gravação:** 71 segundos

**Sessão:** 23ª Sessão Ordinária realizada em 07/05/01

**Tempo de gravação da sessão:** aproximadamente 165 minutos

**Assunto discutido no texto:** Veto total a projeto de lei relativo à criação de uma área de lazer.

##### TEXTO 4

**Tempo de gravação:** 160 segundos

**Sessão:** 54ª Sessão Ordinária realizada em 14/09/05

**Tempo de gravação da sessão:** aproximadamente 130 minutos

**Assunto discutido no texto:** Veto total a projeto relativo a aumento do tempo de tolerância para estacionamento na “Zona Azul”<sup>38</sup>.

---

<sup>36</sup>CEI (Comissão Especial de Inquérito) é um processo equivalente à CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito). Para sua instauração é necessária a aprovação, pelo Plenário, de um requerimento. Aprovado o requerimento, a CEI é instaurada e levada a termo, com a deliberação do relatório pelo Plenário e os encaminhamentos cabíveis: arquivo ou envio ao Ministério Público.

<sup>37</sup>As comissões processantes na Câmara Municipal de Guarulhos podem ser instauradas para apuração de infrações político-administrativas cometidas pelo prefeito, pelo vice-prefeito ou pelos vereadores.

<sup>38</sup>Sistema de estacionamento rotativo pago, em logradouros públicos.



**TEXTO 5****Tempo de gravação:** 124 segundos**Sessão:** 73ª Sessão Ordinária realizada em 27/11/07**Tempo de gravação da sessão:** aproximadamente 140 minutos**Assunto discutido no texto:** Boletim contendo acusações ao Sindicato dos Metalúrgicos e ao Sindicato dos Químicos.

O *corpus* foi extraído de atas de sessões ordinárias realizadas na Câmara Municipal de Guarulhos. Por esse motivo, faremos algumas considerações acerca desse gênero textual produzido no contexto parlamentar.

**3.2 O gênero textual ata**

Ata é um documento oriundo do registro de fatos transcorridos em uma reunião e tem valor administrativo, histórico e jurídico. Há dois tipos de atas adotados pelas casas legislativas: a integral (também chamada de minuciosa ou detalhada) e a resumida (também conhecida como sucinta ou relatada).

Uma das diferenças entre ata resumida e ata integral é fornecida pelo Deputado Rêmoló Aloise, como Secretário da 123ª Reunião Ordinária da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, realizada em 28 de março de 2000, em resposta a questionamento do Deputado Miguel Martini:

O Deputado Miguel Martini – [...] Mas duas questões gostaria de levantar e saber se estão na ata. A primeira relaciona-se ao fato de o Presidente, referindo-se a este Deputado, ter dito que não admitiria chilique. Gostaria de saber se está constando na ata o termo "chilique" e saber quem deu chilique.

O Sr. Presidente – A Presidência entende que a observação de V. Exa. não é objeto da ata sucinta. No entanto, passa a palavra ao Sr. Secretário, para responder ao Deputado Miguel Martini.

O Sr. Secretário (Deputado Rêmoló Aloise) – Deputado Miguel Martini, V. Exa. conhece perfeitamente o Regimento, apesar de ter tido alguns colegas que acharam que deveria ser trucidado e rasgado. O art. 41 deixa claro que são duas atas: uma oficial, completa, publicada no "Diário Oficial", em que o termo "chilique" vai aparecer, e outra sucinta, que acabei de ler, que é um resumo daquilo que a Mesa entende que seria suficiente. Então, não há, de fato, nesta ata que li, as questões levantadas por V. Exa. A publicada no "Diário Oficial" terá os "chiliques", os "triliques", os "triques", os "futriques" que forem necessários. Era o que tinha a dizer.<sup>39</sup>

O *Manual de redação parlamentar* da Assembléia Legislativa de Minas Gerais nos fornece um resumo do formato de uma ata. De acordo com esse manual, a ata inicia-se com os elementos essenciais à identificação da reunião a que se refere, como o tipo e o

<sup>39</sup>Disponível em: <[http://www.almg.gov.br/dia/A\\_2000/03/L300300.htm](http://www.almg.gov.br/dia/A_2000/03/L300300.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2009.

número de ordem da reunião, a data e o horário de realização. Em seguida, passa-se à lista dos presentes e ao relato dos fatos transcorridos, finalizando com a convocação para a reunião seguinte.

As atas das sessões parlamentares seguem a estrutura das sessões, cujas partes são destacadas tanto nas atas resumidas quanto nas integrais. Em seguida, apresentaremos, sinteticamente, as características dessas atas, tendo como base as atas da Câmara Municipal de Guarulhos para as integrais<sup>40</sup>, e as atas da Câmara Municipal de Porto Alegre para as resumidas.

### 3.2.1 Ata integral

A ata integral é composta de todos os pronunciamentos (retextualizados tal como pronunciados, com o máximo de fidelidade à fala dos oradores) e de documentos (resumidos ou integrais) apreciados na sessão.

Na redação das atas integrais predomina o discurso direto; entretanto, o discurso indireto se faz presente nas reproduções de falas pelos oradores e nas pistas de contextualização inseridas pelos retextualizadores. Como exemplo, transcrevemos o seguinte trecho da ata da 19ª sessão ordinária realizada na Câmara Municipal de Guarulhos em 14 de abril de 2004:<sup>41</sup>

Então, procurei pela responsável pelo Posto, que me foi apresentada, e perguntei à funcionária se ela já tinha recebido o malote de comunicação da Secretaria da Saúde do Município de Guarulhos àquela Unidade. Ela me disse que sim. Perguntei-lhe se já tinha aberto o malote. Ela disse que tinha acabado de abrir o malote, mas que ainda não sabia o que continha dentro do malote.

Além da transcrição dos discursos e dos documentos relativos às sessões, as atas contêm, ainda, observações feitas pelo retextualizador que refletem situações de ordem regimental – como o dispositivo com base no qual a fala foi concedida aos oradores – e de ordem operacional, como as pausas, os horários de suspensão, de reabertura dos trabalhos, de encerramento dos trabalhos etc. Há, também, informações destinadas à explicitação de certas falas dos oradores, principalmente no caso de demonstrações, conforme se verifica no item relativo às pistas de contextualização.

---

40Veja, no Apêndice B, a estrutura das atas integrais da Câmara Municipal de Guarulhos.

41Disponível em: <[http://www.camaraguarulhos.sp.gov.br/arquivos/atas/conf\\_ata.php](http://www.camaraguarulhos.sp.gov.br/arquivos/atas/conf_ata.php)>. Acesso em: 15 mar. 2009.

### 3.2.2 Ata resumida

Ata resumida é um relatório da sessão em que podem ser incluídos, além dos resumos de discursos pronunciados, sínteses de documentos apreciados durante a sessão. Essas atas são redigidas em discurso indireto, contendo o relato das ocorrências da sessão, tanto lingüísticos quanto extralingüísticos. Nessas atas não se usam espaços entre as linhas, são evitadas abreviaturas e os números geralmente são escritos por extenso. Por se tratar de resumo, a escolha do que deve ser relatado nesse tipo de ata é de responsabilidade do redator. Por isso, na apostila do curso *Redação Técnica: princípios da produção documental no Processo Legislativo* consta a seguinte recomendação: “O Secretário, redator da ata, deve ser pessoa que não tenha interesse pessoal no assunto em debate, a fim de que possa concentrar-se e não seja induzido a inserir opiniões subjetivas”. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CÂMARAS MUNICIPAIS, 2008, p. 22).

Registradas em livro próprio até pouco tempo, com o avanço das tecnologias, tem havido uma migração das atas manuscritas em livros para formas impressas. Atualmente, é comum a publicação de atas resumidas de sessões parlamentares em sites de casas legislativas, o que favorece a leitura desse tipo de documento por um número infinitamente maior de pessoas. Apesar de o suporte não ser o mesmo, as atas digitais apresentam o mesmo formato e o mesmo teor que aquelas registradas em livros ou impressas. Nesse caso, o suporte atua como um facilitador de divulgação, mas não interfere no gênero.

A seguir, apresentaremos a estrutura de atas sucintas de sessões parlamentares ordinárias, tendo como base uma ata da Câmara Municipal de Porto Alegre<sup>42</sup>:

Identificação da sessão:

ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA QUARTA LEGISLATURA, EM 29-12-2008.

Identificação do contexto temporal, do contexto local e dos participantes:

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas, foi realizada a chamada, respondida pelos Vereadores [...]

As partes da sessão são indicadas em letras maiúsculas, na mesma linha, como se verifica nos recortes abaixo:

---

<sup>42</sup>Disponível em: <<http://www.camarapoa.rs.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

[...] Nereu D'Avila, Sofia Cavedon e Valdir Caetano. **Do EXPEDIENTE**, constaram os Ofícios nos 1369620, 1373722, 1373833, 1373956 e 1375713/08, do Fundo Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. Na oportunidade, foram apregoadas as seguintes Emendas: de nº 02, de autoria dos Vereadores Beto Moesch e Dr. Goulart, Líder da Bancada do PTB, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 016/08 (Processo nº 6187/08). (grifo nosso).

[...]

A seguir, constatada a existência de quórum, foi iniciada a **ORDEM DO DIA**. Na oportunidade, o Senhor Presidente prestou esclarecimentos acerca da ordem de votação da matéria constante na Ordem do Dia. (grifo nosso).

Do encerramento da sessão constam o horário de término, a presidência e a secretaria da sessão, bem como informações de ordem legal:

Às vinte e uma horas e quatorze minutos, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente Sessão, da Quarta Sessão Legislativa Ordinária e da Décima Quarta Legislatura. Os trabalhos foram presididos pelos Vereadores Sebastião Melo e Claudio Sebenelo e secretariados pelo Vereador Ervino Besson. Do que eu, Ervino Besson, 1º Secretário, determinei fosse lavrada a presente Ata, que, após aprovada pela Mesa Diretora, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento, será assinada pela maioria dos seus integrantes.

Além das marcas estruturais da sessão, as atas resumidas ainda apresentam informações sobre o dispositivo regimental em que se enquadra a fala do orador: “Em **COMUNICAÇÃO DE LÍDER**, o Vereador João Antonio Dib elogiou o Presidente Sebastião Melo pela economia feita neste Legislativo no corrente ano”.

O tempo é minuciosamente registrado nas atas resumidas, como se verifica no trecho abaixo:

Durante a apreciação do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/08, os trabalhos estiveram suspensos das dezoito horas e quarenta e um minutos às dezoito horas e cinquenta minutos e das dezenove horas e cinquenta e três minutos às vinte horas e cinco minutos, nos termos regimentais. Ainda, foi aprovada a prorrogação dos trabalhos da presente Sessão, nos termos regimentais.

As atas resumidas de sessões parlamentares são semelhantes nas diversas casas legislativas quanto à estrutura; porém, os critérios de seleção do conteúdo podem variar, como podemos inferir pela confrontação da ata da Câmara Municipal de Porto Alegre, em que os discursos dos parlamentares são incluídos na ata em forma de resumo, com as informações do *Manual de redação parlamentar* da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, transcritas a seguir:

As atas sucintas dos diferentes órgãos são semelhantes, na forma, em seus aspectos gerais. Todas mencionam, por exemplo, que foram proferidos discursos, sem especificar o teor dos pronunciamentos. Na ata sucinta do Plenário, registra-se: Proferem discursos os Deputados ...; o teor do discurso será publicado integralmente na ata minuciosa. Nas comissões, a ata apenas faz referência às notas taquigráficas, sem indicar os nomes dos oradores, já identificados em outra parte da ata: Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. (MINAS GERAIS, 2008, p. 58).

### 3.3 Procedimentos de análise

A apresentação do *corpus* respeita os seguintes critérios: disposição dos textos, numerados de cinco em cinco linhas, em duas colunas: na primeira, encontra-se o texto transcrito de acordo com as normas do Projeto NURC/SP (Anexo B), ao qual chamaremos de “texto transcrito (TT)”; na segunda, está o texto retextualizado (TR).

Com a finalidade de resguardar os nomes das pessoas envolvidas nos discursos, os oradores serão identificados simplesmente por “ORADOR” ou “ORADORA”, e as pessoas citadas serão representadas por letras, em ordem crescente. Quando uma pessoa for citada mais de uma vez no mesmo texto, será identificada com a letra que a classificou pela primeira vez.

Após a apresentação do *corpus* no formato acima descrito, procederemos à análise com o intuito de responder às seguintes questões de pesquisa: **Que alterações os retextualizadores promovem na passagem de discursos parlamentares para a modalidade escrita? Que implicações essas alterações trazem para o sentido do texto?**

Para a contextualização dos fenômenos ocorridos na retextualização dos textos analisados e melhor entendimento dos comentários, destacamos as seguintes variáveis que podem interferir na transposição do texto oral para o escrito, conforme Marcuschi (2003a, p. 54) e de acordo com observações de profissionais da área da retextualização:

✓ **Conhecimentos do retextualizador.** Alguns retextualizadores dos textos analisados têm formação de nível médio e outros, de nível superior. Consideramos que os conhecimentos essenciais ao retextualizador não estão apenas em seu nível de escolaridade, mas também e principalmente no conhecimento prévio, que envolve o conhecimento enciclopédico adquirido fora das instituições de ensino; no conhecimento partilhado, proporcionado pelo convívio orador-retextualizador; e nos conhecimentos interacional e operacional, adquiridos no contexto de trabalho.

O conhecimento é a condição primeira para a compreensão que, por sua vez, é a condição primeira da boa retextualização. É oportuna, aqui, a transcrição do seguinte trecho de Marcuschi:

Há nestas atividades de retextualização um aspecto geralmente ignorado e de uma importância imensa. Pois para dizer de outro modo, em outra modalidade ou em outro gênero o que foi dito ou escrito por alguém, devo inevitavelmente *compreender* o que foi que esse alguém disse ou quis dizer. (MARCUSCHI, 2003a, p. 47) (grifo do autor).

Ainda sobre a influência dos aspectos cognitivos na retextualização, Marcuschi (2003a) observa que, assim como dois falantes só interagem na suposição de uma certa compreensão mútua, um indivíduo só pode retextualizar na suposição de compreensão do texto de origem. O autor adverte que o não-entendimento de um texto não impede a retextualização, mas pode conduzir a uma transformação problemática, que pode chegar ao falseamento.

A importância da compreensão na passagem do texto oral para o escrito vem sendo apregoada desde há muito tempo por profissionais da área da retextualização, como se observa no texto de Jos Schaerlaekens, professor belga de taquigrafia.

A prática da estenografia requer atenção permanente do profissional. Este não age como mecânico, a registrar séries de sons ou palavras justapostas para reprodução posterior. O que ele anota são idéias expressas por sons e palavras e o que dele se espera é a reprodução fiel dessas idéias. *Tal objetivo o estenógrafo não alcançará plenamente a não ser que, ao longo do apanhamento, esteja em condições de compreender o sentido do que estenografa* e, quando da tradução, fixe particularmente sua atenção no sentido. Isto lhe permitirá produzir cópia exata do que foi dito (ou ditado). (SCHAERLAEKENS, 1949) (grifo nosso).

O conhecimento é essencial para uma boa retextualização e disso não há dúvida. Sabemos, porém, que é impossível o domínio do retextualizador sobre todos os assuntos que retextualiza, principalmente no contexto parlamentar devido à multiplicidade de domínios discursivos. Nesse ambiente, muitas vezes o profissional terá a seu encargo a retextualização de assuntos dos quais jamais tenha ouvido falar e textos que contenham vocabulário especializado ou itens passíveis de dúvidas. Cabem, então, pesquisas, que suprirão a falta de conhecimento momentânea e contribuirão para a formação do retextualizador.

✓ **Relação entre o produtor do texto e o transformador.** Em nosso *corpus*, os produtores dos textos são vereadores da Câmara Municipal de Guarulhos e os transformadores são taquígrafos com pouco contato com os oradores nos exemplos colhidos nas atas de 2001 e maior aproximação nas outras amostras. O distanciamento entre os retextualizadores e os oradores nos exemplos de 2001 deve-se ao fato de que, na época, a Câmara não dispunha de corpo taquigráfico próprio e utilizava serviços de empresas terceirizadas, o que concorria para o revezamento de profissionais nos trabalhos de retextualização. A partir de 2002, porém, a Casa passou a contar com corpo taquigráfico próprio. Sendo assim, os retextualizadores dos demais textos contam, no mínimo, com três anos de convívio com os oradores. Tendo-se em consideração os conhecimentos partilhado, interacional e operacional, os retextualizadores dos textos de 2005 e 2007 são beneficiados

pelo tempo de trabalho na Câmara Municipal de Guarulhos devido ao convívio com os oradores<sup>43</sup> e com os trâmites regimentais dos eventos da Edilidade.

✓ **Propósito.** O propósito da retextualização do material analisado é a elaboração de atas de sessões ordinárias da Câmara Municipal de Guarulhos. A variável “propósito” tem papel fundamental nos processos de retextualização, uma vez que o nível de intervenção do retextualizador depende daquilo a que se destina o material retextualizado. Na retextualização de textos produzidos no parlamento, por exemplo, há tratamento diferenciado para os eventos. O *Manual de procedimentos* nos dá prova disso:

A Taquigrafia tem como tarefa habitual a transcrição de fitas gravadas nas reuniões das comissões permanentes, audiências públicas, comissões parlamentares de inquérito e de estudos, reuniões de estudos, etc. O taquígrafo não deve ater-se somente à transcrição: deve observar a fidelidade e boa redação (exceto nas CPIs). (SÃO PAULO, 2002, p. 22) (grifo do manual).

No trecho acima, destaca-se o enunciado “e boa redação (exceto nas CPIs)”, em que se percebe a recomendação de tratamento diferente para as CPIs, para as quais não seria preciso “observar boa redação”, ou seja, entende-se que o nível de retextualização seja restrito nos textos produzidos nas CPIs. O *Manual do Detaq* também orienta para o tratamento diferenciado dos eventos retextualizados, como descrito no tópico em que tratamos dos manuais de procedimentos, em que está explícita a restrição a mudanças dos textos relativos às CPIs.

✓ **Processos de formulação.** Na Câmara Municipal de Guarulhos, a maioria dos discursos é formulada de improviso. Isso favorece a presença de maior quantidade de elementos característicos da fala (repetições, autocorreções, hesitações, digressões etc) e a frouxidão do discurso no tocante a aspectos formais. Van Dijk atesta esse fato:

Os debates parlamentares são públicos, oficiais. Isso significa que ambos, conteúdo e estilo, são estritamente controlados, especialmente nos discursos escritos. Há menos formalidade no debate espontâneo, com grande variação de acordo com os países. Na França tais debates podem ser acalorados, com muitas interrupções e muitos estilos retóricos, diferentemente da Holanda e da Espanha, onde os debates parlamentares são formais e polidos. (VAN DIJK, 2008, p. 153)

Informados os procedimentos de análise, feitas as considerações sobre o gênero textual ata e descrita a constituição do *corpus*, passaremos agora à análise. Ressalvamos que

---

<sup>43</sup>O convívio com os oradores contribui para a qualidade da retextualização não só pelo hábito à pronúncia como também pelo conhecimento da ideologia do orador, das áreas geográfica e temática de sua atuação, de seu estilo oratório e do vocabulário que costuma utilizar, ou seja, o conhecimento partilhado é um dos princípios da boa retextualização.

não é nossa intenção fazer uma análise exaustiva do *corpus*, já que a multiplicidade de fatores que envolvem os discursos parlamentares e sua retextualização inviabilizam qualquer pretensão nesse sentido.



### 3.4 Análise

#### 3.4.1 TEXTO 1 (17ª Sessão Ordinária, 16/04/01)

<b>TEXTO TRANSCRITO</b> <b>(188 palavras)</b>	<b>TEXTO RETEXTUALIZADO</b> <b>(149 palavras)</b>
<p>5 ORADORA – senhor presidente senhores vereadores... a respeito desse/ dessa:: CEI que se/... que está sendo pedida... eu gostaria de dizer a seguinte coisa... a CEI teria SENTido se já tivesse defiNido que houve abuso... que houve abuso de poder... que há intenção de autopromoção nesse panfleto... acontece que o próprio Ministério Público já se posicionou sobre isso e considera que o panfleto tem caráter</p> <p>10 INformati::vo... que não há intenção de autopromoção nesse panfleto... não havendo intenção de AUtopromoção nesse panfleto senhor presidente... não há necessidade nenhuma de se instalar uma CEI para se con/ con/... ter</p> <p>15 conhecimento do valor gasto com a confecção do panfleto e de qual a empresa que o confeccionou... não é necessária uma CEI... basta um pedido de esclarecimentos...</p> <p>ORADOR – pela ordem senhor presidente...</p> <p>20 ORADORA – então...</p> <p>ORADOR – pela ordem...</p> <p>ORADORA – nesse sentido...</p> <p>PRESIDENTE – pela ordem... pela ordem...</p> <p>ORADORA – eu...</p> <p>25 [</p> <p>PRESIDENTE – pela ordem o vereador A...</p> <p>ORADOR – pela ordem senhor presidente... eu requieiro de vossa excelência diante da vereadora A que nós remetemos para o Ministério Público</p> <p>30 todos esses projetos que estão aí e esperamos o parecer do Ministério Público... de acordo com o que o Ministério Público fazer lá nós fazemos igual aqui...</p>	<p>5 ORADORA ((Para encaminhar a votação)) – Senhor Presidente, Srs. Vereadores, a respeito dessa CEI que se está pretendendo aprovar, gostaria de dizer o seguinte: a CEI teria sentido se já tivesse definido que houve abuso de poder, que houve a intenção de autopromoção com esse panfleto. Acontece que o próprio Ministério Público já se posicionou sobre isso e considerou que panfleto tem caráter informativo, que não há</p> <p>10 intenção de autopromoção. Não havendo intenção de autopromoção nesse panfleto, Sr. Presidente, não há necessidade nenhuma de se instalar uma CEI para se ter conhecimento do valor gasto pela confecção do panfleto e da empresa que o</p> <p>15 confeccionou, bastaria um pedido de esclarecimentos. Então, nesse sentido...</p> <p>ORADOR ((Pela ordem)) – Senhor Presidente, diante do que está colocando a nobre Vereadora</p> <p>20 A, requieiro a V.Exa. que seja encaminhado ao Ministério Público todos esses projetos que estão aí e vamos esperar o seu parecer e o que eles fizerem lá, vamos repetir aqui.</p>

Comparando o texto transcrito com o texto retextualizado, observamos:

✓ **Eliminações como, por exemplo, as que descrevemos a seguir:**

a) O **artigo definido** constante do segmento “*considera que o panfleto tem caráter INformati::vo*” (linhas 9-10TT) foi excluído, resultando na seqüência “*considerou que panfleto tem caráter informativo*” (linhas 8-9TR).

b) As **hesitações** presentes nos segmentos “*a respeito desse/ dessa:: CEI que se/... que está sendo pedida*” (linhas 2-3TT) e “*para se con/ con/... ter conhecimento do valor gasto*” (linhas 14-15TT) foram eliminadas, como se percebe nas seqüências “*a respeito dessa*

*CEI que se está pretendendo aprovar*” (linha 2-3TR) e *“para se ter conhecimento do valor gasto”* (linha 13TR).

c) A matriz da **paráfrase adjacente** constante do enunciado *“se já tivesse definido **que houve abuso...** que houve abuso de poder”* (linhas 4-6TT) foi excluída, como se observa no enunciado *“se já tivesse definido que houve abuso de poder”* (linhas 4-5TR). Também houve eliminação da **paráfrase não adjacente** constante da seqüência *“que o confeccionou... **não é necessária uma CEI...** basta um pedido de esclarecimentos...”* (linhas 16-18TT), conforme se verifica na seqüência *“que o confeccionou, bastaria um pedido de esclarecimentos”* (linhas 14-16TR).

d) Os **pronomes egóticos** presentes nos segmentos *“que está sendo pedida **eu** gostaria de dizer a seguinte coisa...”* (linhas 3-4TT), *“**eu** requeiro de vossa excelência diante da vereadora A”* (linhas 27-29TT) e *“de acordo com o que o Ministério Público fazer lá **nós** fazemos igual aqui”* (linhas 31-33TT) foram excluídos, conforme se verifica nas seqüências *“que se está pretendendo aprovar, gostaria de dizer o seguinte”* (linhas 3-4TR), *“diante do que está colocando a nobre Vereadora A, requeiro a V.Exa.”* (linhas 19-20TR) e *“o que eles fizerem lá, vamos repetir aqui”* (linhas 22-23TR), respectivamente.

e) A **repetição** constante do enunciado *“que não há intenção de autopromoção **nesse panfleto** senhor presidente... não havendo intenção de A Utopromoção nesse panfleto...”* (linhas 10-13TT) foi eliminada, conforme se verifica na seqüência *“que não há intenção de autopromoção. Não havendo intenção de autopromoção nesse panfleto, Sr. Presidente,”* (linhas 9-11TR).

f) A **fórmula regimental “pela ordem”** usada pelo orador no segmento *“ORADOR – **pela ordem** senhor presidente... eu requeiro de vossa excelência diante da Vereadora A”* (linhas 27-29TT) foi eliminada. O segmento passou, então, para: *“ORADOR ((Pela ordem)) – Senhor Presidente, diante do que está colocando a nobre Vereadora A, requeiro a V.Exa.”* (linhas 18-20TR).

g) **Turnos** presentes nas linhas 17-27TT foram eliminados, conforme se verifica nas linhas 15-18TR:

✓ *ORADORA – (...) basta um pedido de esclarecimentos...* (linhas 17-18TT), *ORADOR – **pela ordem** senhor presidente...* (linha 19TT), *ORADORA – Então...* (linha 20TT), *ORADOR – **pela ordem**...* (linha 21TT) *ORADORA – nesse sentido...* (linha 22TT) x *ORADORA – (...) bastaria um pedido de esclarecimentos. Então, nesse sentido...* (linhas 15-17TR);

✓ *ORADORA – nesse sentido...* (linha 22TT), *PRESIDENTE – pela ordem... pela ordem...* (linha 23TT), *ORADORA – eu...*(linha 24TT), *PRESIDENTE – pela ordem o vereador A...* (linha 26TT), *ORADOR – pela ordem senhor presidente...* (linha 27TT) x *ORADORA – (...)* *nesse sentido...* (linha 17TR), *ORADOR ((Pela ordem)) – Senhor Presidente* (linha 18TR).

O quadro a seguir oferece um resumo e melhor visualização do que foi descrito:

TEXTO TRANSCRITO	TEXTO RETEXTUALIZADO	ELIMINAÇÕES
considera que <i>o</i> panfleto tem caráter INformati::vo... (linhas 9-10TT)	considerou que panfleto tem caráter informativo (linhas 8-9TR)	Artigo definido
para se <i>con/ con/...</i> ter conhecimento do valor gasto (linhas 14-15TT)	para se ter conhecimento do valor gasto (linha 13TR)	Hesitação
a respeito <i>desse/ dessa:: CEI que se/...</i> que está sendo pedida (linhas 2-3TT)	a respeito dessa CEI que se está pretendendo aprovar (linhas 2-3TR)	Hesitação
a CEI teria sentido se já tivesse definido <i>que houve abuso...</i> que houve abuso de poder... (linhas 4-6TT)	a CEI teria sentido se já tivesse definido que houve abuso de poder (linhas 4-5TR).	Paráfrase
que o confeccionou... <i>não é necessária uma CEI...</i> basta um pedido de esclarecimentos... (linhas 16-18TT)	que o confeccionou, bastaria um pedido de esclarecimentos (linhas 14-16TR)	Paráfrase
que está sendo pedida... <i>eu</i> gostaria de dizer a seguinte coisa... (linhas 3-4TT)	que se está pretendendo aprovar, gostaria de dizer o seguinte: (linhas 3-4TR)	Pronome egótico
<i>eu</i> requeiro de vossa excelência diante da vereadora A (linhas 27-29TT)	diante do que está colocando a nobre Vereadora A, requeiro a V.Exa. (linhas 19-20TR)	Pronome egótico
de acordo com o que o Ministério Público fazer lá <i>nós</i> fazemos igual aqui... (linhas 31-33TT)	o que eles fizerem lá, vamos repetir aqui (linhas 22-23TR)	Pronome egótico
que não há intenção de autopromoção <i>nesse panfleto...</i> não havendo intenção de AUtopromoção nesse panfleto senhor presidente... (linhas 10-13TT)	que não há intenção de autopromoção. Não havendo intenção de autopromoção nesse panfleto, Sr. Presidente, (linhas 9-11TR)	Repetição
ORADOR – <i>pela ordem</i> senhor presidente... eu requeiro de vossa excelência diante da vereadora A (linhas 27-29TT)	ORADOR ((Pela ordem)) – Senhor Presidente, diante do que está colocando a nobre Vereadora A, requeiro a V.Exa. (linhas 18-20TR)	Fórmula regimental

TEXTO TRANSCRITO	TEXTO RETEXTUALIZADO	ELIMINAÇÕES
basta um pedido de esclarecimentos... <i>ORADOR – pela ordem senhor presidente...</i> ORADORA – Então... <i>ORADOR – pela ordem...</i> ORADORA – nesse sentido... (linhas 17-22TT)	bastaria um pedido de esclarecimentos. Então, nesse sentido... (linhas 15-17TR)	Turnos de fala
ORADORA – nesse sentido... <i>PRESIDENTE – pela ordem... pela ordem...</i> <i>ORADORA – eu...</i> [ <i>PRESIDENTE – pela ordem o vereador A...</i> ORADOR – pela ordem senhor presidente... (linhas 22-27TT)	nesse sentido... ORADOR ((Pela ordem)) – Senhor Presidente. (linhas 17-18TR)	Turnos de fala

✓ **Inserções como, por exemplo, as que descrevemos a seguir:**

a) Houve acréscimo do **artigo definido** “a” ao segmento “*que há intenção de autopromoção nesse panfleto...*” (linhas 6-7TT), conforme se observa na seqüência “*que houve a intenção de promoção com esse panfleto*” (linhas 5-7TR).

b) Foram acrescentadas as **informações regimentais** “para encaminhar a votação” e “pela ordem” aos segmentos “*ORADORA – senhor presidente senhores vereadores...*” (linhas 1-2TT) e “*ORADOR – pela ordem senhor presidente... eu requiro de vossa excelência diante da vereadora A*” (linhas 27-29TT), conforme se verifica nas seqüências “*ORADORA ((Para encaminhar a votação)) – Senhor Presidente, Srs. Vereadores*” (linhas 1-2TR) e “*ORADOR ((Pela ordem)) – Senhor Presidente, diante do que está colocando a nobre Vereadora A, requiro a V.Exa.*” (linhas 18-20TR).

O quadro a seguir oferece um resumo e melhor visualização do que foi descrito:

TEXTO TRANSCRITO	TEXTO RETEXTUALIZADO	INSERÇÕES
que há intenção de autopromoção nesse panfleto... (linhas 6-7TT)	que houve <i>a</i> intenção de promoção com esse panfleto (linhas 5-7TR)	Artigo definido
ORADORA – senhor presidente senhores vereadores... (linhas 1-2TT)	ORADORA (( <i>Para encaminhar a votação</i> )) – Senhor Presidente, Srs. Vereadores (linhas 1-2TR)	Informação regimental

TEXTO TRANSCRITO	TEXTO RETEXTUALIZADO	INSERÇÕES
ORADOR – pela ordem senhor presidente... eu requero de vossa excelência diante da vereadora A (linhas 27-29TT)	ORADOR (( <i>Pela ordem</i> )) – Senhor Presidente, diante do que está colocando a nobre Vereadora A, requero a V.Exa. (linhas 18-20TR)	Informação regimental

✓ **Substituições como, por exemplo, as que descrevemos a seguir:**

a) a expressão “de acordo com” do segmento “*de acordo com o que o Ministério Público fazer lá*” (linhas 31-32TT) foi substituída pela conjunção “e”, conforme se constata na seqüência “*e o que eles fizerem lá*” (linhas 22-23TR).

b) as preposições “com”, “em” e “para” foram substituídas, conforme abaixo:

✓ “com” da seqüência “*valor gasto com a confecção do panfleto*” (linhas 15-16TT) pela preposição “por” no segmento “*valor gasto pela confecção do panfleto*” (linhas 13-14TR);

✓ “em” da seqüência “*que há intenção de autopromoção nesse panfleto...*” (linhas 6-7TT) pela preposição “com” no segmento “*que houve a intenção de autopromoção com esse panfleto*” (linhas 5-7TR);

✓ “para” da seqüência “*que nós remetemos para o Ministério Público*” (linha 29TT) pela preposição “a” “*que seja encaminhado ao Ministério Público*” (linhas 20-21).

c) houve substituições envolvendo as seqüências textuais abaixo:

✓ “do Ministério Público” da seqüência “*e esperamos o parecer do Ministério Público*” (linhas 30-31TT) pelo pronome “seu” no segmento “*e vamos esperar o seu parecer*” (linha 22TR);

✓ “o Ministério Público” da seqüência “*o que o Ministério Público fazer lá*” (linhas 31-32TT) pelo pronome “eles” no segmento “*o que eles fizerem lá vamos repetir aqui*” (linhas 22-23TR);

✓ “que está sendo pedida” da seqüência “*a respeito desse/dessa.: CEI que se/... que está sendo pedida*” (linhas 2-3TT) por “que se está pretendendo aprovar” no segmento “*a respeito dessa CEI que se está pretendendo aprovar*” (linhas 2-3TR);

✓ “a seguinte coisa” da seqüência “*eu gostaria de dizer a seguinte coisa*” (linhas 3-4TT) por “o seguinte” no segmento “*gostaria de dizer o seguinte*” (linha 4TR);

✓ “diante da Vereadora A” da seqüência “*eu requero de vossa excelência diante da vereadora A*” (linhas 27-29TT) por “diante do que está colocando a nobre

Vereadora A” no segmento “*diante do que está colocando a nobre Vereadora A, requeiro a V.Exa.*” (linhas 19-20TR);

✓ “que nós remetemos” da seqüência “*que nós remetemos para o Ministério Público*” (linha 29TT) por “que seja encaminhado” no segmento “*que seja encaminhado ao Ministério Público*” (linhas 20-21TR);

d) ocorreram substituições relacionadas a verbos:

✓ “fazer” do segmento “*o que o Ministério Público fazer lá nós fazemos igual aqui*” (linhas 31-33TT) foi substituído por “fizerem”, como se observa na seqüência “*o que eles fizerem lá, vamos repetir aqui*” (linhas 22-23TR).

✓ “há” do segmento “*que há intenção de autopromoção nesse panfleto...*” (linhas 6-7TT) foi substituído por “houve” na seqüência “*que houve a intenção de autopromoção com esse panfleto*” (linhas 5-7TT);

✓ “considerar” do segmento “*considera que o panfleto tem caráter Informati.:vo...*” (linhas 9-10TT) foi substituído por “considerou” na seqüência “considerou que panfleto tem caráter informativo” (linhas 8-9TR);

✓ “basta” do segmento “*basta um pedido de esclarecimento*” (linhas 17-18TT) foi substituído por “bastaria” na seqüência “*bastaria um pedido de esclarecimentos*” (linhas 15-16TR).

✓ “esperamos” do segmento “*e esperamos o parecer do Ministério Público*” (linhas 30-31TT) foi substituído por “vamos esperar” na seqüência “*e vamos esperar o seu parecer*” (linha 22TR);

O quadro a seguir oferece um resumo e melhor visualização do que foi descrito:

TEXTO TRANSCRITO	TEXTO RETEXTUALIZADO	SUBSTITUÍDOS	SUBSTITUINTE
<i>de acordo com</i> o que o Ministério Público fazer lá (linhas 31-32TT)	<i>e</i> o que eles fizerem lá (linhas 22-23TR)	Locução conjuntiva	Conjunção
valor gasto <i>com</i> a confecção do panfleto (linhas 15-16TT)	valor gasto <i>pela</i> confecção do panfleto (linhas 13-14TR)	Preposição	Preposição
que há intenção de autopromoção <i>nesse</i> panfleto... (linhas 6-7TT)	que houve a intenção de autopromoção <i>com</i> esse panfleto (linhas 5-7TR).	Preposição	Preposição
que nós remetemos <i>para</i> o Ministério Público (linha 29TT)	que seja encaminhado <i>ao</i> Ministério Público (linhas 20-21TR)	Preposição	Preposição
e esperamos o parecer <i>do Ministério Público</i> (linhas 30-31TT)	e vamos esperar o <i>seu</i> parecer (linha 22TR)	Seqüência textual	Pronome

TEXTO TRANSCRITO	TEXTO RETEXTUALIZADO	SUBSTITUÍDOS	SUBSTITUINTES
o que <i>o Ministério Público</i> fazer lá nós fazemos igual aqui (linhas 31-33TT)	o que <i>eles</i> fizerem lá (linhas 22-23TR)	Seqüência textual	Pronome
a respeito desse/ dessa: CEI que se/... <i>que está sendo pedida</i> (linhas 2-3TT)	a respeito dessa CEI <i>que se está pretendendo aprovar</i> (linhas 2-3TR).	Seqüência textual	Seqüência textual
eu gostaria de dizer <i>a seguinte coisa</i> ” (linhas 3-4TT)	“gostaria de dizer <i>o seguinte</i> ” (linha 4TR).	Seqüência textual	Seqüência textual
eu requeiro de vossa excelência <i>diante da vereadora A</i> (linhas 27-29TT)	<i>diante do que está colocando a nobre Vereadora A</i> , requeiro a V.Exa. (linhas 19-20TR)	Seqüência textual	Seqüência textual
<i>que nós remetemos</i> para o Ministério Público (linha 29TT)	<i>que seja encaminhado</i> ao Ministério Público (linhas 20-21TR).	Seqüência textual	Seqüência textual
o que o Ministério Público <i>fazer</i> lá nós fazemos igual aqui (linhas 31-33TT)	o que eles <i>fizerem</i> lá, vamos repetir aqui (linhas 22-23TR)	Verbo	Verbo
e <i>esperamos</i> o parecer do Ministério Público (linhas 30-31TT)	e <i>vamos esperar</i> o seu parecer (linha 22TR)	Verbo	Locução verbal
que <i>há</i> intenção de autopromoção nesse panfleto... (linhas 6-7TT)	que <i>houve</i> a intenção de autopromoção com esse panfleto (linhas 5-7TR).	Presente do indicativo	Pretérito perfeito
<i>considera</i> que o panfleto tem caráter INformati::vo... (linhas 9-10TT)	<i>considerou</i> que panfleto tem caráter informativo (linhas 8-9TR)	Presente do indicativo	Pretérito perfeito
<i>basta</i> um pedido de esclarecimentos (linhas 17-18TT)	<i>bastaria</i> um pedido de esclarecimentos (linhas 15-16TR)	Presente do indicativo	Futuro do pretérito



### 3.4.2 TEXTO 2 (17ª Sessão Ordinária, 16/04/01)

TEXTO TRANSCRITO (101 palavras)	TEXTO RETEXTUALIZADO (100 palavras)
<p>ORADOR 1 – peço a palavra para encaminhar a votação...</p> <p>PRESIDENTE – com a palavra o vereador A.</p> <p>ORADOR 1 – senhor presidente essa::: pedido de comissão processante já passou pela Casa com um outro::... um outro denunciante... e este vereador votou contrariamente a esse pedido... e eu quero informar a vossa excelência e aos senhores vereadores e às senhoras e aos senhores... que eu vou continuar votando contra esse pedido de comissão processante porque não acho neste momento coerente se votar este pedido de cassação...</p> <p>PRESIDENTE – ao senhor secretário para a chamada...</p> <p>SECRETÁRIO – vereador B...</p> <p>ORADOR 2 – peço a palavra para encaminhar a votação senhor presidente...</p> <p>PRESIDENTE – com a palavra o vereador C...</p>	<p>ORADOR 1 – Senhor Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.</p> <p>PRESIDENTE – Para declaração de voto, tem a palavra o Vereador A</p> <p>ORADOR 1 – ((Para declaração de voto – Sem revisão do orador)) – Senhor Presidente, este pedido de Comissão Processante já passou pela Casa, com um outro denunciante. E este Vereador votou contrariamente a esse pedido.</p> <p>Eu quero, então, informar a Vossa Excelência e aos Senhores Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores, que eu vou continuar votando contra esse pedido de Comissão Processante, porque não acho neste momento coerente se votar este pedido de cassação.</p> <p>ORADOR 2 – Senhor Presidente, peço a palavra, para declaração de voto.</p> <p>PRESIDENTE – Para declaração de voto, tem a palavra o Vereador C.</p>

Comparando o texto transcrito com o texto retextualizado, observamos:

✓ **Eliminações como, por exemplo, as que descrevemos a seguir:**

a) o **termo repetido** no segmento “*essa::: pedido de comissão processante já passou pela Casa com **um outro::... um outro denunciante**” (linhas 4-6TT) foi eliminado, conforme se constata na seqüência “*este pedido de Comissão Processante já passou pela Casa, com um outro denunciante*” (linhas 6-8TR).*

b) a conjunção “**e**” do segmento “... *e este vereador votou contrariamente a esse pedido... **e** eu quero informar a vossa excelência e aos senhores vereadores*” (linhas 6-9TT) foi eliminada, conforme se verifica no enunciado “*E este Vereador votou contrariamente a esse pedido. Eu quero, então, informar a Vossa Excelência e aos Senhores Vereadores*” (linhas 8-11TR).

c) a conjunção “**e**” presente na seqüência “*eu quero informar a vossa excelência e aos senhores vereadores **e** às senhoras e aos senhores...*” (linhas 8-10TT) foi eliminada, conforme se verifica no segmento “*Eu quero, então, informar a Vossa Excelência e aos Senhores Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores*” (linhas 10-12TR).



d) Os turnos do segmento “*ORADOR 1 – (...) não acho neste momento coerente se votar este pedido de cassação...*” (linhas 12-13TT), “*PRESIDENTE – ao senhor secretário para a chamada...*” (linhas 14-15TT) e “*SECRETÁRIO – Vereador B...*” (linha 16TT), *ORADOR 2 – peço a palavra para encaminhar a votação senhor presidente...*” foram eliminados, como se observa no trecho compreendido pelas linhas 14-17TR: “*ORADOR 1 – (...) não acho neste momento coerente se votar este pedido de cassação*” (linhas 14-15TR) e “*ORADOR 2 – Senhor Presidente, peço a palavra, para declaração de voto*” (linhas 16-17TR).

O quadro a seguir oferece um resumo e melhor visualização do que foi descrito:

TEXTO TRANSCRITO	TEXTO RETEXTUALIZADO	ELIMINAÇÕES
... e este vereador votou contrariamente a esse pedido... <i>e</i> eu quero informar a vossa excelência e aos senhores vereadores (linhas 6-9TT)	E este Vereador votou contrariamente a esse pedido. Eu quero, então, informar a Vossa Excelência e aos Senhores Vereadores (linhas 8-11TR)	Conjunção
eu quero informar a vossa excelência e aos senhores vereadores <i>e</i> às senhoras e aos senhores... (linhas 8-10TT)	Eu quero, então, informar a Vossa Excelência e aos Senhores Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores (linhas 10-12TR)	Conjunção
essa::: pedido de comissão processante já passou pela Casa com <i>um outro:::...</i> um outro denunciante... (linhas 4-6TT)	este pedido de Comissão Processante já passou pela Casa, com um outro denunciante (linhas 6-8TR)	Repetição
não acho neste momento coerente se votar este pedido de cassação... <i>PRESIDENTE – ao senhor secretário para a chamada...</i> <i>SECRETÁRIO – vereador B...</i> <i>ORADOR 2 – peço a palavra para encaminhar a votação senhor presidente...</i> (linhas 12-18TT)	não acho neste momento coerente se votar este pedido de cassação.  <i>ORADOR 2 – Senhor Presidente, peço a palavra, para declaração de voto.</i> (linhas 14-17TR)	Turnos de fala

✓ **Inserções como, por exemplo, as que descrevemos a seguir:**

a) Foram acrescentadas **informações de ordem regimental e operacional** ao segmento “*ORADOR 1 – senhor presidente essa::: pedido de comissão processante já passou pela Casa*” (linhas 4-5TT), conforme se percebe na seqüência “*ORADOR 1 – ((Para declaração de voto – Sem revisão do orador)) – Senhor Presidente, este pedido de Comissão Processante já passou pela Casa*” (linhas 5-8TR).

b) Houve inserção de **seqüências textuais** nos segmentos “PRESIDENTE – com a palavra o vereador A” (linha 3TT), como se verifica no segmento “PRESIDENTE – *Para declaração de voto, tem a palavra o Vereador A*” (linhas 3-4TR) e “com a palavra o vereador C” (linha 19TT), como se percebe no segmento “*para declaração de voto, tem a palavra o Vereador C*” (linhas 18-19TR).

c) O **vocativo** “Senhor Presidente” foi acrescentado ao segmento “peço a palavra para encaminhar a votação” (linhas 1-2TT), conforme se verifica no enunciado “*Senhor Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação*” (linhas 1-2TR).

O quadro a seguir oferece um resumo e melhor visualização do que foi descrito:

TEXTO TRANSCRITO	TEXTO RETEXTUALIZADO	INSERÇÕES
ORADOR 1 – senhor presidente essa::: pedido de comissão processante já passou pela Casa (linhas 4-5TT)	ORADOR 1 – (( <i>Para declaração de voto – Senhor revisão do orador</i> )) – Senhor Presidente, este pedido de Comissão Processante já passou pela Casa (linhas 5-8TR)	Informações de ordem regimental e operacional
PRESIDENTE – com a palavra o vereador A (linha 3TT)	PRESIDENTE – <i>Para declaração de voto, tem a palavra o Vereador A</i> (linhas 3-4TR)	Seqüência textual
PRESIDENTE – com a palavra o vereador C (linha 19TT)	PRESIDENTE – <i>para declaração de voto, tem a palavra o Vereador C</i> (linhas 18-19TR)	Seqüência textual
peço a palavra para encaminhar a votação (linhas 1-2TT)	<i>Senhor Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação</i> (linhas 1-2TR)	Vocativo

✓ **Substituições como, por exemplo, as que descrevemos a seguir:**

a) A contração da preposição a + o artigo a (=“**à**”) e a junção da preposição a + o artigo os (=“**aos**”) da seqüência “eu quero informar a vossa excelência e aos senhores vereadores e *às senhoras e aos senhores...*” (linhas 8-10TT) foram substituídas pelos pronomes “minhas” e “meus”, conforme se verifica no segmento “Eu quero, então, informar a Vossa Excelência e aos Senhores Vereadores, *minhas* Senhoras e *meus* Senhores” (linhas 10-12TR).

b) A **fórmula regimental** “para encaminhar a votação” do segmento “peço a palavra *para encaminhar a votação* senhor presidente” (linhas 17-18TT) foi substituída pela

fórmula “para declaração de voto”, conforme se verifica na seqüência “*Senhor Presidente, peço a palavra, para declaração de voto*” (linhas 16-17TR).

c) A **preposição** “**com**” das seqüências “*PRESIDENTE – com a palavra o vereador A*” (linha 3TT) e “*PRESIDENTE – com a palavra o vereador C*” (linha 19TT) foi substituída pelo verbo “ter”, conforme se pode notar nos enunciados “*PRESIDENTE – Para declaração de voto, tem a palavra o Vereador A*” (linha 3-4TR) e “*PRESIDENTE – Para declaração de voto, tem a palavra o Vereador C*” (linhas 18-19TR).

d) O **pronome** “essa” da seqüência “*senhor presidente essa::: pedido de comissão processante já passou pela Casa*” (linhas 4-5TT) foi substituído pelo pronome “este”, resultando no enunciado “*Senhor Presidente, este pedido de Comissão Processante já passou pela Casa*” (linhas 6-8TR).

O quadro a seguir oferece um resumo e melhor visualização do que foi descrito:

TEXTO TRANSCRITO	TEXTO RETEXTUALIZADO	SUBSTITUÍDOS	SUBSTITUINTES
eu quero informar a vossa excelência e aos senhores vereadores e <i>às</i> senhoras e <i>aos</i> senhores... (linhas 8-10TT)	Eu quero, então, informar a Vossa Excelência e aos Senhores Vereadores, <i>minhas</i> Senhoras e <i>meus</i> Senhores (linhas 10-12TR)	Contrações	Pronomes
PRESIDENTE – <i>com</i> a palavra o vereador A (linha 3TT)	PRESIDENTE – Para declaração de voto, <i>tem</i> a palavra o Vereador A (linhas 3-4TR)	Preposição	Verbo
<i>com</i> a palavra o vereador C (linha 19TT)	<i>tem</i> a palavra o Vereador C (linhas 18-19TR)	Preposição	Verbo
senhor presidente <i>essa:::</i> pedido de comissão processante já passou pela Casa (linhas 4-5TT)	Senhor Presidente, <i>este</i> pedido de Comissão Processante já passou pela Casa (linhas 6-8TR)	Pronome	Pronome
peço a palavra <i>para encaminhar a votação</i> senhor presidente (linhas 17-18TT)	Senhor Presidente, peço a palavra, <i>para declaração de voto</i> (linhas 16-17TR)	Seqüência textual	Seqüência textual

### 3.4.3 TEXTO 3 (23ª Sessão Ordinária, 07/05/01)

TEXTO TRANSCRITO (107 palavras)	TEXTO RETEXTUALIZADO (90 palavras)
<p>ORADOR 1 – senhor presidente eu gostaria de justificar a ausência do vereador A... por motivo extremamente particular...</p> <p>5 O SR. PRESIDENTE – justificada...</p> <p>ORADOR 2 – pela ordem, senhor presidente... PRESIDENTE – com a palavra... o vereador A...</p> <p>ORADOR 2 – senhor presidente e demais vereadores na verdade nós estamos observando</p> <p>10 aqui... um projeto... como diz o vereador B... sem o mínimo motivo para o veto... e veio aqui/... e as pessoas têm que observar que há tempos atrás a vereadora A... que faz parte do grupo de sustentação do prefeito – e não nega –</p> <p>15 nesta Casa... trouxe aqui nesta Casa por diVERSas vezes várias pessoas com cadeiras de rodas... na oportunidade se ouviu um zunzunzum aqui... a própria vereadora A insinuou que ia marcar muito bem quem</p> <p>20 votasse CONtra aquele projeto para denunciar à população...</p>	<p>ORADOR 1 ((Pela ordem)) – Senhor Presidente, gostaria de justificar a ausência do vereador A, por motivo extremamente particular.</p> <p>5 O SR. PRESIDENTE – Justificada.</p> <p>ORADOR 2 ((Pela ordem)) – Senhor Presidente e demais vereadores, na verdade, estamos observando aqui um projeto, como diz o Vereador B, sem o mínimo motivo para o veto.</p> <p>10 As pessoas devem observar, mas tempos atrás, a vereadora A, que faz parte do grupo de sustentação do prefeito nesta Casa, e não nega, ela trouxe aqui, a esta Casa, por diversas vezes, várias pessoas em cadeiras de rodas. Na</p> <p>15 oportunidade, ouviu-se um zunzunzum aqui e a própria Vereadora A insinuou que ia marcar muito bem quem votasse contra o projeto, para denunciar a população.</p>

Comparando o texto transcrito com o texto retextualizado, observamos:

✓ **Eliminações como, por exemplo, as que descrevemos a seguir:**

a) O **pronome egótico** do segmento “*senhor presidente eu gostaria de justificar a ausência do vereador A*” (linhas 1-2TT) foi eliminado, conforme se observa na seqüência “Senhor Presidente, gostaria de justificar a ausência do vereador A” (linhas 1-3TR).

b) A **hesitação** constante do segmento “*sem o mínimo motivo para o veto... e veio aqui/... e... as pessoas têm que observar*” (linhas 11-12TT) foi eliminada, conforme se verifica na seqüência “*sem o mínimo motivo para o veto. As pessoas devem observar*” (linhas 9-10TR).

c) O **pronome egótico** do segmento “*senhor presidente e demais vereadores na verdade nós estamos observando aqui... um projeto...*” (linhas 8-10TT) foi excluído, como se verifica na seqüência “*Senhor Presidente e demais vereadores, na verdade, estamos observando aqui um projeto*” (linhas 6-8-TR).

d) O **verbo “haver”** do segmento “*as pessoas têm que observar que há tempos atrás a vereadora A*” (linhas 12-13TT) foi eliminado, como se verifica na seqüência “*As pessoas devem observar, mas tempos atrás, a vereadora A*” (linhas 10-11TR).

e) Os turnos “pela ordem, senhor presidente...” (linha 5TT) e “com a palavra... o vereador A...” (linhas 6-7TT) do segmento “O SR. PRESIDENTE – justificada... (linha 4TT), *ORADOR 2 – pela ordem, senhor presidente...* (linha 5TT), *PRESIDENTE – com a palavra... o vereador A...* (linhas 6-7TT) e “ORADOR 2 – senhor presidente e demais vereadores” (linhas 8-9TT) foram eliminados, conforme se verifica no trecho compreendido pelas linhas 5-7TR: “O SR. PRESIDENTE – Justificada” (linha 5TR) e “ORADOR 2 ((Pela ordem)) – Senhor Presidente e demais vereadores,” (linhas 6-7TR).

O quadro a seguir oferece um resumo e melhor visualização do que foi descrito:

TEXTO TRANSCRITO	TEXTO RETEXTUALIZADO	ELIMINAÇÕES
sem o mínimo motivo para o veto... <i>e veio aqui/... e...</i> as pessoas têm que observar (linhas 11-12TT)	sem o mínimo motivo para o veto. As pessoas devem observar (linhas 9-10TR)	Hesitação
<i>senhor presidente eu gostaria de justificar a ausência do vereador A</i> (linhas 1-2TT)	Senhor Presidente, gostaria de justificar a ausência do vereador A (linhas 1-3TR)	Pronome egótico
senhor presidente e demais vereadores na verdade <i>nós</i> estamos observando aqui... um projeto (linhas 8-10TT)	Senhor Presidente e demais vereadores, na verdade, estamos observando aqui um projeto (linhas 6-8-TR)	Pronome egótico
as pessoas têm que observar que <i>há</i> tempos atrás a vereadora A... (linhas 12-13TT)	As pessoas devem observar, mas tempos atrás, a vereadora A (linhas 10-11TR)	Verbo
O SR. PRESIDENTE – justificada... <i>ORADOR 2 – pela ordem, senhor presidente...</i> <i>PRESIDENTE – com a palavra... o vereador A...</i> ORADOR 2 – senhor presidente e demais vereadores (linhas 4-9TT)	O SR. PRESIDENTE – Justificada. ORADOR 2 ((Pela ordem)) – Senhor Presidente e demais vereadores (linhas 6-7TR)	Turnos de fala

✓ **Inserções como, por exemplo, as que descrevemos a seguir:**

a) Foi inserida a **informação regimental** “pela ordem” no segmento “ORADOR 1 – senhor presidente eu gostaria de justificar a ausência do vereador A... (linhas 1-2TT), conforme se verifica na seqüência “ORADOR 1 ((Pela ordem)) – Senhor Presidente, gostaria de justificar a ausência do vereador A” (linhas 1-3TR).

b) Foi inserida a **informação regimental** “pela ordem” no segmento “ORADOR 2 – senhor presidente e demais vereadores” (linhas 8-9TT), conforme se verifica na seqüência “ORADOR ((Pela ordem)) – Senhor Presidente e demais vereadores” (linhas 6-7TR).

c) Houve acréscimo do **pronome pessoal “ela”** ao segmento “*e não nega – nesta Casa... trouxe aqui*” (linhas 14-15TT), como se observa na seqüência “*e não nega, ela trouxe aqui*” (linhas 12-13TR).

O quadro a seguir oferece um resumo e melhor visualização do que foi descrito:

TEXTO TRANSCRITO	TEXTO RETEXTUALIZADO	INSERÇÕES
ORADOR 1 – senhor presidente eu gostaria de justificar a ausência do vereador A... (linhas 1-2TT)	ORADOR 1 (( <i>Pela ordem</i> )) – Senhor Presidente, gostaria de justificar a ausência do vereador A (linhas 1-3TR)	Informação regimental
ORADOR 2 – senhor presidente e demais vereadores (linhas 8-9TT)	“ORADOR (( <i>Pela ordem</i> )) – Senhor Presidente e demais vereadores” (linhas 6-7TR)	Informação regimental
e não nega – nesta Casa... trouxe aqui (linhas 14-15TT)	e não nega, <i>ela</i> trouxe aqui (linhas 12-13TR)	Pronome

✓ **Substituições como, por exemplo, as que descrevemos a seguir:**

a) A **conjunção “que”** do segmento “*as pessoas têm que observar que há tempos atrás a vereadora A*” (linhas 12-13TT) **foi substituída pela conjunção “mas”**, como se verifica na seqüência “*As pessoas devem observar, mas tempos atrás, a vereadora A*” (linhas 10-11TR).

b) A **locução “ter que”** do segmento “*as pessoas têm que observar que há tempos atrás a vereadora A*” (linhas 12-13TT) **foi substituída pelo verbo “dever”**, como se verifica na seqüência “*As pessoas devem observar, mas tempos atrás, a vereadora A*” (linhas 10-11TR).

c) As **preposições “em”** do segmento “*trouxe aqui nesta Casa*” (linhas 15TT) e “**com**” do segmento “*várias pessoas com cadeiras de rodas*” (linhas 16-17TT) **foram substituídas pelas preposições “a” e “em”**, como se pode comprovar pelas seqüências “*trouxe aqui, a esta Casa*” (linha 13TR) e “*várias pessoas em cadeiras de rodas*” (linha 14TR).

O quadro a seguir oferece um resumo e melhor visualização do que foi descrito:

TEXTO TRANSCRITO	TEXTO RETEXTUALIZADO	SUBSTITUÍDOS	SUBSTITUINTES
as pessoas têm que observar <i>que há</i> tempos atrás a vereadora A (linhas 12-13TT)	As pessoas devem observar, <i>mas</i> tempos atrás, a vereadora A (linhas 10-11TR)	Conjunção	Conjunção
as pessoas <i>têm que observar</i> que há tempos atrás a vereadora A (linhas 12-13TT)	As pessoas <i>devem observar</i> , mas tempos atrás, a vereadora A (linhas 10-11TR)	Locução verbal	Locução verbal
várias pessoas <i>com</i> cadeiras de rodas (linhas 16-17TT)	várias pessoas <i>em</i> cadeiras de rodas (linha 14TR)	Preposição	Preposição
trouxe aqui <i>nesta</i> Casa (linha 15TT)	trouxe aqui, <i>a</i> esta Casa (linha 13TR)	Preposição	Preposição

## 3.4.4 TEXTO 4 (79ª Sessão Ordinária, 14/09/05)

TEXTO TRANSCRITO (313 palavras)	TEXTO RETEXTUALIZADO (274 palavras)
<p>5 ORADOR – senhor presidente senhores vereadores... vou até tentar ser breve – nós temos cinco minutos – a questão aqui colocada... até alguns vereadores/... gostei até::</p> <p>10 do pronunciamento do vereador A de que ele vota com a maioria e a maioria é sábia mas nós estamos votando um projeto que envolve não apenas funcionários mas também a populaÇÃO... então nós teríamos que realmen::te vereador A ouvir a população porque eu recebi e-mails... não sei se vossa excelência recebeu e-mail parabenizando pelo seu voto quando vossa excelência votou favorável... nós vimos a reportagem da Big TV</p> <p>15 quando falada nas ruas todo mundo elogiando o projeto... eu queria saber que maioria né?... fico contente de vossa excelência votar com a maioria... bom na realidade gente o que eu quero tentar deixar claro aqui – até para as orientadoras – na reunião que nós tivemos lá dentro em nenhum momento nós ouvimos em que iria atrapalhar as operadoras... nós ouvimos o seguinte... “nós temos que democratizar o esPAço”... quero saber o que que está... éh/...</p> <p>20 que não está democratizando o espaço com essa medida... nós ouvimos lá dentro vereador B... nós ouvimos lá dentro – e vossa excelência estava lá também – na/... que as orientadoras teriam muitos problemas porque elas teriam que notificar e isso daria um maior trabalho... foi isso que nós ouvimos lá dentro... então também tenho certeza que isso não é problema nenhum... eu queria saber o que que vai atrapalhar as orientadoras... nenhuma pessoa lá nos explicou... outro detalhe... perguntado ao C</p> <p>25 – da Associação Comercial – o que que ele nos falou? “vereador vossa excelência tem razão”... eu fiz a seguinte pra/... pergunta pra ele... antes de entrar no mérito se a Prefeitura vai ter que criar um novo formulário... que eu acredito que basta ter CRIAtivida::de... que você pode usar o mesmo formulário... quando se QUER... quando se que::r aqui... gasta TANto dinheiro com panfle::to gente... tanto dinheiro com publicida::de...</p>	<p>5 ORADOR ((Para encaminhar a votação)) – Senhor Presidente, Senhores Vereadores, vou até tentar ser breve, temos cinco minutos. A questão aqui colocada... Gostei até do pronunciamento do Vereador A. Ele vota com a maioria e a maioria é sábia. Agora, estamos votando projeto que envolve não apenas funcionários, mas também a população. Então, teríamos de realmente, Vereador A, ouvir a população. Recebi e-mails, não sei se V.Exa. recebeu e-mail, parabenizando pelo seu voto, quando V.Exa. votou favorável. Nós vimos a reportagem na Big TV quando falada nas ruas todo mundo elogiando o projeto. Eu queria saber que maioria. Fico contente de V.Exa. votar com a maioria. Na realidade, o que eu quero tentar deixar claro aqui, até para as orientadoras, na reunião que nós tivemos lá dentro, em nenhum momento, ouvimos que iria atrapalhar as operadoras. Nós ouvimos o seguinte: Temos que democratizar o espaço. Quero saber o que não está democratizando o espaço com essa medida. Nós ouvimos lá dentro, Vereador B, V.Exa. estava lá também, que as orientadoras teriam muitos problemas, porque elas teriam que notificar e isso daria um maior trabalho. Foi isso que nós ouvimos lá dentro. Então, também tenho certeza que isso não é problema nenhum. Eu queria saber o que vai atrapalhar as orientadoras. Nenhuma pessoa lá me explicou. Outro detalhe: perguntado ao C, da Associação Comercial, o que ele nos falou? “Vereador, V.Exa. tem razão”. Eu fiz a seguinte pergunta para ele: Antes de entrar no mérito, a Prefeitura vai ter que criar um novo formulário? Porque eu acredito que basta ter criatividade, você pode usar o mesmo formulário. Quando se quer aqui, gasta tanto dinheiro com panfleto, gente! Tanto dinheiro com publicidade.</p>

Comparando o texto transcrito com o texto retextualizado, observamos:



✓ **Eliminações como, por exemplo, as que descrevemo a seguir:**

a) O **artigo indefinido** do segmento “*estamos votando **um** projeto que envolve não apenas funcionários*” (linhas 7-8TT) **foi eliminado**, conforme se verifica na seqüência “*estamos votando projeto que envolve não apenas funcionários*” (linhas 6-7TR).

b) **Foram eliminadas as hesitações** representadas por:

✓ *Expressão hesitativa “**éh/**”* da seqüência “*quero saber o que que está... **éh/**... que não está democratizando o espaço*” (linhas 24-25TT), como se percebe no enunciado “*Quero saber o que não está democratizando o espaço*” (linhas 22-23TR).

✓ *Preposição* presente na seqüência “*Eu fiz a seguinte **pra/**... pergunta pra ele...*” (linha 38TT), como se observa no enunciado “*Eu fiz a seguinte pergunta para ele*” (linhas 33-34TR).

✓ *Preposição* constante do segmento “*nós ouvimos lá dentro – e vossa excelência estava lá também – **na/**... que as orientadoras teriam muitos problemas*” (linhas 27-29TT), como se verifica no segmento “*Nós ouvimos lá dentro, Vereador B, V.Exa. estava lá também, que as orientadoras teriam muitos problemas*” (linhas 23-25TR).

✓ *Seqüências textuais abandonadas* presentes nos segmentos “*a questão aqui colocada... **até alguns vereadores/**... gostei até:: do pronunciamento do Vereador A*” (linhas 3-5TT) e “*quero saber o **que que está**... **éh/**... que não está democratizando o espaço*” (linhas 24-25TT), conforme se verifica nos enunciados “*A questão aqui colocada... Gostei até do pronunciamento do Vereador A*” (linhas 3-5TR) e “*Quero saber o que não está democratizando o espaço*” (linhas 22-23TR).

c) **Os marcadores discursivos “bom”** da seqüência “***bom** na realidade gente o que eu quero tentar deixar claro aqui*” (linhas 18-19TT) e “**né**” do segmento “*eu queria saber que maioria **né?**...*” (linha 16TT) **foram eliminados**, como se constata nos enunciados “*Na realidade, o que eu quero tentar deixar claro aqui*” (linhas 16-17TR) e “*Eu queria saber que maioria*” (linhas 14-15TR).

d) **O vocativo “gente”** da seqüência “***gente** o que eu quero tentar deixar claro aqui*” (linhas 18-19TT) **foi eliminado**, como se observa no segmento “*Na realidade, o que eu quero tentar deixar claro aqui*” (linhas 16-17TR).

e) A **preposição “em”** do segmento “*em nenhum momento nós ouvimos **em** que iria atrapalhar as operadoras*” (linhas 21-22TT) **foi eliminada**, conforme se percebe na seqüência “*em nenhum momento, ouvimos que iria atrapalhar as operadoras*” (linhas 19-20TR).

f) Foram excluídos os **pronomes egóticos** dos segmentos:

✓ “*vou até tentar ser breve – nós temos cinco minutos*” (linhas 2-3TT), como se verifica na seqüência “*vou até tentar ser breve, temos cinco minutos*” (linhas 2-3TR);

✓ “*e a maioria é sábia mas nós estamos votando um projeto que envolve não apenas funcionários*” (linhas 6-8TT), como se verifica na seqüência “*e a maioria é sábia. Agora, estamos votando projeto que envolve não apenas funcionários*” (linhas 6-8TR);

✓ “*então nós teríamos que realmen::te vereador A*” (linhas 8-9TT), como se verifica na seqüência “*Então, teríamos de realmente, Vereador A*” (linhas 9-10TR);

✓ “*ouvir a população porque eu recebi e-mails*” (linhas 10-11TT), como se verifica na seqüência “*ouvir a população. Recebi e-mails*” (linha 9-10TR);

✓ “*em nenhum momento nós ouvimos em que iria atrapalhar as operadoras*” (linhas 21-22TT), como se verifica na seqüência “*em nenhum momento, ouvimos que iria atrapalhar as operadoras*” (linhas 19-20TR);

✓ “*nós ouvimos o seguinte... nós temos que democratizar o esPAço*” (linhas 22-24TT), como se verifica na seqüência “*Nós ouvimos o seguinte: Temos que democratizar o espaço*” (linhas 20-21TR).

h) Eliminação de **conjunções**, conforme abaixo:

✓ “**porque**” do segmento “*ouvir a população... porque eu recebi e-mails*” (linhas 10-11TT), como se observa na seqüência “*ouvir a população. Recebi e-mails*” (linhas 9-10TR);

✓ “**que**” do segmento “*eu acredito que basta ter CRIAtivida::de... que você pode usar o mesmo formulário...*” (linhas 40-42TT), conforme se verifica no segmento “*basta ter criatividade, você pode usar o mesmo formulário*” (linhas 36-37TR);

✓ “**se**” do segmento “*antes de entrar no mérito se a Prefeitura vai ter que criar um novo formulário*” (linhas 38-40TT), como se verifica no segmento “*Antes de entrar no mérito, a Prefeitura vai ter que criar um novo formulário?*” (linhas 34-35TR).

i) A **repetição** constante da seqüência “*nós ouvimos lá dentro vereador B... nós ouvimos lá dentro – e vossa excelência estava lá também*” (linhas 26-28TT) e o **termo repetido** no segmento “*quando se QUER... quando se que::r aqui... gasta TANTo dinheiro com panfle::to gente... tanto dinheiro com publicida::de...*” (linhas 42-45TT) **foram eliminados**, conforme se verifica nos enunciados “*Nós ouvimos lá dentro, Vereador B, V.Exa. estava lá também*” (linhas 23-24TR) e “*Quando se quer aqui, gasta tanto dinheiro com panfleto, gente!*” (linhas 37-39TR).

O quadro a seguir oferece um resumo e melhor visualização do que foi descrito:

TEXTO TRANSCRITO	TEXTO RETEXTUALIZADO	ELIMINAÇÕES
estamos votando <i>um</i> projeto que envolve não apenas funcionários (linhas 7-8TT)	estamos votando projeto que envolve não apenas funcionários (linhas 6-8TR)	Artigo indefinido
ouvir a população <b>porque</b> eu recebi e-mails (linha 10-11TT)	ouvir a população. Recebi e-mails (linhas 9-10TR)	Conjunção
antes de entrar no mérito <i>se</i> a Prefeitura vai ter que criar um novo formulário (linhas 38-40TT)	Antes de entrar no mérito, a Prefeitura vai ter que criar um novo formulário? (linhas 34-35TR)	Conjunção
quero saber o que que está... <i>éh/...</i> que não está democratizando o espaço (linhas 24-25TT)	Quero saber o que não está democratizando o espaço (linhas 22-23TR)	Hesitação
Eu fiz a seguinte <i>pra/...</i> pergunta pra ele... (linha 38TT)	Eu fiz a seguinte pergunta para ele (linhas 33-34TR)	Hesitação
nós ouvimos lá dentro – e vossa excelência estava lá também – <i>na/...</i> que as orientadoras teriam muitos problemas (linhas 27-29TT)	Nós ouvimos lá dentro, Vereador B, V.Exa. estava lá também, que as orientadoras teriam muitos problemas (linhas 23-25TR)	Hesitação
a questão aqui colocada... <i>até alguns vereadores/...</i> gostei até:: do pronunciamento do Vereador A (linhas 3-5TT)	A questão aqui colocada... Gostei até do pronunciamento do Vereador A (linhas 3-5TR)	Hesitação
quero saber o <i>que que está...</i> <i>éh/...</i> que não está democratizando o espaço (linhas 24-25TT)	Quero saber o que não está democratizando o espaço (linhas 22-23TR)	Hesitação
eu queria saber que maioria <i>né?</i> ... fico contente de vossa excelência votar com a maioria... (linhas 16-18TT)	Eu queria saber que maioria. Fico contente de V.Exa. votar com a maioria. (linha 14-16TR)	Marcador discursivo
<i>bom</i> na realidade <i>gente</i> o que eu quero tentar deixar claro aqui (linhas 18-19TT)	Na realidade, o que eu quero tentar deixar claro aqui (linhas 16-17TR)	Marcador discursivo
em nenhum momento nós ouvimos <i>em</i> que iria atrapalhar as operadoras (linhas 21-22TT)	em nenhum momento, ouvimos que iria atrapalhar as operadoras (linhas 19-20TR)	Preposição
ouvir a população porque <i>eu</i> recebi e-mails (linhas 10-11TT)	ouvir a população. Recebi e-mails (linhas 9-10TR)	Pronome egótico
então <i>nós</i> teríamos que realmen:te vereador A (linhas 9-10TT)	Então, teríamos de realmente, Vereador A (linhas 8-9TR)	Pronome egótico

TEXTO TRANSCRITO	TEXTO RETEXTUALIZADO	ELIMINAÇÕES
vou até tentar ser breve – <i>nós</i> temos cinco minutos (linhas 2-3TT)	vou até tentar ser breve, temos cinco minutos (linhas 2-3TR).	Pronome egótico
e a maioria é sábia mas <i>nós</i> estamos votando um projeto que envolve não apenas funcionários (linhas 6-8TT)	e a maioria é sábia. Agora, estamos votando projeto que envolve não apenas funcionários (linhas 6-8TR)	Pronome egótico
em nenhum momento <i>nós</i> ouvimos em que iria atrapalhar as operadoras (linhas 21-22TT)	em nenhum momento, ouvimos que iria atrapalhar as operadoras (linhas 19-20TR)	Pronome egótico
nós ouvimos o seguinte... “ <i>nós</i> temos que democratizar o esPAço” (linhas 22-24TT)	Nós ouvimos o seguinte: Temos que democratizar o espaço (linhas 20-21TR)	Pronome egótico
nós ouvimos lá dentro vereador B... <i>nós ouvimos lá dentro</i> – e vossa excelência estava lá também (linhas 26-28TT)	Nós ouvimos lá dentro, Vereador B, V.Exa. estava lá também (linhas 23-24TR)	Repetição
quando se QUER... <i>quando se que::r aqui...</i> gasta TANto dinheiro com panfle::to gente... tanto dinheiro com publicida::de...” (linhas 42-45TT)	Quando se quer aqui, gasta tanto dinheiro com panfleto, gente! (linhas 37-39TR)	Repetição
bom na realidade <i>gente</i> o que eu quero tentar deixar claro aqui (linhas 18-19TT)	Na realidade, o que eu quero tentar deixar claro aqui (linhas 16-17TR)	Vocativo

✓ **Inserções como, por exemplo, a que descrevemos a seguir:**

“ORADOR – senhor presidente senhores vereadores” (linhas 1-2TT), como se verifica no segmento “ORADOR ((*Para encaminhar a votação*)) – Senhor Presidente, Senhores Vereadores” (linhas 1-2TR).

O quadro a seguir oferece um resumo e melhor visualização do que foi descrito:

TEXTO TRANSCRITO	TEXTO RETEXTUALIZADO	INSERÇÕES
ORADOR – senhor presidente senhores vereadores (linhas 1-2TT)	ORADOR (( <i>Para encaminhar a votação</i> )) – Senhor Presidente, Senhores Vereadores (linhas 1-2TR)	Informação regimental

✓ **Substituições como, por exemplo, as que descrevemos a seguir:**

a) Foram substituídas as seguintes **conjunções**:

✓ “**mas**” do segmento “*mas nós estamos votando um projeto*” (linhas 6-7TT) **por** “**agora**”, na seqüência “*Agora, estamos votando projeto*” (linhas 6-7TR);

✓ “**que**” da seqüência “*a Prefeitura vai ter que criar um novo formulário... que eu acredito que basta ter CRIAtivida::de...*” (linhas 39-41TT) **por** “**porque**”, no segmento e “*a Prefeitura vai ter que criar um novo formulário? Porque eu acredito que basta ter criatividade*” (linhas 34-36TR).

b) Outras substituições:

✓ **A locução “ter que”** da seqüência “*teríamos que realmen::te vereador A*” (linhas 9-10TT) foi **substituída pela locução “ter de”**, conforme se verifica no segmento “*teríamos de realmente, Vereador A*” (linha 9TR);

✓ **A preposição “de”** da seqüência “*nós vimos a reportagem da Big TV*” (linha 14TT) **foi trocada pela preposição “em”**, passando o enunciado para “*Nós vimos a reportagem na Big TV*” (linhas 12-13TR);

O **pronome de primeira pessoa do plural** constante do segmento “*nenhuma pessoa lá nos explicou*” (linhas 34-35TT) **foi substituído pelo pronome de primeira pessoa do singular**, como se constata pelo enunciado “*Nenhuma pessoa lá me explicou*” (linhas 30-31TR).

O quadro a seguir oferece um resumo e melhor visualização do que foi descrito:

TEXTO TRANSCRITO	TEXTO RETEXTUALIZADO	SUBSTITUÍDOS	SUBSTITUINTES
<i>mas</i> nós estamos votando um projeto (linhas 6-7TT)	<i>Agora</i> , estamos votando projeto (linhas 6-7TR)	Conjunção	Conjunção
a Prefeitura vai ter que criar um novo formulário... <i>que</i> eu acredito que basta ter CRIAtivida::de... (linhas 39-41TT)	a Prefeitura vai ter que criar um novo formulário? <i>Porque</i> eu acredito que basta ter criatividade (linhas 34-36TR)	Conjunção	Conjunção
<i>teríamos que</i> realmen::te vereador A (linha 9-10TT)	<i>teríamos de</i> realmente, Vereador A (linha 9TR)	Locução	Locução
nós vimos a reportagem <i>da</i> Big TV (linha 14TT)	Nós vimos a reportagem <i>na</i> Big TV (linhas 12-13TR).	Preposição	Preposição
nenhuma pessoa lá <i>nos</i> explicou (linhas 34-35TT)	Nenhuma pessoa lá <i>me</i> explicou (linhas 30-31TR)	Pronome	Pronome

## 3.4.5 TEXTO 5 (73ª Sessão Ordinária, 27/11/07)

<p align="center"><b>TEXTO TRANSCRITO</b> (269 palavras)</p>	<p align="center"><b>TEXTO RETEXTUALIZADO</b> (251 palavras)</p>
<p>PRESIDENTE – éh/... encontra-se sobre a mesa a ata da quinquagésima sétima sessão ordinária realizada em trinta de outubro... está aberta a palavra...</p> <p>5 ORADOR – peço a palavra...</p> <p>PRESIDENTE – os vereadores favoráveis permaneçam como estão...</p> <p>ORADORA – questão de ordem senhor presidente...</p> <p>10 PRESIDENTE – e os contrários se manifestem...</p> <p>ORADOR – pela ordem senhor presidente...</p> <p>PRESIDENTE – aprovada... questão de ordem vereadora A...</p> <p>ORADORA – senhor presidente eu peço a palavra pelo artigo cento e quarenta e nove...</p> <p>15 PRESIDENTE – pelo artigo cento e quarenta e nove a vereadora...</p> <p>ORADORA – senhor presidente demais vereadores sindicalistas aqui presente... e em especial o B... que é um grande amigo nosso... é um companheiro de muitas militâncias sindicais... eu gostaria B... de fazer um pedido de desculpas tanto ao Sindicato dos Químicos quanto ao Sindicato dos Metalúrgicos... que têm sido parceiro em MUITas batalhas... inclusive o Sindicato dos Metalúrgicos tem contribuído MUITo nas questões ambientais e os químicos também ajudando no debate e participando das comissões especiais do Selo Ambiental desta Casa em TODos os momentos... o que eu quero deixar em meu nome registrado na ata do dia de hoje é que nós aprovamos o boneco de um jornal – que é assim o nome que se diz – aonde trazia toda a pauta da luta da consciência negra no nosso Município... e depois... POSTeriormente alguém:... não sei se no: clamor de uma radicalidade que não é das mais inteligentes nem da mais sábias... espero que não tenha sido por motivos falaciosos para criar um divisor de água entre alguns campos que se encontram para fazer alguns debates em especial esse debate do movimento social... e incluíram por CONta PRÓpria uma agressão ao Sindicato dos Metalúrgicos e ao Sindicato dos Químicos...</p> <p>20</p> <p>25</p> <p>30</p> <p>35</p> <p>40</p>	<p>PRESIDENTE – Encontra-se sobre a mesa: A Ata da 57ª Sessão Ordinária, realizada em 30 de outubro. Está aberta a palavra. Os Vereadores favoráveis permaneçam como estão e os contrários se manifestem. (Pausa) Aprovada.</p> <p>5 ORADORA – Questão de ordem, Senhor Presidente.</p> <p>PRESIDENTE – Questão de ordem, Vereadora A.</p> <p>10 ORADORA ((Pela ordem)) – Senhor Presidente, peço a palavra pelo artigo 149.</p> <p>PRESIDENTE – Com a palavra, pelo artigo 149, a Vereadora A.</p> <p>15 ORADORA – ((Pelo Artigo 149 do Regimento Interno)) – Senhor Presidente, demais Vereadores, sindicalistas presentes e, em especial, o B, que é um grande amigo nosso. É um companheiro de muitas militâncias sindicais. Eu gostaria, B, de fazer um pedido de desculpas tanto ao Sindicato dos Químicos quanto ao Sindicato dos Metalúrgicos, que têm sido parceiros em muitas batalhas. Inclusive, o Sindicato dos Metalúrgicos tem contribuído muito nas questões ambientais e os Químicos também ajudando no debate e participando das comissões especiais do Selo Ambiental desta Casa em todos os momentos.</p> <p>O que quero deixar em meu nome registrado, na ata do dia de hoje, é que aprovamos o boneco de um jornal – é o nome que se diz – que trazia toda a pauta da luta da consciência negra no nosso Município. Depois, posteriormente, alguém, não sei se no clamor de uma radicalidade, que não é das mais inteligentes nem das mais sábias...</p> <p>20</p> <p>25</p> <p>30</p> <p>35</p> <p>40 Espero que não tenha sido por motivos falaciosos para criar um divisor de águas entre alguns campos que se encontram para fazer alguns debates e em especial esse debate do movimento social, e incluíram por conta própria uma agressão ao Sindicato dos Metalúrgicos e ao Sindicato dos Químicos.</p>

Comparando o texto transcrito com o texto retextualizado, observamos:

✓ **Eliminações como, por exemplo, as que descrevemos a seguir:**

a) O **advérbio** “**aqui**” do segmento “*senhor presidente demais vereadores sindicalistas aqui presente*” (linhas 18-20TT) **foi excluído**, como se verifica no enunciado “*Senhor Presidente, demais Vereadores, sindicalistas presentes*” (linhas 15-16TR).

b) A **hesitação** representada pela expressão hesitativa “**éh**” da seqüência “*éh/... encontra-se sobre a mesa a ata*” (linhas 1-2TT) **foi eliminada**, como se observa no enunciado “*Encontra-se sobre a mesa: a Ata*” (linhas 1-2TR).

c) Foram eliminados os **pronomes egóticos**, como exemplos abaixo:

✓ “*senhor presidente eu peço a palavra pelo artigo cento e quarenta e nove*” (linhas 14-15TT) x “*Senhor Presidente, peço a palavra pelo artigo 149*” (linhas 10-11TR);

✓ “*o que eu quero deixar em meu nome registrado na ata*” (linhas 30-31TT) x “*O que quero deixar em meu nome registrado, na ata*” (linhas 28-29TR);

✓ “*é que nós aprovamos o boneco de um jornal*” (linha 32T) x “*é que aprovamos o boneco de um jornal*” (linhas 29-30TR).

d) Houve **eliminação de turnos** no segmento compreendido pelas linhas 3-12TT, conforme se verifica nas linhas 3-5TR.

✓ “*PRESIDENTE – está aberta a palavra...*” (linhas 3-4TT), “*ORADOR – peço a palavra...*” (linha 5TT), “*PRESIDENTE – os vereadores favoráveis permaneçam como estão...*” (linhas 6-7TT) x “*PRESIDENTE – Está aberta a palavra. Os Vereadores favoráveis permaneçam como estão e os contrários se manifestem.*” (linhas 3-5TR).

✓ *PRESIDENTE – e os contrários se manifestem...* (linha 10TT), “*ORADOR – pela ordem senhor presidente...*” (linha 11TT), “*PRESIDENTE – aprovada...*” (linha 12TT) x “*PRESIDENTE – e os contrários se manifestem. ((Pausa)) Aprovada*” (linhas 4-5TR).

O quadro a seguir oferece um resumo e melhor visualização do que foi descrito:

TEXTO TRANSCRITO	TEXTO RETEXTUALIZADO	ELIMINAÇÕES
senhor presidente demais vereadores sindicalistas <i>aqui</i> presente (linhas 18-19TT)	Senhor Presidente, demais Vereadores, sindicalistas presentes (linhas 15-16TR)	Advérbio
<i>éh</i> /... encontra-se sobre a mesa a ata (linhas 1-2TT)	Encontra-se sobre a mesa: a Ata (linhas 1-2TR)	Hesitação



TEXTO TRANSCRITO	TEXTO RETEXTUALIZADO	ELIMINAÇÕES
senhor presidente <i>eu</i> peço a palavra pelo artigo cento e quarenta e nove (linhas 14-15TT)	Senhor Presidente, peço a palavra pelo artigo 149 (linhas 10-11TR)	Pronome egótico
o que <i>eu</i> quero deixar em meu nome registrado na ata (linhas 30-31TT)	O que quero deixar em meu nome registrado, na ata (linhas 28-29TR)	Pronome egótico
é que <i>nós</i> aprovamos o boneco de um jornal (linha 32TT)	é que aprovamos o boneco de um jornal (linhas 29-30TR)	Pronome egótico
PRESIDENTE – está aberta a palavra... <i>ORADOR – peço a palavra...</i> PRESIDENTE – os vereadores favoráveis permaneçam como estão... (linhas 3-7TT)	PRESIDENTE – Está aberta a palavra. Os Vereadores favoráveis permaneçam como estão e os contrários se manifestem. (linhas 3-5TR)	Turno de fala
PRESIDENTE – e os contrários se manifestem... <i>ORADOR – pela ordem senhor presidente...</i> PRESIDENTE – aprovada... (linhas 10-12TT)	PRESIDENTE – e os contrários se manifestem. ((Pausa)) Aprovada. (linhas 4-5TR)	Turno de fala

✓ **Inserções como, por exemplo, as que descrevemos a seguir:**

a) Houve acréscimo de **informação de ordem operacional** na seqüência “*e os contrários se manifestem*” (linhas 10-11TT), como se observa no segmento “*e os contrários se manifestem. ((Pausa))*” (linhas 4-5TR).

b) Foram acrescentadas **informações regimentais** às seqüências “*ORADORA – senhor presidente eu peço a palavra pelo artigo cento e quarenta e nove*” (linhas 14-15TT) e “*ORADORA – senhor presidente demais vereadores sindicalistas aqui presente*” (linhas 18-19T), como se verifica nos segmentos “*ORADORA ((Pela ordem)) – Senhor Presidente, peço a palavra pelo artigo 149*” (linhas 10-11TR) e “*ORADORA – ((Pelo Artigo 149 do Regimento Interno)) – Senhor Presidente, demais Vereadores, sindicalistas presentes*” (linhas 14-16TR).

c) Foi inserido o **nome da oradora** na fala do presidente no segmento “*PRESIDENTE – pelo artigo cento e quarenta e nove a vereadora...*” (linhas 16-17TT), como se verifica na seqüência “*PRESIDENTE – Com a palavra, pelo artigo 149, a Vereadora A*” (linhas 12-13TR).

d) Houve acréscimo de **seqüência textual** à fala do presidente no segmento “*PRESIDENTE – pelo artigo cento e quarenta e nove a vereadora...*” (linhas 16-17TT), como



se verifica na seqüência “PRESIDENTE – *Com a palavra, pelo artigo 149, a Vereadora A*” (linhas 12-13TR).

O quadro a seguir oferece um resumo e melhor visualização do que foi descrito:

TEXTO TRANSCRITO	TEXTO RETEXTUALIZADO	INSERÇÕES
e os contrários se manifestem (linha 10TT)	e os contrários se manifestem. (( <i>Pausa</i> )) (linhas 4-5TR)	Informação operacional
ORADORA – senhor presidente eu peço a palavra pelo artigo cento e quarenta e nove (linhas 14-15TT)	ORADORA (( <i>Pela ordem</i> )) – Senhor Presidente, peço a palavra pelo artigo 149) (linhas 10-11TR)	Informação regimental
ORADORA – senhor presidente demais vereadores sindicalistas aqui presente (linhas 18-19TT)	ORADORA – (( <i>Pelo Artigo 149 do Regimento Interno</i> )) – Senhor Presidente, demais Vereadores, sindicalistas presentes (linhas 14-16TR)	Informação regimental
PRESIDENTE – pelo artigo cento e quarenta e nove a vereadora... (linhas 16-17TT)	PRESIDENTE – <i>Com a palavra, pelo artigo 149, a Vereadora A</i> (linhas 12-13TR)	Nome da oradora
PRESIDENTE – pelo artigo cento e quarenta e nove a vereadora... (linhas 16-17TT)	PRESIDENTE – <i>Com a palavra, pelo artigo 149, a Vereadora A</i> (linhas 12-13TR)	Seqüência textual

✓ **Substituições como, por exemplo, as que descrevemos a seguir:**

a) As palavras “presente”, “parceiro” e “água”, grafadas no singular nas seqüências “*senhor presidente demais vereadores sindicalistas aqui presente*” (linhas 18-19TT), “*que têm sido parceiro em MUltas batalhas*” (linhas 24-25TT) e “*para criar um divisor de água entre alguns campos*” (linhas 39-40TT), foram substituídas pelas mesmas palavras no plural, como se observa nos segmentos “*Senhor Presidente, demais Vereadores, sindicalistas presentes*” (linhas 15-16TR), “*que têm sido parceiros em muitas batalhas*” (linhas 21-22TR) e “*para criar um divisor de águas entre alguns campos*” (linhas 36-37TR).

b) A seqüência “que é assim”, do segmento “*nós aprovamos o boneco de um jornal – que é assim o nome que se diz*” (linhas 32-33TT), foi substituída pelo verbo “ser”, conforme se verifica no enunciado “*aprovamos o boneco de um jornal – é o nome que se diz*” (linhas 29-30TR).

O quadro a seguir oferece um resumo e melhor visualização do que foi descrito:

TEXTO TRANSCRITO	TEXTO RETEXTUALIZADO	SUBSTITUÍDOS	SUBSTITUINTES
senhor presidente demais vereadores sindicalistas aqui <i>presente</i> (linhas 18-19TT)	Senhor Presidente, demais Vereadores, sindicalistas <i>presentes</i> (linhas 15-16TR)	Substantivo singular	Substantivo plural
que têm sido <i>parceiro</i> em MUITas batalhas (linhas 24-25TT)	que têm sido <i>parceiros</i> em muitas batalhas (linhas 21-22TR).	Substantivo singular	Substantivo plural
para criar um divisor de <i>água</i> entre alguns campos (linhas 39-40TT)	para criar um divisor de <i>águas</i> entre alguns campos (linhas 36-37TR)	Substantivo singular	Substantivo plural
nós aprovamos o boneco de um jornal – <i>que é assim</i> o nome que se diz (linhas 32-33TT)	aprovamos o boneco de um jornal – <i>é</i> o nome que se diz (linhas 29-30TR)	Seqüência textual	Verbo

Feito o levantamento das alterações efetuadas pelos retextualizadores, discutiremos as implicações dessas alterações para o sentido do texto.

### 3.5 Discussão dos resultados

Preliminarmente, cumpre lembrarmos os quatro principais fatores que influenciam no processo de retextualização. O primeiro deles refere-se aos **conhecimentos do retextualizador**, que não são adquiridos apenas nos bancos escolares, mas também e principalmente no convívio com os oradores, na experiência profissional e na busca contínua de aprimoramento; o segundo fator que intervém nos trabalhos de retextualização é a **relação entre o produtor do texto e o transformador**. Esse fator contribui com o primeiro, pois propicia o conhecimento do retextualizador a respeito das características do orador (pronúncia, ideologias, conhecimentos, atitudes etc); o terceiro fator é o **propósito da retextualização**, que condiciona os níveis de interferência do retextualizador nos discursos proferidos; e o quarto fator é o **processo de formulação do discurso**. Os níveis de dificuldade da retextualização são menores quando se trata de um discurso lido, enquanto a dificuldade aumenta no caso dos discursos improvisados já que o planejamento desses discursos ocorre simultaneamente ao pronunciamento e, dessa forma, apresenta maior índice de elementos característicos da fala.

Revistas essas variáveis que intervêm nos processos de retextualização, passaremos à discussão dos resultados propriamente dita. A comparação dos textos e o

levantamento das **eliminações**, das **inserções** e das **substituições** efetuadas no *corpus* revelam alterações relacionadas à adequação do texto à modalidade escrita, ao atendimento a normas regimentais e à explicitação do contexto, conforme previsto no modelo de Marcuschi (2003a) e nos manuais de retextualização. Observa-se, porém, que muitas dessas alterações afetam tanto o sentido do texto quanto o estilo do orador, contrariando as recomendações de fidelidade ao dito e respeito ao estilo do orador. Na ordem de frequência aparecem as eliminações, as substituições e as inserções.

### 3.5.1 Eliminações

Os procedimentos de **eliminação** constam da primeira e da terceira operações do modelo proposto por Marcuschi (2003a). Nesse modelo são previstas a eliminação de marcas interacionais, de hesitações, de partes de palavras, de repetições, de reduplicações, de redundâncias, de paráfrases e de pronomes egóticos. Lembramos aqui a observação do autor de que o menor volume de linguagem se dá por eliminação dos elementos típicos da fala e não por seleção de informação com o objetivo de condensação dos textos.

As eliminações encontradas no *corpus* são representadas principalmente pelos *pronomes egóticos*, pelas *hesitações* e pelas *repetições*. A seguir, teceremos alguns comentários a respeito da eliminação desses três itens, como também de outros elementos suprimidos com menor número de ocorrências como artigos, conjunções, preposições e seqüências textuais.

Os *pronomes egóticos* são os itens que apresentam maior índice de exclusão no *corpus*. A eliminação desses pronomes é relatada por Cortelazzo (1985), o qual aponta para o fato de que as modificações mais frequentes em sua pesquisa, depois daquelas relacionadas aos conectivos, consistem na eliminação de pronomes nos casos em que seu emprego é facultativo. Diante da frequência com que os pronomes egóticos são eliminados nas retextualizações, são oportunas algumas observações acerca do uso e da eliminação, tanto dos pronomes de primeira pessoa do singular quanto dos de primeira pessoa do plural.

Com referência aos pronomes de primeira pessoa do singular, as desinências indicam a pessoa, mas há homonímia nos casos em que não há morfema próprio que distinga a pessoa (eu) da não pessoa (ele). Isso significa que pode haver ambigüidade causada pela omissão do pronome egótico (Cf. VILELA & KOCH, 2001, p. 163-164). Esse é o caso do pretérito imperfeito, do pretérito mais que perfeito e do futuro do pretérito, de todos os tempos

do subjuntivo e do infinitivo flexionado, em que a primeira e a terceira pessoas têm a mesma desinência.

Encontramos exemplos de eliminação de pronomes com verbos não marcados pela desinência pessoal nos Textos 1 e 3: “*eu gostaria de dizer a seguinte coisa...*” (Texto 1, linhas 3-4TT) e “*Senhor Presidente, eu gostaria de justificar a ausência do vereador A*” (Texto 3, linhas 1-2TT). Apesar da ausência de morfema indicador da desinência nos dois casos, não podemos falar em ambigüidade uma vez que, nesse caso, o contexto permite a identificação da pessoa. Podemos, entretanto, falar de interferência no estilo do orador e de redução da força ilocutória, pois, ao usar o pronome, os oradores realçam suas posições no contexto do debate.

O *corpus* apresenta ainda outras eliminações de pronomes de primeira pessoa do singular. O orador do Texto 4 recebeu e-mails, e isso o distingue de seus pares, que talvez não o tenham recebido, conforme suas palavras: “*eu recebi e-mails... não sei se vossa excelência recebeu e-mail*” (linhas 11-12TT). A oradora do Texto 5, por sua vez, quer deixar sua opinião registrada na ata e enfatiza seu desejo por meio do pronome de primeira pessoa, reforçado pela expressão “em meu nome”, como forma de indicar que não está falando em nome do grupo do qual faz parte: “*o que eu quero deixar em meu nome registrado na ata do dia de hoje...*” (linhas 30-32TT). Nos dois casos, a eliminação dos pronomes interfere na argumentação e no estilo dos oradores.

A respeito dos pronomes de primeira pessoa do plural, iniciamos nossos comentários com as palavras de van Dijk (2000):

Na fronteira da sintaxe e da semântica, o estudo dos pronomes sempre tem se mostrado relevante, especialmente no estudo do discurso político. De fato, a oposição entre “nós” e “eles” tornou-se prototípica da polarização de (representações mentais a respeito de) grupos internos e externos. Também em debates parlamentares é muito útil estabelecer a quem exatamente o orador se refere quando usa “nós”. Dada a possibilidade de múltiplas identidades sociais dos oradores, os “grupos internos” que “nós” pode denotar pode ir de “nós, no mundo ocidental” e “nós povo holandês” a “nós povo branco holandês”, “nós (todos) aqui no parlamento” ou “nós de nosso partido”<sup>44</sup>. (VAN DIJK, 2000, p. 95) (tradução nossa).

---

<sup>44</sup>Also at the border of syntax and semantics, the study of pronouns has often been shown to be relevant, especially also in the study of political discourse. Indeed, the opposition between *Us* and *Them*, has become prototypical of the polarization of (mental representations about) ingroups and outgroups. Also in parliamentary debates, thus, it is very useful to establish who exactly are being referred to when speakers use *We*. Given the possibly multiple social identities of speakers, the ingroups that may be denoted by *We* may range from *We*, in the Western World, and *We* Dutch people, to *We* White Dutch people, *We* (all) here in parliament, or *We* of our party.

Trazendo as palavras de van Dijk para o nosso contexto, podemos dizer que o parlamentar discursa em seu nome – e então ressalta seu “eu” na participação do evento – ou fala em nome do grupo do qual faz parte, que pode ser um grupo interno ao parlamento (uma comissão, um bloco partidário, o conjunto de parlamentares) ou um grupo externo ao parlamento (o partido político, as comunidades as quais representa ou a população em geral) e, nesse caso, enfatiza a participação do grupo. A seleção de grupos deixa claro que, nos debates parlamentares, o “nós” tem diversas gradações, indo de um “nós” restrito (no caso das comissões) até um nós universal (quando o orador fala em nome da população).

O *corpus* apresenta, no Texto 4, cinco exemplos de “nós” comissão<sup>45</sup>: “*na reunião que nós tivemos lá dentro*” (linhas 20-21TT), “*em nenhum momento nós ouvimos*” (linha 21TT), “*nós ouvimos o seguinte*” (linha 22-23TT), “*nós ouvimos lá dentro*” (linha 26TT) e “*nós ouvimos lá dentro*” (linha 27TT). Esses recortes mostram um “nós” (comissão) que se contrapõe a “você” (vereadores que não fazem parte da comissão), como a dizer: “nosso grupo está informado. Você podem nos acompanhar na votação”. Nesses exemplos foi eliminado o pronome da linha 21TT. No Texto 3, encontramos um exemplo de “nós” (conjunto de parlamentares): “*nós estamos observando aqui um projeto*” (linhas 9-10) e, no Texto 4, três desses exemplos: “*nós estamos votando*” (linhas 6-7TT), “*nós teríamos que realmen::te vereador A ouvir a população*” (linhas 9-10TT) e “*nós vimos a reportagem*” (linha 14TT). Nessas quatro amostras, o “nós” é mais global que nos exemplos do parágrafo anterior: inclui o orador, seu grupo e os outros vereadores, ou seja, o parlamento inteiro. Foram excluídos o pronome do Texto 3 e os das linhas 6-7TT e 9-10TT do Texto 4.

A eliminação dos pronomes apresentada no último parágrafo, sobretudo os do Texto 4 em que o orador procura enfatizar, a todo momento, a responsabilidade dos grupos (comissão e vereadores), descaracteriza o estilo dos oradores e afeta os textos sob o aspecto argumentativo. O orador não só usa os pronomes de primeira pessoa em seu discurso como também os repete ao longo de seu pronunciamento como forma de deixar patenteada qual é a sua responsabilidade e qual é a de seus colegas.

As *hesitações* são representadas por *fenômenos prosódicos* (pausas e alongamentos vocálicos), *expressões hesitativas*, *itens funcionais*, *itens lexicais*, *marcadores conversacionais acumulados* e *fragmentos morfológicos* (Cf. Marcuschi 1999, p. 164-166). Sua eliminação é prevista no modelo de Marcuschi e recomendada por manuais de

---

<sup>45</sup>O orador do Texto 4, na época, era presidente da Comissão de Transporte.

retextualização, como o *Manual do Detap*: “Não registrar ocorrências de gaguejos em geral, como, por exemplo: ‘tá’, ‘tô’, ‘é...’, ‘é, é, é...’, ‘de, de, de...’, ‘né...’, ‘né..., né..., né...’ etc”.

Cabe salientar, quanto aos fenômenos prosódicos, que os alongamentos vocálicos, mesmo quando funcionam como elementos de coesão rítmica ou têm valor enfático, raramente são marcados em retextualizações parlamentares. Quanto às pausas, que freqüentemente correspondem a turnos validadores de atos legislativos, costumam ser marcadas sob a forma de pistas contextuais e acarretam, nesse caso, operações de inserção.

Em nosso *corpus*, detectamos hesitações marcadas por *expressões hesitativas*, *itens funcionais* e *fragmentos morfológicos*, com destaque para o trecho 4, que apresenta amostras dos dois primeiros itens. Cabe observar que a eliminação de hesitações atende aos objetivos da retextualização de discursos parlamentares, porém não se aplica a situações em que as características interacionais do falante estejam em foco.

As *repetições* costumam ser eliminadas nas retextualizações por serem consideradas redundâncias. No campo da retextualização parlamentar, encontram-se recomendações para essa prática em alguns dos manuais analisados, como o manual da Associação Canadense de Hansard (*Hansard Association of Canada Style Guide*), o qual recomenda que sejam evitadas repetições desnecessárias e que elas sejam mantidas apenas em casos de ênfase. O *Manual de procedimentos* da Câmara Municipal de São Paulo, por seu turno, orienta:

Evite repetições como: “os dois países já destacaram funcionários para cuidar da agenda do encontro, já que um dos temas já definidos é...”. Cuidado, entretanto, quando o desejo do orador é dar ênfase pela repetição. Todo cuidado com os “que” e os “se”, na maioria das vezes totalmente dispensáveis: “Nós queremos que a situação que ocorreu, e que V.Exa. descreveu, seja resolvida”. (SÃO PAULO, 2002, p. 4)

Antes de se avaliar a eliminação de repetições, deve-se ter em mente que elas podem ter funções retóricas (didáticas, intensificadoras ou argumentativas). Koch (2003, p. 127) destaca, quanto ao papel retórico das repetições: “Trata-se da estratégia a que costumo denominar informalmente de ‘água mole em pedra dura’: repete-se como meio de ‘martelar’ na mente do interlocutor até que este se deixe persuadir”.

Os Textos 1 e 4 apresentam exemplos da técnica da “água mole em pedra dura”. No Texto 1, em um recorte de noventa e cinco palavras, a oradora repete por três vezes, de forma parafrástica, que não há necessidade de uma CEI para apurar fatos relativos à confecção de um panfleto, dando reforço a seu argumento de que o motivo do requerimento da comissão de inquérito é um simples panfleto não merecedor de uma CEI para apurar fatos

relativos à sua confecção. Foram eliminados do Texto os segmentos “*nesse panfleto...*” (linha 11TT) e “*não é necessária uma CEP*” (linha 17TT).

O primeiro segmento especifica onde não há intenção de autopromoção, ou seja, é no panfleto em questão. Sua retirada proporciona ao texto um aspecto vago não demonstrado pela oradora. Essa operação, somada à exclusão do artigo da linha 9TT (“*e considera que o panfleto tem caráter INformati::vo...*”), pode levar o leitor a inferências não pretendidas como, por exemplo, de que o gênero panfleto é destinado apenas a informações. O outro segmento eliminado é uma retomada do enunciado “*não há necessidade nenhuma de se instalar uma CEP*” (linhas 13-14TT) e faz parte da conclusão da oradora sobre o que está dizendo. Sua omissão afeta a ênfase dada à desnecessidade da CEI.

Ainda na linha da “*água mole em pedra dura*” temos, no Texto 4, a repetição do segmento “*nós ouvimos*” por cinco vezes: linhas 21TT, 22TT, 26TT, 27TT e 31TT. Além desse exemplo, temos a expressão “*lá dentro*” repetida nas linhas 20-21, 26, 27 e 31, e “*lá*” nas linhas 28 e 34. O orador procura, com as repetições, reforçar na mente dos parceiros de comissão as informações que tiveram sobre o pagamento do tempo de tolerância na zona azul e “plantar”, na cabeça dos outros vereadores, a idéia de que sua defesa baseia-se em informações compartilhadas com os membros da comissão. Dessas repetições foi eliminada a da linha 27TT: “*nós ouvimos lá dentro vereador B, nós ouvimos lá dentro – e vossa excelência estava lá também*” (linhas 26-28TT), resultando no enunciado “*Nós ouvimos lá dentro, Vereador B, V.Exa. estava lá também*” (linhas 23-24TR), com nítida redução da carga apelativa.

Quanto aos *artigos*, os textos analisados sofreram eliminação de artigo definido no Texto 1 (linha 9TT): “*o próprio Ministério Público já se posicionou sobre isso e considera que o panfleto tem caráter INformati::vo*” (linhas 7-10TT) e de artigo indefinido no Texto 4 (linha 7TT): “*estamos votando um projeto*” (linha 7TT). Com relação ao valor dos artigos, Vilela & Koch (2001, p. 202) informam: “O artigo no texto serve para caracterizar e distinguir entre *o dado e o novo*, e esta função está ligada a uma outra, a de indicar se o substantivo denota um único exemplar de uma dada espécie ou se toda a espécie”. A informação de Vilela & Koch nos autoriza a dizer que, na primeira amostra, ao preceder a palavra “panfleto” pelo determinante “o”, a oradora demonstra que está falando do panfleto em questão e não de panfletos em geral, como se observa no texto derivado. No segundo exemplo, a eliminação do artigo anula o relevo do objeto de discussão: é “*um projeto que envolve não apenas funcionários, mas a população*”, ou seja, não é um projeto qualquer.

Amostra de eliminação relacionada a *conjunções* encontra-se no Texto 4, no segmento “*antes de entrar no mérito se a Prefeitura vai ter que criar um novo formulário...*” (linhas 38-40TR), em que a conjunção “*se*” foi eliminada. Com essa eliminação e a introdução do ponto de interrogação após a palavra formulário, entende-se que o orador quer saber se a Prefeitura teria de criar um novo formulário. Na verdade, o orador suspende o relato que vem fazendo, passa a expor seu ponto de vista sobre o assunto e só concretiza a pergunta algum tempo depois, em parte do discurso não incluída no trecho analisado. Sua questão é sobre a atitude que o usuário deveria tomar caso não encontrasse a operadora para renovar o tempo de estacionamento. Transcrevemos abaixo o trecho em que o orador faz a pergunta:

com relação àquela questão que nós... eu perguntei para o presidente da Associação Comercial que faz um belíssimo trabalho na questão da segurança perguntei a ele... “me diga uma coisa... eu quero saber o que que você vai fazer comigo se eu ao estacionar... ao estacionar o meu veículo e for atrás de uma orientadora e demorar lá meus cinco minutos... porque é possível acontecer... é só parar lá no Bom Clima e ver em quanto tempo acha a funcionária que às vezes é obrigada a ficar rodando lá... rodando... rodando... se ela precisar ir no toailete não tem ninguém para ficar no lugar dela... eu quero saber a pessoa que tem que ir lá no Fácil... o que que ela faz... ela vai normalmente pegar a senha dela vai demorar um pouco e quando ela voltar – para concluir senhor presidente – pode o veículo dela estar multado...

Sobre a eliminação de *preposições*, lembramos que elas têm capacidade de regência e interferem nas relações semânticas entre os elementos que ligam (Cf. VILELA & KOCH, 2001, p. 256). Bechara (1999, p. 298), por seu turno, afirma que cada preposição tem o seu significado unitário, fundamental, primário, que se desdobra em outros significados contextuais em acepções particulares que emergem do nosso saber sobre as coisas e da nossa experiência de mundo. Ainda para o autor, na relação dos “significados” das preposições, há sempre um significado unitário de língua, que se desdobra em sentidos contextuais a que se chega pelo contexto e pela situação. Como exemplo de eliminação de preposição, destacamos a da seqüência “*em nenhum momento nós ouvimos em que iria atrapalhar as operadoras*” (linhas 21-22TT). No trecho transcrito, o formulário traria dificuldades para as operadoras sob algum aspecto operacional; no texto retextualizado, o formulário traria problemas de qualquer forma, portanto, os dois enunciados têm sentidos diferentes.

O *corpus* apresenta, ainda, eliminação de *seqüências abandonadas*. Sobre esse tema, encontramos a seguinte orientação no Manual da Associação Canadense de Hansard, p. 29: “Se um membro começa a dizer alguma coisa e em seguida muda de idéia, elimine o



trecho se ele não for importante”<sup>46</sup>. Os outros manuais examinados não trazem recomendações específicas sobre a exclusão dessas seqüências.

Das seqüências abandonadas presentes em nossa pesquisa, destacamos a das linhas 11-12TT do Texto 3: “*sem o mínimo motivo para o veto... e veio aqui/... e... as pessoas têm que observar*”, pois apesar de parecer abandonada, ela pode fazer parte da argumentação do orador na hipótese de o primeiro “e” ter o valor de “mas” e “veio aqui” significar “o veto veio para a Câmara”. Nesse caso, teríamos: “*nós estamos observando aqui um projeto, como diz o vereador B, sem nenhum motivo para o veto, e (mas) veio aqui*”. Essa hipótese sustenta-se na entoação do orador observada no áudio e na continuação do discurso (não incluída no *corpus*) onde o orador, a respeito do projeto referido na linha 20TT, informa: “*Temos a notícia de que o Executivo vetou o projeto, veto que virá para esta Casa*”. Esse fato é prova de que o retextualizador de discursos parlamentares, já que tem acesso apenas a fragmentos dos textos, deve ser comedido nas alterações.

Como podemos constatar, na prática da retextualização no contexto parlamentar, em que se recomenda fidelidade ao dito pelo orador e respeito pelo seu estilo, deve haver cautela nas operações de eliminação, pois muitos itens que costumam ser eliminados podem estar a serviço da argumentação ou representar o estilo do orador. Além disso, nem tudo que parece eliminável o é, como exemplifica a seqüência “e veio aqui e...” eliminada no Texto 3.

### 3.5.2 Substituições

Os procedimentos de **substituição** constam da sétima operação do modelo de Marcuschi (2003a). Nessa operação é previsto o tratamento estilístico com seleção de novas estruturas sintáticas e novas opções léxicas.

Devido aos objetivos a que se destina a retextualização dos textos em análise, as estratégias de substituição deveriam ser usadas apenas para trocas de itens funcionais e outros destinados à adequação gramatical, porém, ocorreram substituições no *corpus* que envolvem outros elementos, como seqüências textuais e itens que refletem preferências do retextualizador ou falhas de entendimento. Há substituições que envolvem conjunções, preposições, pronomes, verbos e seqüências textuais.

---

<sup>46</sup>“If a member starts to say something and then changes his/her mind, take it out if it is not important”.

A substituição de *conjunções* no *corpus* pode ser exemplificada pelo segmento “*mas nós estamos votando um projeto*” (Texto 4, linhas 6-7TT), no qual a conjunção “mas” foi substituída pela conjunção “agora”. Essa substituição é uma escolha lexical do retextualizador que afeta o texto do ponto de vista argumentativo, pois apesar de as duas aparecerem nos dicionários como conjunções, elas não carregam a mesma carga de argumentação.

O *corpus* apresenta substituição de *preposições* nos Textos 1, 2, 3 e 4. Destacamos o segmento “*trouxe aqui nesta Casa por diVERsas vezes várias pessoas com cadeiras de rodas*” (Texto 3, linhas 15-17TT), em que as preposições “em” e “com” foram substituídas por “a” e “em” respectivamente. Essas substituições atendem a normas gramaticais. Vale apontar para a relevância do contexto e do conhecimento partilhado nessas substituições, como se constata especialmente no segundo caso, em que as pessoas citadas pelo orador poderiam realmente estar *com* cadeiras de rodas se fossem, por exemplo, representantes desses produtos.

Ainda com relação a preposições encontramos, no Texto 2, substituição das contrações da preposição “a” mais o artigo “as” e da preposição “a” mais o artigo “os” pelos pronomes “minhas” e “meus”, onde o segmento “*e eu quero informar a vossa excelência e aos senhores vereadores e às senhoras e aos senhores...*” (linhas 8-10TT) resultou em “*Eu quero, então, informar a Vossa Excelência e aos Senhores Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores*” (linhas 10-12TR). No texto transcrito, o orador dirige-se ao presidente da sessão (a vossa excelência), aos vereadores (aos senhores vereadores) e ao público (às senhoras e aos senhores); no texto derivado não se constata a inclusão do público, pois “minhas senhoras e meus senhores” está empregado como vocativo. Além disso, essas duas substituições mais a inclusão do marcador discursivo “então” na linha 10TR dão ao texto retextualizado um aspecto de maior polidez que o demonstrado no texto transcrito. Atribuímos essas trocas à pronúncia do orador, pois se verifica, no áudio, dificuldade na identificação dessas duas palavras.

No tocante aos *verbos*, encontramos, nos textos em análise, substituições de verbos no presente do indicativo pelos mesmos verbos no pretérito perfeito e no futuro do pretérito. A respeito dessas trocas, lembramos que os verbos no presente do indicativo têm aspecto de comentário, ao passo que no pretérito perfeito a idéia é de relato. (Cf. KOCH, 2002, p. 35,41). A mesma autora salienta ainda: “o uso do imperfeito, do passado simples, do condicional, etc. em situações comentadoras exprime matiz de validade limitada, trazendo ao

contexto comentador o que é peculiar ao mundo narrado, como relaxamento e falta de compromisso”. Exemplos de substituições relacionadas a verbos estão no Texto 1: “*basta um pedido de esclarecimentos...*” (linhas 17-18TT) por “*bastaria*” (linha 15TR). Essa substituição, acrescida da exclusão da seqüência “*não é necessária uma CEI*” (linha 17TT), confere à fala da oradora um aspecto menos incisivo que o apresentado no texto transcrito, em que a oradora mostra certeza daquilo que está dizendo.

Ainda no que tange aos verbos, a locução “ter que” do segmento “*as pessoas têm que observar que há tempos atrás a vereadora A*” (Texto 3, linhas 12-13TT) foi substituída por “*devem*” (linha 10TR). Os dois verbos exprimem valores de necessidade (Cf. VILELA & KOCH, 2001, p. 72), porém é válido lembrar a afirmação de Koch (2002, p. 154) de que a escolha de um determinado termo pode servir de índice de distinção, de familiaridade e de simplicidade ou pode estar a serviço da argumentação, situando melhor o objeto do discurso em determinada categoria que um sinônimo.

No Texto 4, a locução verbal “ter que” do segmento “*teríamos que realmen:::te vereador A*” (linhas 9-10TT) foi substituída por “*teríamos de*” (linha 9TR). Essa mudança mostra resistência do retextualizador à dinamicidade da língua, bem representada pelo seguinte trecho de Possenti:

Cada vez menos se dizem formas como *lerá, comerei, dormiremos*, e cada vez mais se diz *vai ler, vou comer, vamos dormir*.

São fatos, simples fatos lingüísticos, que as escolas e as gramáticas teimam em não ver, que os colunistas que cuidam da língua teimam em corrigir. Não só não adianta insistir nas formas antigas como não há nenhuma razão para não aceitar as novas. Aliás, as antigas já foram novas. (POSSENTI, 2007) (grifo do autor).

Mudanças desse gênero são recomendadas por alguns manuais, como o *Manual de procedimentos*, conforme se verifica no seguinte recorte: “Devemos retirar do discurso palavras supérfluas. Cuidado, porém, para não descaracterizar o pensamento ou o estilo do orador. Ex.: ‘A mesa *vai fazer constar da ata*’ (fará constar)”. Nota-se que, mesmo recomendando respeito ao pensamento ou ao estilo do orador, o *Manual de procedimentos* orienta para a rejeição de formas como “vai fazer”, correntes no uso.

As substituições relacionadas a *seqüências textuais* encontram-se principalmente no Texto 1, em que o segmento “*que está sendo pedida*” (linha 3TT) foi substituído por “*que se está pretendendo aprovar*” (linha 3TR). No segmento transcrito está implícito o pedido da instauração de uma CEI, enquanto no segmento substituinte o leitor ficaria propenso a acreditar que a CEI estaria na fase de votação do relatório, com possibilidade de aprovação ou não. Ainda no mesmo Texto, houve a reescrita do bloco compreendido pelas linhas 27-33 TT,

de onde destacamos a mudança da seqüência “*diante da vereadora A*” (linhas 28-29TT), que significa ter a oradora como testemunha, por “*diante do que está colocando a nobre Vereadora A*” (linhas 19-20TR), que tem as palavras da oradora como motivo do requerimento.

### 3.5.3 Inserções

Os procedimentos de **inserção** constam da segunda, da quarta e da quinta operações do modelo de Marcuschi (2003a). Nesse modelo estão previstas a introdução de pontuação com base na intuição fornecida pela entoação das falas, de paragrafação e de pontuação detalhada sem modificação da ordem dos tópicos discursivos, além de marcas metalingüísticas para referenciação de ações e verbalização de contextos expressos por dêiticos. Alguns manuais vão além, como o *Manual de procedimentos*, que recomenda o acréscimo de texto nas falas, pelo que se depreende do seguinte fragmento: “Completar sempre frases truncadas ou subentendidas. Em lugar de “Para concluir, Sr. Presidente, o problema..., escreva: “Para concluir, Senhor Presidente, devo dizer que o problema...”. (SÃO PAULO, 2002, p. 4).

Nos trechos analisados, além das marcas metalingüísticas representadas pelas informações de ordens regimental e operacional, há inserções de nome de orador na fala do presidente, de pronome de terceira pessoa do singular, de vocativo e de seqüências textuais, principalmente na fala do presidente da sessão.

As *informações de ordem regimental*, como exposto no tópico referente às pistas de contextualização, refletem a norma regimental na qual o orador profere o discurso. Essas informações estão presentes em todos os trechos analisados, destacando-se a informação “*Para declaração de voto*” (Texto 2, linha 5TR) pelo fato de representar equívoco informacional. Não cabe declaração de voto no momento em que o orador solicitou a palavra e, sim, encaminhamento de votação, conforme solicitado. As *informações de ordem operacional*, por sua vez, refletem essencialmente as pausas, a marcação do tempo nas sessões e aspectos relativos à responsabilidade sobre a edição do discurso. Encontramos essas informações no Texto 2: “*Sem revisão do orador*” (linhas 5-6TR) e no Texto 5: “*pausa*” (linha 5TR).

A respeito da inserção do pronome “*ela*” do segmento “*e não nega, ela trouxe aqui*” (Texto 3, linhas 9-10TR), transcrevemos a informação de Marcuschi (2003a):

[...] eliminam-se pronomes pessoais, sobretudo os egóticos (“eu”, “nós”), que têm sua identificação marcada pela forma verbal de primeira pessoa. *O mesmo já não ocorre com o pronome “ele” que em certos casos é até mesmo acrescido ou suprido por um item lexical.* (MARCUSCHI, 2003a, p. 79) (grifo nosso).

Encontramos a inserção do vocativo “*Senhor Presidente*” nas falas dos oradores no Texto 2: “*peço a palavra para encaminhar a votação*” (linhas 1-2TT) x “*Senhor Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação*” (linhas 1-2TR).

O acréscimo do vocativo não cumpre objetivos lingüísticos nem regimentais e, além de não corresponder ao dito pelo orador, mascara seu estilo dando um aspecto mais polido à sua fala.

Sobre as *seqüências acrescentadas à fala do presidente*, Cortelazzo verificou em seus estudos que os trechos de transcrição das falas do presidente são os que apresentam maior rejeição às características da oralidade, com tendência à elevação do nível do registro de sua fala. Essa faceta da retextualização de discursos parlamentares revelada por Cortelazzo e também verificada em nosso *corpus* pode ter origem em dois fatores: o primeiro é que algumas falas do presidente da sessão são fórmulas escritas para serem lidas e, quando essas fórmulas são desprezadas, alguns retextualizadores optam pela sua reconstituição, às vezes por necessidade de validação do ato legislativo; o segundo é que há uma tendência de se elevar o nível da fala dos condutores das interações, conforme se verifica em Marcuschi (2003a):

Veja-se que em geral os transcritores dão para a fala dos entrevistadores um *status* diferente do que para os informantes. Esta distinção faz supor que o entrevistador tem uma “fala culta” ao passo que seu informante, não. Alerto, portanto, para esse perigo iminente em todos os trabalhos de transcrição. (MARCUSCHI, 2003a, p. 83).

A inserção de conteúdo em textos retextualizados é uma operação que pode trazer sérios prejuízos ao texto pelo falseamento da intenção comunicativa do orador. Nesse sentido, a orientação do *Manual de procedimentos* para a complementação de subentendidos é preocupante, pois o entendimento do retextualizador sobre aquilo que ficou subentendido pode não corresponder à intenção do orador. Além disso, se o autor do texto (o orador) deixou algo subentendido, não cabe ao retextualizador a explicitação.

Em nosso *corpus*, as inserções na fala do Presidente da sessão relacionam-se a fórmulas regimentais “padronizadas”, como no segmento “*para declaração de voto, tem a palavra o Vereador C*” (Texto 2, linhas 18-19TR), ao nome do orador e a outras seqüências relacionadas à condução dos trabalhos, como se observa no segmento “*Com a palavra, pelo artigo 149, a Vereadora A*” (Texto 5, linhas 12-13TR), em que a seqüência “com a palavra” e o nome da oradora, composto de duas palavras, foram acrescentados à fala do presidente.

Essas inserções, como também as inserção de vocativos e outras seqüências na fala dos oradores, refletem um aprisionamento dos retextualizadores às recomendações dos manuais que, numa espécie de “leito de Procusto”, ajustam as falas dos oradores aos modelos predeterminados: se falta algo, acrescenta-se; se sobra, corta-se; se difere, iguala-se.

Concluimos este capítulo parafraseando Garrison [2000b?]: Retextualizadores de discursos parlamentares têm de ser bons ouvintes. Para serem bons ouvintes não necessitam apenas de bons ouvidos, mas de massa cinzenta entre os ouvidos para discernir o que ouvir, o que ouviu e o significado daquilo que ouviu”<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup>*Hansard* editors, above all, have to be good listeners. But to be good listeners they not only have to have ears but gray matter between the ears to know what to listen for and what it is they heard and what it means. Disponível em: <<http://www.hansard.ca/editors.html>>. Acesso em 05 ago. 2009.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivos o **levantamento de alterações promovidas por retextualizadores na passagem de discursos parlamentares orais para a modalidade escrita e a análise dessas alterações com vistas às suas implicações para o sentido do texto**. Para dar conta de nosso propósito, buscamos embasamento principalmente em estudos da Linguística Textual e da Análise da Conversação, como também em manuais destinados à retextualização no âmbito parlamentar e em textos produzidos por profissionais do ramo.

A fim de responder às questões propostas, procedemos à comparação dos textos retextualizados com suas versões transcritas de acordo com as normas do Projeto NURC-SP em um *corpus* formado por cinco trechos de atas de sessões ordinárias da Câmara Municipal de Guarulhos, Estado de São Paulo, realizadas no período de 2001 a 2007.

Os resultados da análise indicaram que, preponderantemente, os retextualizadores promovem as seguintes alterações:

- ✓ eliminações, sobretudo de hesitações, pronomes egóticos e repetições;
- ✓ substituições, principalmente de conjunções, preposições e tempos verbais;
- ✓ inserções, essencialmente de pistas de contextualização e de seqüências textuais baseadas em fórmulas regimentais.

Quanto às implicações que essas alterações trazem para o sentido do texto, podemos dizer que:

- ✓ as eliminações, principalmente dos pronomes egóticos e das repetições, comprometem os textos no tocante à argumentatividade, pois esses dois itens têm valores retóricos e sua eliminação, apesar de recomendada pelas gramáticas tradicionais e pelos manuais, merece cautela;

- ✓ as substituições, em sua maioria, ocorreram em relação a preposições e conjunções, elementos que propiciam ligações semânticas entre partes da oração. Dessa forma, a substituição de uma preposição por outra ou de uma conjunção por outra acarreta alteração significativa no plano do sentido dos textos retextualizados quando comparados aos textos-fonte.

- ✓ A maioria das inserções realizadas objetiva a explicitação do contexto tendo em vista o distanciamento do leitor da cena enunciativa. Além disso, algumas inserções propiciam aspecto mais cortês aos textos que os apresentados pelos oradores, denunciando uma mesclagem entre os deveres do orador e os do retextualizador. Os regimentos internos das casas legislativas estabelecem critérios de cortesia a serem atendidos pelos oradores.

Quando esses critérios não são cumpridos, alguns retextualizadores sentem-se na obrigação de simular seu cumprimento, inclusive abonados por orientações expressas de manuais. Não podemos nos esquecer de que o parlamentar é livre em seus atos e palavras e a ele cabe o ônus daquilo que faz ou diz, não cabendo ao retextualizador censurar ou enfeitar suas falas.

De modo geral, os resultados revelaram que muitas das eliminações, substituições e inserções realizadas pelo retextualizador, desnecessárias em termos de regularização lingüística, afetam o estilo do orador e o sentido do texto. Cabe aqui a observação de que os manuais de retextualização recomendam fidelidade ao dito e respeito ao estilo do orador, mas propiciam o não atendimento às suas orientações pela dubiedade de algumas recomendações que pregam, por exemplo, respeito ao estilo do orador, mas prevêm o complemento de falas e a inserção de itens modalizadores. Além disso, o apego de retextualizadores a padrões da gramática tradicional impede a aceitação de alguns usos lingüísticos, descaracterizando o estilo do orador pelo enquadramento dos textos a formas da modalidade escrita pautadas na gramática normativa e, conseqüentemente, alterando o sentido do texto original.

Concluimos dizendo que a atividade do retextualizador, sobretudo do retextualizador de discursos parlamentares, exige conhecimento diversificado, dedicação e compromisso ético. Além disso, o retextualizador não pode se esquecer em nenhum momento de que o discurso não lhe pertence, mas ao orador.

Esperamos que nosso trabalho contribua para uma reflexão acerca da importância da retextualização de discursos parlamentares e do comprometimento do retextualizador com seu trabalho. Ressaltamos que os discursos parlamentares constituem-se em matéria riquíssima para o estudo dos processos de construção do texto falado e sua retextualização.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de. *Conversação e conflito: um estudo das estratégias discursivas em interações polêmicas*. São Paulo: PUC, 1997. Tese.

\_\_\_\_\_. Cortesia e descortesia em debates radiofônicos – um estudo das seqüências indicativas de desacordo. In: PRETI, Dino. (Org.) *Cortesia verbal*. São Paulo: Humanitas, 2008. (Projetos paralelos – NURC/SP, v. 9). p. 355-75.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Câmaras Municipais. *Redação técnica: princípios da produção documental no Processo Legislativo*. Curitiba, 2008. Apostila.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Entre a fala e a escrita: algumas reflexões sobre as posições intermediárias. In: PRETI, Dino. (Org.) *Fala e escrita em questão*. 2 ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000. (Projetos Paralelos – NURC/SP, 4). p. 57-78.

\_\_\_\_\_. Procedimentos de reformulação: a correção. In: PRETI, Dino. (Org.) *Análise de textos orais*. 6. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. (Projetos paralelos – NURC/SP). p. 147-78.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição Federal*. 2.ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002a. Disponível em:  
<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/manual/index.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/index.htm)>. Acesso em: 18 ago. 2009.

BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República*. 2.ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002b. Disponível em:  
<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/manual/index.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/index.htm)>. Acesso em: 18 ago. 2009.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Manual de procedimentos do Detaq*. Brasília, 2002c.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações. *Manual de Redação*. Brasília, 2004. Disponível em:  
<<http://www2.camara.gov.br/internet/publicacoes/manualredacao>>. Acesso em 24 jun. 2009.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Regimento Interno*. Disponível em:  
<<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/regimentointerno.html>>. Acesso em: 10 abr. 2009.

CORTELAZZO, Michele A. Dal parlato al (tra)scritto: i resoconti stenografici dei discorsi parlamentari. In HOLTUS, G. & RADTKE, E. (Org.) *Gesprochenes Italienische in Geschichte und Gegenwart*. Tübingen, Narr, 1985. p. 87-117.

CURY, Waldir. *Aperfeiçoamento do taquígrafo: tarefa diária e permanente*. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em:  
<[http://www.taquigrafia.emfoco.nom.br/artigos/aperfeiçoamento\\_do\\_taquigrafo\\_tarefa\\_novo.pdf](http://www.taquigrafia.emfoco.nom.br/artigos/aperfeiçoamento_do_taquigrafo_tarefa_novo.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2009.

\_\_\_\_\_. *Breve histórico da taquigrafia*. Rio de Janeiro, 1994a. Disponível em: <[http://www.taquigrafia.emfoco.nom.br/historiadataquigrafia/breve\\_historico\\_para\\_o\\_site.pdf](http://www.taquigrafia.emfoco.nom.br/historiadataquigrafia/breve_historico_para_o_site.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2009.

\_\_\_\_\_. *Preciosidades da tradução*. Rio de Janeiro, 1994b. Disponível em: <[http://www.taquigrafia.emfoco.nom.br/historiadataquigrafia/breve\\_historico\\_para\\_o\\_site.pdf](http://www.taquigrafia.emfoco.nom.br/historiadataquigrafia/breve_historico_para_o_site.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2009.

DOURADO, Herculano Francisco. *A transposição do texto falado para o texto escrito: os limites do revisor no discurso parlamentar*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008. Monografia.

ESPAÑA. Cortes Generales. Resolución de 3 de abril de 2006. In: *Boletín Oficial de las Cortes Generales*. Madrid, n. 74, 18 abr. 2006. Disponível em: <<http://www.boe.es/boe/dias/2006/04/18/index.php>>. Acesso em: 30 ago. 2009.

FÁVERO, Leonor Lopes. O tópico discursivo. In: PRETI, Dino. (Org.). *Análise de textos orais*. 6. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. (Projetos paralelos – NURC/SP). p. 39-63.

FÁVERO, Leonor Lopes et al. *Oralidade e escrita – perspectivas para o ensino da língua materna*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FRANÇA. Assemblée Nationale. Service du Personnel. *Concours externe de rédacteur des débats*. Paris, 2006. Disponível em: <[http://www.assemblee-nationale.fr/concours/BrochExtRedDeb\\_2005.pdf](http://www.assemblee-nationale.fr/concours/BrochExtRedDeb_2005.pdf)>. Acesso em: 30 ago. 2009.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. O turno conversacional. In: PRETI, Dino. (Org.). *Análise de textos orais*. 6. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. (Projetos paralelos – NURC/SP). p. 65-92.

GARRISON, Gary. *What do Hansard editors really do?* [2000?]a. Disponível em: <<http://www.hansard.ca/editors.html>>. Acesso em: 5 ago. 2009.

GARRISON, Gary. *Research: the work it takes to get it write*. [2000?]b. Disponível em: <<http://www.hansard.ca/research.html>>. Acesso em: 28 abr. 2009.

GUARULHOS. Câmara Municipal. *Regimento Interno*. Disponível em: <[http://www.camaraguarulhos.sp.gov.br/arquivos/documentos/regimento\\_interno.pdf](http://www.camaraguarulhos.sp.gov.br/arquivos/documentos/regimento_interno.pdf)>. Acesso em: 3 maio 2009.

GUMPERZ, John J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. (Orgs.). *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 149-82.

HANSARD Association of Canada. *Hansard Association of Canada Style Guide*. Disponível em: <<http://www.hansard.ca/styleguide.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2009.

HILGERT, G. Procedimentos de reformulação: a paráfrase. In: PRETI, Dino. (Org.) *Análise de textos orais*. 6. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. (Projetos paralelos – NURC/SP – Núcleo USP). p.117-46.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Análise da conversação: princípios e métodos*. Tradução de Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Parábola, 2006.

KOCH, Ingedore Villaça. *Argumentação e linguagem*. 7. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *O texto e a construção dos sentidos*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, Ingedore Villaça & ELIAS, Vanda Maria da Silva. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2009.

LIBERMAN, Mark. Blame Miles Bartholomew, Ward Stone Ireland and IBM. In: *Language Log*, Pennsylvania, sept. 2004. Disponível em: <<http://itre.cis.upenn.edu/~myl/languageelog/archives/001418.html>>. Acesso em: 3 maio 2009.

MAGALHÃES, Oscar Diniz. Nos primórdios da taquigrafia parlamentar brasileira. In: *Revista Taquigráfica*, Rio de Janeiro, nº 106, nov. 1949. Disponível em: <[www.taquigrafia.emfoco.nom.br/historiadataquigrafia/nosprimordios.pdf](http://www.taquigrafia.emfoco.nom.br/historiadataquigrafia/nosprimordios.pdf)>. Acesso em: 3 maio 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A hesitação. In: NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). *Gramática do Português falado*. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Unicamp, 1999. Volume VII: Novos estudos. p. 159-94.

\_\_\_\_\_. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003a.

\_\_\_\_\_. *Análise da Conversação*. 5.ed. 4.imp. São Paulo: Ática, 2003b.

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa. *Manual de redação parlamentar*. 2.ed. Belo Horizonte, 2008. (Edital) Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/publicacoes/manualredacao/documentos.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2009.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

PARRET, Herman. *Enunciação e pragmática*. In: ORLANDI, Eni Puccinelli *et al* (Org.). Campinas: Unicamp, 1988. p. 15-32.

POSSENTI, Sírio. *Vão ter mais vagas...* Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI1735739-EI8425,00.html>>. Acesso em: 17 abr. 2009.

PRETI, Dino. A linguagem na TV: o impasse entre o falado e o escrito. In: NOVAES, Aduino (Org.) *Rede imaginária - televisão e democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

\_\_\_\_\_. Idosos e jovens corteses. In: PRETI, Dino. (Org.) *Cortesia verbal*. São Paulo: Humanitas, 2008. (Projetos paralelos – NURC/SP, v. 9). p. 19-48.

RIBEIRO, Branca Telles & GARCEZ, Pedro. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 149-82.

RODRIGUES, Ângela C. Souza. Língua falada e língua escrita. In: PRETI, Dino. (Org.) *Análise de textos orais*. 6. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. (Projetos paralelos – NURC/SP – Núcleo USP). p. 15-37.

SÃO PAULO (cidade). Câmara Municipal. Departamento Técnico de Taquigrafia. *Manual de procedimentos*. São Paulo, 2002. (Edição provisória).

SÃO PAULO (cidade). Câmara Municipal. *Regimento Interno*. Disponível em: <[http://www.camara.sp.gov.br/central\\_de\\_arquivos/RegimentoInterno28062007.pdf](http://www.camara.sp.gov.br/central_de_arquivos/RegimentoInterno28062007.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2009.

SCHAERLAEKENS, Jos. Estenografia: trabalho intelectual. *Revista Taquigráfica*, Rio de Janeiro, n. 106, nov. 1949. Disponível em: <[www.taquigrafia.emfoco.nom.br/variedades.htm#estenografiatrabalhointelectual](http://www.taquigrafia.emfoco.nom.br/variedades.htm#estenografiatrabalhointelectual)>. Acesso em: 20 jul. 2009.

SILVA, Luiz Antônio da. Cortesia e formas de tratamento. In: PRETI, Dino. (Org.) *Cortesia verbal*. São Paulo: Humanitas, 2008. (Projetos paralelos – NURC/SP, v. 9). p. 157-92.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. O uso do futuro do pretérito no português falado. In: NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). *Gramática do Português falado*. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Unicamp, 1999. Volume VII: Novos estudos, p. 654-73.

VAN DIJK, Teun Adrianus. On the analysis of parliamentary debates on immigration. In: M. Reisigl & R. Wodak (Eds.). *The semiotics of racism*. Approaches to critical discourse analysis. (pp. 85-103). Vienna: Passagen Verlag, 2000. Disponível em: <[discourses.org/download/articles](http://discourses.org/download/articles)>. Acesso em: 20 jul. 2009.

\_\_\_\_\_. Texto y contexto de los debates parlamentarios. *Revista Electrónica de Estudios Filológicos*. n. 2, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.um.es/tonosdigital/znum2/estudios/TAvanDijkTonos2.htm>>. Acesso em: 3 maio 2009.

\_\_\_\_\_. Contexto e cognição. In: KOCH, Ingedore Villaça. (Org.) *Cognição, discurso e interação*. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 74-98.

\_\_\_\_\_. *Discurso e poder*. In: HOFFNAGEL, Judith; FALCONE, Karina (Org.) São Paulo: Contexto, 2008.

VILELA, Mário & KOCH, Ingedore Villaça. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2001.

VILLAÇA, Ingedore Gunfeld & BENTES, Anna Christina. Aspectos da cortesia na interação face a face. In: PRETI, Dino. (Org.) *Cortesia verbal*. São Paulo: Humanitas, 2008. (Projetos paralelos – NURC/SP, v. 9). p. 19-48.

**APÊNDICE A – REGULAMENTO DE USO DA PALAVRA POR VEREADORES  
NAS SESSÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
GUARULHOS**

ASSUNTO	TEMPO	ARTIGOS
<b>Ata</b> (impugnação/retificação/discordância)	5	<b>Art. 162, § 1º:</b> “O Grande Expediente é a parte da Sessão onde, primeiramente, será posta em votação a ata da sessão anterior, que deverá ser entregue às lideranças e colocada à disposição dos Vereadores até às 17 horas do dia anterior à sessão. (Alt. pela Res. nº 378/06)”.
<b>Comunicado</b> (Bancada/Bloco) <b>Líder</b>	5	<b>Art. 33, Inciso V:</b> “Proferir comunicados de bancada ou bloco, uma vez em cada sessão, por 5 (cinco) minutos, desde que não interrompa processo de discussão, encaminhamento de votação e justificativa de voto de qualquer matéria”.
<b>Questão de Ordem</b> (dúvida regimental)	2	<b>Art. 136, § 3º:</b> “Disporá o orador de 30 (trinta) segundos para formular seu questionamento e 1 (um) minuto e 30 (trinta) segundos para efetuar suas considerações”.
<b>Pela Ordem</b> (melhor método p/ discussão)	2	<b>Art. 228 Inciso III:</b> “2 (dois) minutos, pela ordem, 1 (uma) única vez, no princípio de qualquer discussão, para propor o melhor método de direção dos trabalhos”
<b>Pela Ordem</b> (melhor método p/ votação)	2	<b>Art. 233:</b> “Iniciada a votação, com o fim de indicar o melhor meio de ser a matéria submetida a votação, 1 (uma) única vez, pela ordem, poderá o Vereador falar por 2 (dois) minutos”.
<b>Pela Ordem</b> (assunto relevante/urgente)	2	<b>Art. 149:</b> “É facultado aos Vereadores, salvo quando houver orador na tribuna, usar a palavra uma vez por sessão, por tempo não superior a 2 (dois) minutos improrrogáveis, para tratar de assunto que, por sua relevância e urgência, interesse ao conhecimento do Plenário”.
<b>Pequeno Expediente</b>	5	<b>Art. 155:</b> “No Pequeno Expediente, quando os Vereadores poderão inscrever-se para a palavra em explicação pessoal <sup>48</sup> , por 5 (cinco) minutos, será permitida a cessão de tempo do Vereador inscrito na vez seguinte”.
<b>Tribuna Livre</b> (aparte p/Vereador)	2	<b>Art. 159 § 2º:</b> “No uso da palavra, o orador poderá conceder apartes, de até 2 (dois) minutos, aos Vereadores que os requererem”.
<b>Discussão</b> (Moção)	5	<b>Art. 222 Parágrafo único:</b> “As moções terão forma de requerimento, necessitando apenas da assinatura de um único subscritor, sendo passíveis de discussão, se assim requerer qualquer Vereador, pelo tempo de 05 (cinco) minutos para cada Vereador”.
<b>Discussão</b> (requerimento) a) informações solicitadas ao Prefeito ou por seu intermédio;	3	<b>Art. 219:</b> “Serão escritos e poderão ser discutidos os requerimentos que tiverem por objeto: a) informações solicitadas ao Prefeito ou por seu

<sup>48</sup> Amparado por esse artigo, o orador usa a palavra para falar de qualquer assunto de sua escolha, não necessariamente para explicação pessoal.

ASSUNTO	TEMPO	ARTIGOS
b) constituição de comissões temporárias; c) indicação de proposições a serem votadas pelo Colégio de Líderes; d) quaisquer outros assuntos que não se refiram a incidentes sobrevindos no curso das discussões e votações.		intermédio; b) constituição de comissões temporárias; c) indicação de proposições a serem votadas pelo Colégio de Líderes; d) quaisquer outros assuntos que não se refiram a incidentes sobrevindos no curso das discussões e votações. <b>§ 1º:</b> “Os requerimentos de que trata o presente artigo deverão ser apresentados e votados no Grande Expediente, sendo permitido aos Vereadores discuti-los por 3 (três) minutos)” Art. 228 Inciso II: “(3 (três) minutos para discussão de requerimentos”.
<b>Discussão</b> (Projeto/Veto/Parecer/Representação)	7	<b>Art. 228:</b> “Nenhum Vereador poderá falar mais de: <b>I – 7 (sete) minutos</b> para discussão de vetos, projetos, pareceres e representações”.
<b>Encaminhamento de Votação</b> (Requerimentos – inclusão, inversão, adiamento)	2	<b>Art. 220:</b> “Os requerimentos que versarem sobre inclusão, inversão, adiamento, preferência e urgência terão forma escrita e se sujeitarão a apoio de, no mínimo, 3 (três) Vereadores). Parágrafo único. Os tipos de requerimentos previstos no caput não serão discutidos, podendo ser encaminhada a votação por 2 (dois) minutos”.
<b>Encaminhamento de Votação</b> (Autor – Relator – Líder)	3 6	<b>Art. 232:</b> “Encerrada a discussão, ninguém mais poderá falar sobre aquela matéria, salvo para encaminhamento de votação e declaração de voto <sup>49</sup> pelo tempo de 3 (três) minutos cada Vereador”.
<b>Justificativa de Voto</b> (Autor – Relator – Líder)	3 6	<b>§ 3º –</b> “O autor da proposição, o relator da comissão técnica que proferiu o parecer e os líderes terão o tempo em dobro para encaminhar ou declarar o voto”.
<b>Justificação Verbal pelo Autor</b> (apresentação de Projeto)	5	<b>Art. 180:</b> “O autor do projeto poderá motivá-lo por escrito ou verbalmente, antes que o mesmo seja posto em deliberação, ou por ocasião da primeira ou segunda discussão”. <b>§ 2º:</b> “Para justificação verbal, por ocasião da apresentação, terá o autor do projeto 5 (cinco) minutos”.

Fonte: Regimento Interno da Câmara Municipal de Guarulhos. Disponível em: <[http://www.camaraguarulhos.sp.gov.br/arquivos/documentos/regimento\\_interno.pdf](http://www.camaraguarulhos.sp.gov.br/arquivos/documentos/regimento_interno.pdf)>  
Acesso em: 26 mar 2009.

<sup>49</sup>Declaração de voto e justificativa de voto têm o mesmo significado no contexto da Câmara Municipal de Guarulhos.

## APÊNDICE B – ESTRUTURA DE ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARULHOS

Identificação da sessão e do contexto temporal. O contexto local é identificado pelo logotipo da Câmara:

4ª SESSÃO ORDINÁRIA

15ª LEGISLATURA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA

Em 12 de fevereiro de 2009

ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA, FIXADA PARA AS QUATORZE HORAS DO DIA DOZE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E NOVE.

Identificação da presidência e da secretaria da sessão:

Presidente: (nome do presidente que conduziu a Sessão. Pode ser mais de um)

Secretário: (nome de quem secretariou os trabalhos. Pode ser mais de um dos titulares ou qualquer vereador nomeado *ad hoc*)

Identificação dos vereadores presentes, ausentes e licenciados:

Vereadores presentes: (nomes dos vereadores presentes à sessão).

Ausências justificadas: (nomes dos vereadores que tiveram suas ausências justificadas).

Ausências: (nomes dos vereadores cujas ausências não foram justificadas)

Vereadores licenciados: (nomes dos vereadores licenciados)

Desenvolvimento:

O SR. PRESIDENTE (Nome do presidente) – Há número legal. Sob a proteção de DEUS, damos por iniciados os nossos trabalhos. Passemos ao Pequeno Expediente, onde temos um inscrito.

– Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE (Nome do presidente) – Com a palavra, por cinco minutos, o Vereador Fulano.

O SR. FULANO –

O SR. PRESIDENTE – Como não há mais inscritos no Pequeno Expediente, passemos à Tribuna Livre, onde temos um inscrito (pode haver três inscritos).

– Passa-se à

### TRIBUNA LIVRE

O SR. PRESIDENTE (Nome do presidente) – Com a palavra, o senhor Fulano de tal, por 10 minutos.

O SR. FULANO DE TAL –

O SR. PRESIDENTE (Nome do presidente) – Como não há mais inscritos na Tribuna Livre, passemos ao Grande Expediente.

– Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

– São transcritos os discursos proferidos e transcritos os documentos apresentados, resumidos ou na íntegra.

O SR. PRESIDENTE (Nome do presidente) – Tendo em vista o término do Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

– São transcritos os discursos proferidos e inseridas as tabelas de votação).

**Encerramento:**

O SR. PRESIDENTE – Devido ao término do tempo regimental, dou por encerrada a presente sessão.

– Encerra-se a Sessão às 17h18min.

– SECRETÁRIO –

– PRESIDENTE –

OBS: OS DISCURSOS AQUI TRANSCRITOS NÃO FORAM REVISTOS PELOS ORADORES.



## ANEXO A – TABELA DE CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES

**3515 :: Técnicos em secretariado, taquígrafos e estenotipistas**

Escolha as ocupações para visualizar na tabela abaixo. Para mais de uma seleção, ou desmarcar o que foi selecionado, utilize a tecla "Ctrl" quando clicar no campo ao lado.

SE - Técnico em secretariado  
TA - Taquígrafo  
ES - Estenotipista

OK

ÁREAS	ATIVIDADES							
<b>A TRANSFORMAR A LINGUAGEM ORAL EM LINGUAGEM ESCRITA</b>	Identificar oradores <b>1</b> ES, TA	Transformar as falas em sinais taquígrafos e estenográficos <b>2</b> ES, TA	Descrever imagens, atitudes e situações <b>3</b> ES, TA	Transformar os sinais taquígrafos e estenográficos em texto <b>4</b> ES, TA	Converter falas em textos, simultaneamente <b>5</b> ES	Produzir legendas em tempo real para deficientes auditivos <b>6</b> ES		
		Manter a fidedignidade do relato <b>7</b> ES, TA						
	<b>B REVISAR TEXTOS E DOCUMENTOS</b>	Ajustar o texto à redação técnica <b>1</b> ES, SE, TA	Estruturar logicamente os textos <b>2</b> ES, SE, TA	Corrigir erros do texto <b>3</b> ES, SE, TA	Concatenar as transcrições e documentos <b>4</b> TA	Editar o texto para divulgação <b>5</b> ES, SE, TA		
		<b>C ORGANIZAR AS ATIVIDADES GERAIS</b>	Ordenar tarefas <b>1</b> ES, SE, TA	Priorizar elaboração de documentos legais de urgência <b>2</b> ES, SE, TA	Otimizar procedimentos de trabalho <b>3</b> ES, SE, TA	Classificar arquivos <b>4</b> SE	Arquivar informações e documentos <b>5</b> SE	Requisitar microfilmagem de documentos <b>6</b> SE
				Preparar viagens <b>7</b> SE	Analisar documentos <b>8</b> SE			
			<b>D ASSESSORAR A ÁREA</b>	Agendar os compromissos e reuniões <b>1</b> SE	Auxiliar nas reuniões e apresentações <b>2</b> ES, SE, TA	Manter documentação da área em ordem <b>3</b> SE	Atender demandas dos clientes externos <b>4</b> ES, SE, TA	Administrar verbas disponíveis <b>5</b> SE
	Assessorar cursos e eventos <b>7</b> SE							

<b>E COORDENAR A EXECUÇÃO DAS TAREFAS</b>	Planejar as atividades	Controlar o agendamento da prestação de serviço	Distribuir as tarefas aos colaboradores	Supervisionar o andamento do serviço	Verificar a qualidade e desempenho do serviço	Preparar a escala de trabalho
	<b>1</b> SE	<b>2</b> SE	<b>3</b> SE	<b>4</b> SE	<b>5</b> SE	<b>6</b> SE
	Controlar o estoque de materiais de escritório	Requisitar material de escritório	Assistir o cliente interno e externo	Monitorar a satisfação do cliente interno e externo	Controlar o banco de horas do setor	Indicar técnicos para os cursos de aperfeiçoamento
	<b>7</b> SE	<b>8</b> SE	<b>9</b> SE	<b>10</b> SE	<b>11</b> SE	<b>12</b> SE
	Solicitar cursos de aperfeiçoamento	Fiscalizar a entrega do trabalho	Registrar a entrada de informações e documentos	Registrar as despesas	Armazenar os documentos e informações em meio eletrônico	Providenciar envio e recebimento de malotes
	<b>13</b> SE	<b>14</b> SE	<b>15</b> SE	<b>16</b> SE	<b>17</b> ES, SE, TA	<b>18</b> SE
<b>F REDIGIR TEXTOS</b>	Preparar cartas, memorandos	Preparar planilhas	Elaborar apresentações	Cadastrar fornecedores e clientes	Compor cadastro de fornecedores e clientes	Atualizar o cadastro de fornecedores e clientes
	<b>1</b> SE	<b>2</b> SE	<b>3</b> SE	<b>4</b> SE	<b>5</b> SE	<b>6</b> SE
	Elaborar gráficos	Elaborar atas e pautas	Elaborar relatórios			
<b>7</b> SE	<b>8</b> SE	<b>9</b> SE				
<b>Y COMUNICAR-SE</b>	Enviar as informações ao diário oficial	Utilizar processos de impressão	Disponibilizar informações e documentos	Divulgar informações de interesse dos funcionários	Utilizar meios eletrônicos	Proporcionar acesso as informações aos deficientes físicos
	<b>1</b> ES, TA	<b>2</b> ES, SE, TA	<b>3</b> ES, SE, TA	<b>4</b> SE	<b>5</b> ES, SE, TA	<b>6</b> ES
	Operar equipamento de telefonia	Utilizar tele e videoconferência	Enviar e receber malotes			
<b>7</b> SE	<b>8</b> SE	<b>9</b> SE				
<b>Z DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS</b>	Pesquisar na internet	Consultar publicações técnicas	Manter sigilo	Operar programas de computador	Agir com discrição	Manter-se informado
	<b>1</b> ES, SE, TA	<b>2</b> ES, SE, TA	<b>3</b> ES, SE, TA	<b>4</b> ES, SE, TA	<b>5</b> ES, SE, TA	<b>6</b> ES, SE, TA
	Treinar a velocidade do registro	Demonstrar eficiência	Agir com dinamismo	Atualizar-se tecnicamente	Demonstrar iniciativa	Agir com equilíbrio emocional
	<b>7</b> ES, SE, TA	<b>8</b> ES, SE, TA	<b>9</b> ES, SE, TA	<b>10</b> ES, SE, TA	<b>11</b> ES, SE, TA	<b>12</b> ES, SE, TA
	Demonstrar alta capacidade de concentração	Intermediar as relações interpessoais	Atualizar o dicionário pessoal	Atuar com pontualidade	Trajar-se conforme as normas	Demonstrar conhecimento de linguas estrangeiras
<b>13</b> ES, SE, TA	<b>14</b> ES, SE, TA	<b>15</b> ES, SE, TA	<b>16</b> ES, SE, TA	<b>17</b> ES, SE, TA	<b>18</b> ES, SE, TA	
Participar de eventos técnicos						
<b>19</b> ES, SE, TA						
<b>Legenda das ocupações da família: Desmarcar / Marcar legenda:</b> <input type="checkbox"/>						voltar ao top
SE - Técnico em secretariado			TA - Taquígrafo			
ES - Estenotipista						

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em:

<http://www.mteco.gov.br/busca/dacum.asp?codigo=3515&ocupacoes=0>. Acesso em: 12/03/2009.

## ANEXO B – NORMAS PARA TRANSCRIÇÃO (PROJETO NURC/SP)

## NORMAS PARA TRANSCRIÇÃO

<i>OCORRÊNCIAS</i>	<i>SINAIS</i>	<i>EXEMPLIFICAÇÃO*</i>
Incompreensão de palavras ou segmentos	( )	do nível de renda... ( ) nível de renda nominal...
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	e comé/ e reinicia
Entoação enfática	maiúsculas	porque as pessoas reTÊM moeda
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	::podendo aumentar para ::: ou mais	ao emprestarem os... éh::: ... o dinheiro
Silabação	-	por motivo tran-sa-ção
Interrogação	?	e o Banco... Central... certo?
Qualquer pausa	...	são três motivos... ou três razões... que fazem com que se retenha moeda... existe uma... retenção
Comentários descritivos do transcritor	((minúsculas))	((tossiu))

Exemplos retirados dos inquéritos NURC/SP nº 338 EF e 331 D<sup>2</sup>.

<i>OCORRÊNCIAS</i>	<i>SINAIS</i>	<i>EXEMPLIFICAÇÃO</i>
Comentários que quebram a seqüência temática da exposição; desvio temático	-- --	... a demanda de moeda -- vamos dar essa notação -- demanda de moeda por motivo
Superposição, simultaneidade de vozes	{ ligando as linhas	A. na { casa da sua irmã B. { sexta-feira? A. fizeram { lá... B. { cozinharam lá?
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.	(...)	(...) nós vimos que existem...
Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação	“ ”	Pedro Lima... ah escreve na ocasião... “O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma barreira entre nós”...

### **OBSERVAÇÕES:**

1. Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas (USP etc.)
2. Fáticos: *ah, éh, eh, ahn, ehn, uhn, tá* (não por *está: tá? você está brava?*)
3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados.
4. Números: por extenso.
5. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa).
6. Não se anota o *cadenciamento da frase*.
7. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: *oh:::...* (*alongamento e pausa*).
8. Não se utilizam sinais de *pausa*, típicos da língua escrita, como ponto-e-vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de *pausa*, conforme referido na *Introdução*.

Fonte: *Análise de textos orais*. 6. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. [Projetos paralelos – NURC/SP (Núcleo USP)].

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)